



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

NEM TUDO QUE RELUZ É VIDRO:
Mudanças sociais e introdução de artefatos vítreos na
Salvador Oitocentista

Railson Cotias da Silva

Laranjeiras/SE

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

NEM TUDO QUE RELUZ É VIDRO:
Mudanças sociais e introdução de artefatos vítreos na
Salvador Oitocentista

Railson Cotias da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Arqueologia da Universidade Federal de
Sergipe, como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre em
Arqueologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Barbosa da Costa Guimarães

Laranjeiras/SE
2014

Ficha Catalográfica Elaborada pelo
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe

S586n Silva, Railson Cotias da
Nem tudo que reluz é vidro: mudanças sociais e
introdução de artefatos vítreos na Salvador
oitocentista / Railson Cotias da Silva; orientadora
Márcia Barbosa da Costa Guimarães. --
Laranjeiras, 2014.
137 f. : il.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-
Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2014.

1. Arqueologia e história. 2. Mudança social.
3. Antiguidades. I. Guimarães, Márcia Barbosa da
Costa, orient. II. Título.

CDU 902(813.8)

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta dissertação acumulei dívidas de gratidão com muitos amigos, colegas do mestrado, família, companheira e funcionários das instituições por onde caminhei em busca de fontes.

À professora Márcia Barbosa da Costa Guimarães meus sinceros agradecimentos. Enquanto minha orientadora, respeitou as interlocuções protocolares, sem pecar pela falta de cumplicidade afetiva e intelectual desde o dia em que nos conhecemos. Agradeço sobretudo a acolhida generosa, a confiança e o incentivo nos momentos mais difíceis.

À CAPES, pelo apoio financeiro que possibilitou este trabalho.

Agradeço aos funcionários das diferentes instituições em que pesquisei, em especial aos do Arquivo Público do Estado da Bahia, do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia e do Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga.

A Urano Andrade, pesquisador incansável que em muito me auxiliou na busca aos documentos históricos.

Aos meus colegas de trabalho durante o Projeto de Pesquisa Arqueológica do Pelourinho: o arqueólogo e coordenador local Cláudio César, o arquiteto Alberto Beovides, às historiadoras Alane Fraga e Débora Bacelar, à pedagoga Gisela Tapioca, aos técnicos que no dia a dia faziam a engrenagem funcionar: Carlos Nascimento, Carlos Eduardo, Helen Vieira, Josane da Silva, Luciano de Santana, Pedrinho Barbosa. Rafaela Almeida, Samantha de Santana, além do apoio técnico e divertido de Elexandre da Cruz Nunes (saudoso Mimi) e Rafael Bonfim.

Meu agradecimento à arqueóloga Rosana Najjar, que coordenou este projeto e com habilidade formou uma numerosa equipe multidisciplinar. Obrigado pelo apoio durante e depois do período do Projeto, me incentivando nos caminhos da Arqueologia.

Agradeço ainda a pessoas muito especiais que tive a oportunidade de conhecer durante o projeto e pude construir uma relação bastante profícua mesmo após o seu término.

À arqueóloga e amiga Jackeline de Macedo, obrigado pelas horas de conversa em que compartilhamos as inseguranças comuns aos pesquisadores. Seu apoio foi de extrema importância.

À arqueóloga e amiga Jeanne Almeida Dias, não há palavras para mensurar o enorme incentivo à minha pesquisa, com respeito, cuidado e muita amizade. Para sempre serei grato.

Ao arqueólogo e amigo Samuel Lira Gordenstein, pessoa a quem tenho enorme estima e admiração pelo caráter, sinceridade e grande pesquisador que é. Não foram os poucos os momentos em que discutimos arqueologia ou simplesmente falamos da vida, estão na memória.

Ao técnico em arqueologia da 7ª Superintendência Regional do IPHAN-BA, Alexandre Colpas, que se tornou um amigo e fonte inesgotável de risadas, mas também de discussões sobre arqueologia na Bahia.

À Geovana Frois, sempre paciente e cuidadosa, me auxiliando nos desenhos e croquis.

Não poderia esquecer os amigos dos tempos da Universidade Católica do Salvador, que também estiveram comigo no Projeto, Luiz Antônio Pacheco e Catarina Menezes, casal que admiro bastante.

Agradeço a Jeã Paulo Lima, pela amizade e carinho, mas sobretudo pela compreensão devido à distância ocasionada com as obrigações do mestrado.

Aos amigos Luís Henrique e Everaldo Gomes Dourado, sempre presentes com uma palavra de apoio, para não deixar a peteca cair.

Aos professores do PROARQ-UFS, cujas discussões e anotações durante as aulas foram de grande valia. Aos membros da banca de qualificação, Prof. Gilson Rambelli e Prof. Paulo Bava de Camargo, pelas importantes contribuições.

À minha família, gratidão eterna pelo apoio e incentivo ao longo de toda a vida dado por minha mãe, uma guerreira, e minhas irmãs. Amizade e carinho nunca faltaram. Te amo Fábria Cotias.

À minha companheira, Isis Carneiro, agradeço pela paciência em momentos difíceis, auxiliando a nunca perder o foco e seguir em frente.

Peço desculpas a quem, porventura, eu tenha esquecido de mencionar. Todos foram importantes nessa caminhada, que só está começando!

.

RESUMO

A presente investigação visa, a partir de uma perspectiva arqueológica, observar e entender os processos de mudança social na cidade de Salvador dos oitocentos, a partir do potencial interpretativo imiscuído no vidro. Tem como objetivo, portanto, compreender práticas e comportamentos sociais relacionados à modernidade na Salvador oitocentista a partir da análise do material vítreo recuperado na casa 14, da Rua São Francisco, no Centro Histórico de Salvador. A abordagem possibilitou perceber características e peculiaridades do comportamento de consumo no século XIX em Salvador através dos objetos vítreos, como contentores de informações sobre o espaço de vida cotidiano e das mudanças ocorridas nas cidades brasileiras, sob aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, imersos na construção de um projeto de modernidade importado.

PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia Histórica, Mudança Social, Consumo, Artefatos vítreos.

ABSTRACT

The present investigation aims to, from an archaeological perspective, observe and understand the processes of social change in the city of Salvador of eight hundred, through from the glass's interpretative potential. Aims to understand behaviors and social practices related to modernity in the nineteenth century in the Salvador city through from the analysis of the vitreous material recovered at house 14, in the São Francisco Street - Centro Histórico de Salvador. The approach enabled understand features and peculiarities of consumption behavior in the 19th century in Salvador through the vitreous objects, as containers of information on everyday living space and of the changes in Brazilian cities, under socio-economic, political and cultural aspects, immersed in the construction of a project of modernity imported.

KEYWORDS

Historical Archaeology, Social Change, Consumption, Vitreous Artifacts.

.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: A imagem resume a evolução física de Salvador em 1551. A área circulada em vermelho destaca o vale ao lado dos limites do núcleo inicial. FONTE: Simas Filho, 1998.	34
Figura 2: A imagem apresenta a evolução física de Salvador em 1553. A área circulada em vermelho destaca o vale e os limites da cidade margeando-o. A seta indica a área reservada à construção dos jesuítas. FONTE: Simas Filho, 1998.	35
Figura 3: A imagem apresenta a evolução física de Salvador em 1580. A área circulada em vermelho destaca o vale e os limites da cidade margeando-o. FONTE: Simas Filho, 1998.	35
Figura 4: Detalhe da planta de Salvador, de 1625 a 1631, atribuída a João Teixeira Albernaz. A área circulada em vermelho destaca o vale com uma casa em seu interior, enquanto a seta indica a igreja de São Francisco que dava início à rua do mesmo nome, dividida pelo vale. FONTE: Simas Filho, 1998.	37
Figura 5: A imagem apresenta a evolução física de Salvador em 1650. A área circulada em vermelho destaca o vale ainda desocupado. FONTE: Simas Filho, 1998.	38
Figura 6: Planta da cidade de Salvador em 1715, atribuída ao brigadeiro Jean Massé. Aqui, na área circulada em vermelho, percebemos o espaço do vale agora ocupado com novos quarteirões, evidenciando o momento de expansão urbana. FONTE: SIMAS FILHO, 1998: 112.	40
Figura 7: Primeira parte, indo do porto na cidade baixa até a antiga Sé no alto, do panorama fotográfico de Benjamin Mulock, tirado em 1860, do Forte de São Marcelo. A área circulada em vermelho corresponde à Igreja da Sé. FONTE: Sampaio, 2005.	42
Figura 8: Novo cais das amarras a beira mar, com casarões de cinco pisos, em 1861. FONTE: Benjamim Mulock/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, in SAMPAIO. 2005: 36.	44
Figura 9: Ganhadores escravos organizados em cantos para transporte de mercadorias no século XIX. Acervo Schomburg Center for Research in Black Culture, Nova York, Estados Unidos da América in SAMPAIO. 2005: 94..	45
Figura 10: Anúncio voltado ao comércio de produtos medicinais. FONTE: Almanak do Estado da Bahia, 1898.	50
Figura 11: Anúncio com referência ao comércio de bebidas. Nota-se ainda a menção a produtos europeus, como sinônimos de qualidade. FONTE: Almanak do Estado da Bahia, 1898.	51
Figura 12: Fotografia de 1873 onde se vê na área destacada em vermelho o Elevador Lacerda em construção. FONTE: SAMPAIO, 2005.	55

Figura 13: Mapa temático com os limites da Sé em vermelho. Na área circulada em lilás os novos quarteirões ocupando o vale. Fonte: Adaptado de REIS, 2006.....	64
Figura 14: Topografia do perímetro estudado.	66
Figura 15: Perfil esquemático da Rua São Francisco.	67
Figura 16: Corte AA' Casa 14 Q 31, com representação esquemática do Poço teste 1. Edição: Geovana Frois.....	70
Figura 17: Perfil estratigráfico do Poço Teste 1. Edição: Geovana Frois	76
Figura 18: Exemplo de reforço da base. Fonte: site http://www.sha.org/bottle/bases.htm#kick-up	80
Figura 19: Exemplos de <i>snap case</i> . Fonte: site http://www.sha.org/bottle/bases.htm#Push-Up	81
Figura 20: Da esquerda para a direita exemplos de molde inteiriço, molde de duas partes e molde de três partes. Fonte: site http://www.sha.org/bottle/body.htm#Dip Molds	83
Figura 21: Garrafa em molde inteiriço.	85
Figura 22: Garrafa em molde inteiriço.	86
Figura 23: Garrafa em molde inteiriço com uso do <i>Lipping tool</i> para acabamento.	87
Figura 24: Garrafa em molde duplo com uso do <i>Lipping tool</i> para acabamento.	88
Figura 25: Garrafa em molde de três peças com marca de <i>applied finish</i> no acabamento.	89
Figura 26: Garrafa retangular com dobragem externa no lábio.....	90
Figura 27: Frascos de medicamento com uso de pontel.....	91
Figura 28: Vaso e bases de cálices.....	92
Figura 29: Marca extraída de Thepotteries.org em 2014 e peça 967 Casa 14, respectivamente.	103
Figura 30: Peça nº 599 Casa 14, à esquerda, e em superior à direita em detalhe. No canto inferior direito exemplo semelhante extraído de Thepotteries.org em 2014.....	103

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Quadro dos percentuais de população encontrados na Sé em 1855. Fonte: Adaptado de NASCIMENTO, 2007.....	62
Tabela 2: Comparativo entre a população de Salvador e da Freguesia da Sé através de censos nos séculos XVIII e XIX. Fonte: Adaptado de NASCIMENTO, 2007.....	62
Tabela 3: Frequência dos fragmentos materiais por categoria.....	77

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Frequência dos fragmentos com porcentagem.....	77
Gráfico 2: Frequência de vidros por técnica de manufatura	94
Gráfico 3: Frequência dos vidros por categorias funcionais	94
Gráfico 4: Frequência de técnica de manufatura e forma / função para a camada 3.....	96
Gráfico 5: Frequência de técnicas de manufatura e forma / função para a camada 4.....	96
Gráfico 6: Frequência técnicas de manufatura e forma / função para a camada 5	97
Gráfico 7: Frequência das técnicas de manufatura e forma / função para a camada 6	98
Gráfico 8: Frequência técnica manufatura vidros comparativa entre camadas 3 a 6.....	98
Gráfico 9: Frequência técnica decorativa Faiança fina.....	100
Gráfico 10: Frequência técnica decorativa Camadas 3 e 4.	101
Gráfico 11: Frequência técnica decorativa Camadas 5 e 6.	102

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	CAPÍTULO 1: APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	17
2.1	HIPÓTESE DE TRABALHO.....	17
2.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
2.3	ARQUEOLOGIA HISTÓRICA INTERPRETATIVA: ENTRE PESSOAS E COISAS	23
2.4	ARQUEOLOGIA URBANA: ENTRE OCUPAÇÃO E IDENTIDADE	28
3	CAPÍTULO 2: O ESPAÇO URBANO: SALVADOR NO SÉCULO XIX.....	31
3.1	BREVE HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA CIDADE DO SALVADOR.....	31
3.2	A CIDADE NO SÉCULO XIX	41
3.2.1	E A MODERNIDADE ADENTRA SALVADOR	53
3.3	A FREGUESIA DA SÉ: ENTRE ALTOS E BAIXOS.....	61
4	CAPÍTULO 3: A CASA 14 E OS VIDROS	65
4.1	A PESQUISA ARQUEOLÓGICA NO PELOURINHO	65
4.2	CASA 14: ENFIM UMA LIXEIRA DOMÉSTICA.....	68
4.2.1	CONTEXTO HISTÓRICO-ESPACIAL	68
4.2.2	O TRABALHO DE CAMPO ARQUEOLÓGICO	73
4.2.3	DESCRIÇÃO DO MATERIAL VÍTREO	78
5	CAPÍTULO 4: A SALVADOR OITOCENTISTA E O QUE CONTÉM O VIDRO ..	104
5.1	IDEAIS DE CIVILIZAÇÃO	104
5.2	CONSUMO E PRÁTICA.....	110
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	125
	Anexos.....	132

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos a Arqueologia Histórica tem ocupado espaços importantes no cenário acadêmico brasileiro, em grande parte devido a incrementos significativos nos dispositivos constitucionais, que alçaram o trabalho de pesquisa arqueológica a um patamar fundamental no processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Assim, trabalhos de investigação arqueológica se multiplicaram pelo país, sobretudo, no contexto de trabalhos de arqueologia preventiva, necessária para a realização de obras de alto impacto econômico e social em meio urbano, e, mais especificamente nos “Centros Históricos”.

A cidade e os seus “centros antigos”, antes pouco atrativos aos arqueólogos, viu crescer o número de trabalhos. Especialmente em caráter de salvamento, mas também resultante de projetos com objetivos e problemáticas definidos, no bojo da Arqueologia Urbana (LIMA, 1995, 1996, 1997, 1999; NAJJAR, 2010; SYMANSKI, 1998; TOCCHETTO, 2004). A cidade, caracterizada por uma intensa ocupação do solo, com constantes transformações da sua paisagem através de obras de infraestrutura, construções, entre outras, têm em seu subsolo boas condições de preservação, proporcionando vestígios arqueológicos de ocupações passadas, passíveis de estudo e geradoras de novas possibilidades para a história da cidade e de seus habitantes.

A suposta integridade dos vestígios, a cultura material por si só, e a busca pelos aspectos estruturais na cidade, felizmente não se configuraram como os únicos fatores de interesse dos profissionais pela urbe. O crescimento da Arqueologia Urbana no Brasil coincide com um momento em que os arqueólogos se aproximaram da Teoria Social, inspirados nos trabalhos de Anthony Giddens, Pierre Bourdieu, Mary Douglas e Michel Foucault, entre outros, percebendo, dessa forma, questões associadas ao significado, simbolismo e subjetividade do comportamento humano e da cultura material. São essas questões que emprestam às cidades, enquanto paisagens e espaços sociais, um forte potencial interpretativo.

A cidade, que naturalmente acumula conhecimento por conta dos textos que ela produz tais quais documentos, registros, mapas, plantas baixas, etc., também constrói e alimenta memórias através de sua arquitetura urbana, do desenho de suas casas e ruas, dos objetos que circulam como produtos de desejo, ou nem tanto, dos diferentes agentes sociais. A cultura material, portanto, cumpre um papel de um texto a ser lido e interpretado. Não como um mero reflexo, mas como símbolos de mudanças, transformações e tensões entre os atores sociais e o material.

Diante deste panorama é que está localizado o Projeto de Pesquisas Arqueológicas na área da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho (Salvador/BA), empreendido no perímetro tombado pela União e que corresponde ao princípio da construção e formação de Salvador ¹. As escavações, realizadas de forma intermitente durante quase quatro anos (2006-2010), permitiram a evidenciação, registro e coleta de um grande número de materiais arqueológicos, fixos e móveis, que apontaram alguns questionamentos. Estes não se encerraram no fato arqueológico, sendo suscitados também à luz das análises históricas.

A partir do exposto, o elemento discursivo que se tornou inquietante, a partir das atividades de laboratório do aludido projeto, centra-se na observação do potencial interpretativo imiscuído no vidro, mas que em contrapartida esbarra no silêncio e na ausência exploratória de análises destes artefatos, tendo como perspectiva de abordagem questões pautadas no aspecto cognitivo-comportamental, não se limitando ao seu caráter eminentemente técnico. O levantamento bibliográfico, realizado durante a confecção do projeto inicial, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, condicionou a inferência de objetos vítreos datados do século XIX, o que direciona entender o período de introdução deste material, em maior profusão, no cotidiano das famílias em uma Salvador, cujo processo transformativo era marcado pelo conflito entre a modernidade e o medo do atraso.

O desejo de acompanhar as metrópoles europeias e afastar o passado colonial, por parte dos administradores públicos e de setores da elite,

¹ Estes trabalhos foram coordenados pela Prof.^a Dr.^a Rosana Najjar.

desencadeou no país um processo de transformações e reorganização social, que refletiram principalmente nas áreas urbanas, gestando novas percepções estendidas para a relação estabelecida entre as pessoas e a materialidade.

Diante disso, a frequência dos materiais vítreos na amostra associada ao século XIX conduziu, até o momento, a dois questionamentos sobre os significados desses materiais para essa sociedade que os incorporava. Em primeiro lugar, perceber como pode ser pensada a relação entre a introdução desses bens e os processos de urbanização e modernização da capital baiana no período, e em segundo lugar, sobre quais aspectos essa apropriação operou mudanças nas esferas cotidianas.

A presente investigação visa, portanto, a partir de uma perspectiva arqueológica, entender mudança social na cidade de Salvador entre os anos de 1850 a 1900. Para tal, terá como objeto de estudo, materiais vítreos do denominado “Centro Histórico” Soteropolitano, oriundos da Casa 14 Quarteirão 31.

A primeira parte da dissertação, o Capítulo 1, desenvolve os aspectos teóricos e metodológicos. Inicia apresentando os problemas iniciais da pesquisa, baseados, sobretudo, na percepção de que o projeto urbanizador, advindo com a fase mais pujante do capitalismo na Salvador oitocentista, traz embutida a formulação de ideais que buscavam normatizar a cidade e os hábitos, porém não compartilhadas da mesma forma pelos diversos grupos sociais. Com este enfoque, adotamos os princípios metodológicos da Arqueologia contextual (HODDER, 1987), e da Representação (CHARTIER, 1991), úteis para sobressair as diferentes visões dos indivíduos e interpretar os diversos aspectos da cultura material.

O Capítulo 2 trata da história de Salvador, destacando seu desenvolvimento econômico e sua expansão urbana. O período abordado abrange do início da formação do núcleo urbano, no século XVI, até o final do século XIX. Os aspectos econômicos são fundamentais ao entendimento da disponibilidade dos itens materiais que circulavam no comércio local, os quais vieram a formar o registro arqueológico. A Freguesia da Sé merece destaque, visando caracterizar a região na qual está localizada a Casa 14, Quarteirão 31. O propósito deste capítulo é, portanto, inserir o sítio pesquisado em um contexto

mais amplo, a fim de analisá-lo em função desse contexto e não como um caso isolado. Foram consultadas, fontes historiográficas sobre Salvador, relatos de cronistas e viajantes, almanaques, jornais, entre outros.

O capítulo 3 irá sintetizar as atividades ocorridas durante o Projeto de Pesquisas Arqueológicas na área da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho, que resultaram no problema inicial proposto. Assim, buscaremos primeiro descrever os objetivos principais do projeto, seu alcance, metodologia de campo e de laboratório, para em seguida mergulhar nas atividades levadas a efeito na unidade doméstica escolhida para esta pesquisa, a Casa 14 do Quarteirão 31. No corpo do texto será anexada toda a documentação disponível, gerada pela equipe de arqueólogos que participaram da sua escavação e da análise inicial em laboratório, tais como croquis, imagens, plantas baixas, relatórios de campo, gráficos, entre outros. Em seguida, nos debruçaremos sobre a unidade doméstica, apresentando uma cronologia dos seus proprietários e do próprio imóvel, possível a partir de escrituras, inventários e evidências materiais, fixos e móveis, registradas durante os trabalhos. É um capítulo, portanto, em que será situada, temporal e espacialmente, a unidade doméstica e apresentaremos os dados empíricos da pesquisa.

Finalmente, analisaremos os vidros que foram recuperados no decurso das intervenções sofridas na Casa 14. Serão consideradas, como variáveis, a coloração, a técnica de produção e a forma, relacionada com a função e as marcas de fabricante e de fabricação, numa perspectiva qualitativa, visando verificar se ocorreram diferenças entre o material atribuído aos períodos de produção observados, que fossem indicativas de mudanças sociais. Buscaremos explicar a variação detectada a partir de um processo mais amplo, referente à expansão da cidade durante a segunda metade do século XIX.

Entretanto, os dados serão confrontados, também, aos inventários levantados, que podem fornecer informações relevantes não só sobre o valor relativo dos materiais vítreos, mas também sobre as escolhas de consumo relacionadas aos proprietários da unidade doméstica, visto que a diferença de posições socioeconômicas, gostos e trajetórias culturais, devem ser observados na tentativa de interpretar as práticas de consumo. Os dados arqueológicos serão, ainda, combinados aos dados arquitetônicos, levantados para esta

edificação, observando as mudanças no uso do próprio espaço doméstico, palco da maioria das atividades que deixaram suas marcas no registro arqueológico.

O capítulo 4 será o interpretativo. Nele, em um primeiro momento, voltaremos à discussão sobre as considerações teóricas comuns à introdução do capitalismo e consequente entrada de objetos, valores e comportamentos modernos na Salvador oitocentista. Em seguida, apresentaremos possibilidades interpretativas sobre as práticas cotidianas ligadas ao consumo, a partir da sistematização dos dados analisados ao longo da pesquisa. Dessa forma, buscaremos perceber em que medida os novos hábitos eram absorvidos pelos proprietários da Casa 14.

2 CAPÍTULO 1: APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

2.1 HIPÓTESE DE TRABALHO

Na historiografia de Salvador do século XIX alguns axiomas foram estabelecidos, de forma que até hoje predominam na maioria das interpretações sobre a absorção das influências europeias, localizadas na expansão do capitalismo e amparada pelo ensejo de uma nova ordem social. Um deles é que essas influências foram assimiladas como estratégias de dominação e, conseqüentemente, imposição das elites soteropolitanas. Ao longo do século XIX existiu uma parceria entre homens de negócios e governo com o objetivo de executar uma reorganização na cidade que permitisse a consagração de um projeto civilizador, progressista e modernizador (SAMPAIO, 2005: 40). As intervenções urbanas se concretizam sob um autoritarismo administrativo que introduziu normas arquitetônicas, criando uma cidade que reflete o imaginário da burguesia. (PINHEIRO, 2011: 274).

As movimentações em prol de reformas urbanas e sociais serviram a necessidades de ordem prática no sentido de modernizar e civilizar. Diante deste quadro é possível perceber três aspectos fundamentais em torno da situação vigente, localizados pela historiografia. Em primeiro lugar, o comércio comanda a Salvador do século XIX e assim exigiu a preservação dos seus negócios através de reformas nas áreas próximas ao porto, onde estavam instaladas lojas, armazéns e escritórios comerciais, sendo visível a má estética urbana e a deficiência da infraestrutura, além da falta de asseio e limpeza que favoreciam epidemias.

Em segundo lugar, o poder público assumiu a necessidade de transformações urbanas, sob a pressão desta burguesa comercial e do capital internacional, promovendo a implantação, ainda que incipiente, dos serviços de infraestrutura como: abastecimento de água, iluminação, novos meios de transporte e inovações no setor de comunicação.

Em terceiro lugar, o surgimento de uma burguesia comercial e de burocratas nos centros urbanos adicionou ainda traços normativos aos melhoramentos materiais de infraestrutura e de serviços. Era preciso regular a vida urbana organizando o trânsito, os mercados livres e sua higiene, horários e

modos de levar o lixo às ruas, o trabalho nas vias públicas, abusos à tranquilidade como barulhos noturnos, entre outros.

Neste sentido, algumas características norteiam a tentativa de integrar Salvador a uma ordem capitalista na segunda metade do século XIX:

1º- Enquanto centro político, comercial, administrativo e cultural, Salvador deveria agregar rapidamente os ideais de civilidade e progresso pretendidos para o país;

2º- A grave situação da cidade exigiu um urgente projeto higienizador, buscando combater os agentes naturais causadores das moléstias e epidemias;

3º- A solução foi a intervenção, por meio das reformas, na estrutura física das cidades;

4º- A implementação de campanhas normativas de controle e modificação dos hábitos, costumes e modos de comportamento dos habitantes da cidade, principalmente sobre as camadas populares.

Civilizar, progredir e modernizar são as palavras de ordem identificadas nos documentos históricos e consubstanciada na cultura material e paisagem urbana deixadas como legado, e que ainda podem ser observadas nas cidades. A noção de civilização internalizada por diversos segmentos das elites se aproximava do modelo cultural europeu, de forma que civilizar era “ficar em pé de igualdade com a Europa no que se refere a cotidiano, instituições, economia, ideias liberais, etc.” (HERSCHMANN & PEREIRA, 1994: 12).

Tais premissas não são totalmente equivocadas. Porém, a aceitação de tais características para explicar as transformações sociais e econômicas pelas quais passava a capital da Bahia, na segunda metade do século XIX, induziu alguns estudos a abordarem tal fenômeno pela ótica da dominação e imposição, tão somente. Ainda que Salvador, e outras cidades brasileiras como o Rio de Janeiro, compartilhassem essa experiência, é preciso dizer que cada qual vivenciou a modernidade a sua forma.

A ausência de estudos sistemáticos que considerem não somente o contexto político e econômico que motivaram mudanças no aspecto público, mas, sobretudo o contexto social e seu âmbito privado tendem a excluir os atores

sociais² e suas formas de significação simbólica de situar-se na cidade. São eles quem confere dinâmica à vida na cidade.

Aqui se abre a perspectiva à participação dos diferentes grupos sociais no citado contexto histórico e social. É importante dizer novamente que não se pretende, contudo, negar a existência de um ideal civilizador e progressista que concorreu para transformações na sociedade soteropolitana em meados do século XIX e em sua passagem ao século XX. Mas reiterar que aqueles que habitavam a cidade e que foram condicionados à posição de subordinados devem ser levados em consideração.

Trata-se da construção de uma narrativa concentrada na escala micro da sociedade, famílias e pequenas comunidades, observando as diferentes experiências sociais engendradas no passado (WILKIE, 2009: 335), evitando assim explicações difusionistas localizadas em “variações miméticas das estruturas sociais, culturais e políticas ditadas pela Europa” (FERREIRA, 2007:7).

Conforme essa perspectiva é que foi dada atenção aos objetos coletados, especialmente os materiais vítreos, durante as escavações realizadas durante o Projeto de prospecções arqueológicas na área da 7ª etapa do Projeto Pelourinho - Monumenta / IPHAN, sobretudo a Casa 14, Quarteirão 31 (NAJJAR, et al. 2007). Trata-se de áreas de refugo de material construtivo, lixeiras domésticas e práticas de aterro que oportunizam a relação entre estes dados arqueológicos e os ocupantes da unidade doméstica.

Os objetos exumados de uma habitação são evidências das atividades cotidianas de um grupo doméstico em seu intercâmbio com a sociedade como um todo (Ibid, 2009:340). Para apreendê-las, em seus aspectos relacionados à produção e reprodução sociais, consumo e socialização, a partir dos elementos materiais da cultura, deve-se considerar a existência de uma interação entre estes e os grupos domésticos a eles relacionados.

Com os dados apresentados até então, parece existir uma lacuna entre o conhecimento e o desconhecimento, natural no processo de interpretação (HODDER, 1991), abrindo um campo para novas inclinações, particularidades e

² Trata-se de conceito consagrado nas ciências sociais que define os diferentes indivíduos que atuam numa sociedade.

subjetividades que são próprias deste pesquisador no presente, sobre práticas cotidianas na Salvador oitocentista. Diante disso, alguns problemas se fizeram presentes, a saber:

- Como pode ser pensada a relação entre a introdução do vidro e os processos de urbanização e modernização da capital baiana no período?
- Sobre quais aspectos essa apropriação operou mudanças nas esferas cotidianas?
- Apreender os ciclos de introdução, uso e abandono dos materiais vítreos.

Por certo que a documentação escrita sobre a cultura material ou os sujeitos responsáveis por sua produção e/ou consumo e uso é pouco explorada pela historiografia brasileira. A fim de verificar estes questionamentos é que aqui se observou que os materiais vítreos, como símbolos de um contexto histórico de profundas mudanças, podem ser analisados a partir de sua carga de significações e representações.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Levando-se em consideração os problemas identificados e a hipótese de trabalho sugerida, cabe apresentar algumas linhas de análise que permitam a identificação de significados, reconhecendo o papel ativo dos sujeitos na sociedade. Assim, inicialmente, é incorporada a análise contextual como procedimento metodológico.

Denominada por Hodder (1987, 1994), como Arqueologia Contextual, nela são indicadas direções que relacionam contexto e significado³, além dos caminhos para chegarmos aos sentidos da cultura material através da prática interpretativa. Essa abordagem considera a cultura material como texto, em seu sentido metafórico, pois assim como a linguagem ela representa um sistema de signos que devem ser lidos. Estes são instrumentos de integração social, reproduzidos na prática da vida cotidiana. Igualmente, Wilkie (2009), entende que os atores representados no registro arqueológico estão inscritos,

³ É importante ressaltar que existem dois tipos de significados: aquele funcional quando descobrimos como funciona o objeto em relação com outros fatores e processos e em relação com a estrutura econômica e social; e o simbólico quando identificamos o conteúdo do significado subjacente, o que supõe analisar a forma em que as ideias denotadas pelos símbolos materiais desempenham um rol na configuração e estruturação da sociedade.

inevitavelmente, em seu contexto histórico e social. Beaudry (2007), ademais considera fundamental compreender as estruturas internas e suas formações, além das relações entre sedimentos, processos deposicionais e artefatos.

Quando os arqueólogos começam a sistematizar a metodologia para interpretar o conteúdo do significado do passado a partir da cultura material geralmente identificam vários tipos de semelhanças e diferenças relevantes que, por sua vez, formam vários tipos de associações contextuais. A primeira associação proposta é a temporal quando se isola um período ou fase onde, de certo modo, se tem lugar e acontecimentos inter-relacionados. Aqui, portanto, o objetivo é utilizar as informações históricas, como períodos de produção, tanto dos artefatos como do imóvel. Dessa forma buscou-se relacionar a biografia da casa com a formação dos depósitos de lixo a partir de sua posição espacial e seus conteúdos.

A segunda associação é a espacial onde identificamos significados e estruturas funcionais e simbólicas a partir da disposição dos objetos no espaço. Assim as relações entre a disposição da casa e da lixeira, entre os buracos de lixo e seus arranjos em relação a casa, entre a localização dos distintos restos materiais situados na área de descarte, foram consideradas nos contextos arqueológicos da unidade doméstica.

A terceira associação é a unidade de deposição que se refere a estratos selados que estão delimitados no espaço e tempo. O objetivo é identificar e analisar as áreas de depósito de lixo, tanto resultante de um descarte aleatório como de preparação de buracos intencionais.

A última dimensão proposta é a tipológica que busca identificar quando dois objetos têm formas ou disposições semelhantes no espaço. Essa dimensão está diretamente ligada às duas primeiras e é fundamental na Arqueologia Contextual, uma vez que as semelhanças e diferenças tipológicas definem contextos temporais e espaciais. Contudo os tipos não são considerados, uma vez que o objetivo não foi construir grandes séries tipológicas, mas sim os atributos. Por isso foram analisadas as técnicas de produção, forma, função e cor dos materiais vítreos.

Nesse aspecto, particularmente, conforme Tânia Andrade Lima (2002), os vidros – como outros artefatos - são signos tecnológicos e culturais do qual os arqueólogos pouco extraíram as potenciais informações contidas em seus cacos.

Alguns anos depois o número de estudos voltados a estes materiais continua insatisfatório segundo Zanettini e Camargo (2001). É verdade que há uma bibliografia internacional que reuniu inúmeros esforços no sentido de investigar o potencial cronológico que o vidro fornece, relacionando técnicas de manufatura e marcas comerciais (BAUGHER-PERLIN, 1988; JONES, 1971; TOULOUSE, 1971; WILKIE, 1996), entretanto também é verdade que a esmagadora maioria tratou de garrafas de bebidas ou recipientes em geral. Além disso, as considerações sobre cronologia precisam ser acompanhadas de cuidados com os devidos contextos arqueológicos, servindo assim como ponto de partida, mas não verdade (Ibid, 2011).

Após estas considerações é importante destacar que os vidros, isolados dos demais aspectos não materiais da cultura, não constitui uma unidade cultural de comportamento. É somente unido aos documentos escritos (incluída as fontes literárias), que enquanto evidências nos fornecem a possibilidade de discutir aspectos políticos, sociais, econômicos e ideológicos dos grupos domésticos (WILKIE, 2009:338).

A fim de que haja a articulação almejada entre Arqueologia e História, para que os significados simbólicos encontrem analogia no campo das referências teóricas da História, a História Cultural (CHARTIER, 1988; BURKE, 2005), que estuda dentro de um contexto social os mecanismos de produção dos objetos culturais, bem como seus mecanismos de recepção, mostra-se como opção bastante adequada. E ainda por almejar o entendimento do modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler, explicando os meios pelos quais um grupo impõe – ou tenta impor – sua visão do mundo social, seus valores, seu domínio, ela permite um entendimento das estratégias que um grupo coloca em prática para se impor, se fazer notar.

Nesse sentido, os almanaques administrativos e comerciais se mostram importante fonte documental à medida que contém diversas informações a

respeito da vida administrativa da cidade, com horários de trens, tabela de preços e produtos, tarifas de correio de transporte. Os almanaques para cidades eram utilizados por viajantes que aí aportavam e que necessitavam de informações para se localizar na cidade. Já os habitantes, também saíam favorecidos, pois acabavam por localizar mais facilmente produtos e serviços.

Associados aos almanaques estão os códigos de posturas ou posturas municipais que surgem da necessidade de um novo esboço jurídico que reestruturasse as relações sociais, as relações de produção e a convivência nas cidades. O espaço urbano como nascedouro de problemas humanos será alvo de legisladores, engenheiros, médicos e sanitaristas que instituíram códigos e leis para coibir a proliferação de doenças e disciplinar o ambiente citadino e sua população. Os códigos de posturas adquirem uma postura preventiva da ordem e da segurança pública, um conjunto de normas que estabeleciam regras de comportamento e convívio de uma determinada comunidade e sociedade, portanto assumem também uma esfera normativa.

Um terceiro grupo de fontes escritas, os jornais, também foram consultados para esta pesquisa e são de igual importância, uma vez que fornecem meios de compreender ideias e valores de uma época.

Todas as fontes apresentadas devem ser submetidas a tratamento adequado as suas particularidades. Além de não perder de vista que estas não são documentações soltas no tempo e no espaço, mas pertencentes a um contexto específico.

2.3 ARQUEOLOGIA HISTÓRICA INTERPRETATIVA: ENTRE PESSOAS E COISAS

Nas últimas décadas, atividades acadêmicas interdisciplinares foram desenvolvidas com ênfase na cultura material. E é a Arqueologia, no interior das Ciências Sociais, a disciplina que mais se aparelhou para investigar os aspectos tangíveis da produção humana. Muito embora o estudo da cultura material, atualmente, transcenda a Arqueologia (HICKS & BEAUDRY, 2010), é tarefa dessa ciência investigar a formação, desenvolvimento e elaborações materiais

de antigas sociedades, em grande parte, estando sujeita à interpretação dos vestígios materiais evidenciados.

À luz de um novo pensamento arqueológico denominado escola Pós-processualista, o estudo da cultura material assume novos contornos, onde para os seguidores dessa escola, é importante ultrapassar as concepções tradicionais baseadas na separação entre o arqueólogo e o dado, entre a subjetividade e objetividade, teoria e método, destacando a existência de recíprocas influências na relação entre o pesquisador e as fontes, entre o passado e o presente. A produção do conhecimento é percebida como uma prática social nascida das atividades ou das práxis dos seres humanos no mundo (SHANKS & TILLEY, 1987).

As concepções mais recentes dão conta da multiplicidade dos elementos formadores da apreensão sobre a cultura material exumada. A visão sistêmica na importância da análise relacional de todas as variáveis atuantes no espaço observado conduz o redirecionamento da formulação do pensamento arqueológico voltado a examinar as consequências do consumo sobre a vida cultural e social das pessoas. Ainda que isso seja um processo em desenvolvimento contínuo, mas demorado, segundo Paul Mullins (2007), os arqueólogos estariam preparados para observar e interpretar os diversos significados dos bens materiais. De caráter transdisciplinar esta disposição encontraria ressonância entre os historiadores da Escola dos Annales, por exemplo, em Fernand Braudel (1972), que buscou a cultura material por trás dos grandes eventos.

É importante destacar que não se trata aqui de pensar somente o processo produtivo e, portanto, a sociedade por um viés econômico, mas sim ultrapassar os aspectos tecnológicos, físicos e funcionais, sobrelevando ao caráter de relevantes, aspectos relativos às representações e as práticas sociais, como por exemplo o consumo.

Um diálogo fundamental nesse caminho é obtido com Hodder (1991), considerado o pai do interpretativismo, que na sua construção teórica ressalta a importância e o lugar do uso da subjetividade na formulação do pensamento e entendimento arqueológico, lembrando que todas as ações humanas são

pautadas em caracteres subjetivos, portanto, o resultado destas, apresenta-se em igual forma.

Nesse sentido, o autor sustenta que os significados dos objetos não podem ser derivados tão somente da sua produção, mas também do seu uso e percepção pelos outros, bem como, não seria apenas reflexo do comportamento e não refletem tão somente distinções sociais, ideais ou sistemas simbólicos, agindo de forma recíproca sobre o comportamento em uma relação dialética (TILLEY, 2008). Assim, a materialidade se modifica de acordo com as mudanças de quem as produziu, mas também muda para que as pessoas mudem (LIMA, 2011).

A questão está, por conseguinte, em buscar evidenciar a grande variabilidade das práticas de consumo. Este não deve ser visto apenas como um efeito da produção e da distribuição, como um sinônimo do moderno consumo de massa ou como um aspecto negativo da cultura material, mas como parte ativa do dia a dia das pessoas, tendo um papel fundamental na demarcação de valores que constituem identidades, estruturam relações sociais e conformam códigos culturais (DOUGLAS & ISHERWOOD, 1979).

Todavia como chegamos até aqui? Quais são afinal as várias posturas conceituais citadas acima que permitiram novas abordagens à Arqueologia? Podemos começar considerando a centralidade do social nas posturas pós-modernas, após o encontro dos arqueólogos pós-processuais com as teorias sociais da Antropologia social, como exemplo Bourdieu (1977) e da sociologia Giddens (1979), além do feminismo, da semiótica, do estruturalismo, entre outras, que preferiram as práticas de pequena escala da vida diária, desde o corpo, a casa, a paisagem, e onde tudo era social, negando a visão partitiva da cultura.

Ao mesmo tempo esse encontro alimenta a crítica ao positivismo e a ideia de que qualquer hipótese poderia ser testada contra os dados, de forma “científica e objetiva”. Ao contrário, para o pós-processualismo e os seguidores dessa corrente teórica, na qual se inscreve esta pesquisa, o passado é socialmente construído pelo arqueólogo e suas interpretações são apenas visões subjetivas do passado. Para os pós-processualistas, o conhecimento arqueológico é subjetivo e não possibilita a descoberta de leis ou generalizações,

como também não aceita verdades absolutas. Eles discordam dos processualistas que sugerem que o ambiente ou forças sociais externas aos grupos humanos sejam fatores predominantes de mudança ou de escolha cultural, em termos de teorias funcionalistas e ecológico-culturalistas.

Mary Beaudry et al (1996) com suas proposições em *Artefatos e vozes* ativas oportunizam ressonâncias ao considerar que a relação entre comportamento e o mundo material está longe de ser passiva. Segundo os autores, “artefatos são encarnações tangíveis de relações sociais que contém as atitudes e comportamentos do passado” (BEAUDRY et al, op.cit.: 272). Deixam de ser apenas um produto passivo do comportamento e passam a ser um componente instrumental de ações simbólicas (BEAUDRY et al, op.cit.: 294).

As ideias, acima expostas, somadas levaram finalmente à constatação de que era melhor interpretar que descrever, pois assim chegaríamos à explanação da diferença social (Cf. BEAUDRY, 2007; HODDER, 1991, 1994; THOMAS 1996, 2003; WILKIE, 2009). E essa opção é o cerne da abordagem hermenêutica que auxiliou a Arqueologia histórica interpretativa, considerando que o arqueólogo precisa conhecer os dados que objetiva analisar previamente, ajustando-os em conjunto para que as partes formem um todo coerente, onde a resposta pode levar a mudança de ideias sobre esse todo. Nesse sentido, Hodder complementa que:

Interpretation therefore involves listening, understanding, accommodation among different voices rather than solely the application of universal instruments of measurement.⁴ (HODDER, 1991: p.15)

Diante do exposto, portanto, a abertura do campo do olhar, pós-modernista, oportunizou a noção de que, como já referido acima, a cultura material vai além das suas propriedades físicas e que a mesma não é apenas ferramenta passiva, seguindo estratégias ditadas pelo ambiente e adaptação. Tais constatações conduziram finalmente a duas linhas de investigação: cultura material como texto e as teorias da agência.

⁴ “Interpretação envolve, portanto, escuta, compreensão, alojamento entre diferentes vozes e não apenas a aplicação de instrumentos universais de mediação”. Tradução nossa.

Com efeito, esta pesquisa compartilhou tais direcionamentos e utilizou esses referenciais teóricos para melhor compreender o fenômeno das mudanças ocorridas na Salvador oitocentista a partir da introdução do vidro. Compreendemos que o uso desses materiais também pode ser encarado como objeto potencial no estudo da modernidade. A temática ora ensaiada remete invariavelmente a temas como modernidade, “modernização”, hegemonia, consumo e padrões de comportamento.

Em contraste com uma visão materialista dos objetos, mais que observar o aspecto produtivo e econômico desse consumo, o foco é na “biografia das coisas”, onde os artefatos são utilizados como forma de dar significado a vida das pessoas, construindo e alimentando identidades sociais (Jones, 2002: 84). O foco é em fazer a conexão entre a vida das coisas e a vida das pessoas.

Se Douglas & Isherwood (2006) sugerem a investigação do ciclo consumo/produção, Bourdieu (1998) sugere um ciclo entre gostos/classe, onde a classe espelha e reproduz comportamentos e gostos comunais, e os gostos comunicam a que classe o indivíduo pertence. Enquanto isso Appadurai, (2008:32) adverte que o fundamental não é observar o caráter de mercadoria que as coisas absorvem, mas perceber que esse estágio “uma fase na vida de algumas coisas”. O consumo e os atores sociais (consumidores) estão além das explicações de movimentos de mercado, pois suas ações estão mergulhadas nas esferas política e social, onde os interesses privados também aparecem. As práticas são uma dimensão importante ao nos debruçarmos sobre o consumo, e, de maneira transversal, observa-se que a “mudança” faz parte de quase todas as formulações sobre o consumo, seja por conta de processos históricos, pela observação das transformações ou, ainda, pela percepção da formação dos gostos e hábitos e sugere-se uma especial atenção para a contextualização de dados do consumo no tempo e no espaço, como algo crítico.

A partir dessa perspectiva teórica, buscamos entender os mecanismos por meio dos quais uma realidade social específica é construída (CHARTIER *apud* SENATORE, 2002), procurando a relação entre a concepção de determinadas condições materiais e a estruturação de relações sociais. Deste modo, uma das diversas formas de se entender esse projeto social é dando particular atenção às diferentes estratégias que determinaram posições e

relações dos diferentes atores sociais envolvidos nas práticas cotidianas, rotineiras e anônimas em sua relação com o vidro.

É importante nesse momento perceber alguns caminhos norteadores da análise. O primeiro se restringiu à relação dos discursos sobre as práticas de consumo. O segundo buscou entender as representações deste discurso, ou seja, a análise dos objetos que materializaram este discurso; e o terceiro e mais difícil foi tentar buscar as práticas sociais, ou seja, o comportamento dos atores sociais mediante esses discursos.

2.4 ARQUEOLOGIA URBANA: ENTRE OCUPAÇÃO E IDENTIDADE

Enquanto trabalho de Arqueologia Urbana não poderíamos deixar de tecer alguns comentários, antes de qualquer coisa, ao quadro atual desta no Brasil. Ao observarmos o seu percurso nos deparamos com melhores horizontes, porém com alguns conflitos tanto quanto de caráter epistemológico.

Por certo temos visto o retorno dos arqueólogos à cidade, seja em projetos acadêmicos ou em sua maioria situados no contexto da Arqueologia preventiva (ARAÚJO, 1993; ETCHEVARNE, 2004; JULIANI, 1996; NAJJAR, 2010; SOUZA, 2002; SYMANSKY, 1998; THIESEN, 2002; TOCCHETTO, 2000, 2004; ZARANKIN, 1995, entre outros). Por sua vez estes trabalhos revelaram diferentes tipos de ocupação como unidades domésticas, lixeiras coletivas, cemitérios, além de intensas atividades humanas que transformaram as paisagens urbanas como aterros, demolições, entre outras.

Contudo, Souza (2010), em consulta aos projetos de arqueologia presentes no IPHAN-SP e que tinham como foco a macrorregião da cidade de São Paulo, observou um enorme descompasso entre o discurso contido nos mesmos, que se definiam como Arqueologia Histórica e/ou Urbana e resultados que apontavam a nulidade do potencial arqueológico da área pesquisada, onde em alguns casos, segundo o mesmo, sequer foram realizadas sondagens.

Como resultado, enormes camadas de aterro, estratigrafias “antropizadas”, perturbadas por ação de companhias de luz, água e esgoto, foram negligenciadas e relegadas à condição de “sem relevância arqueológica”.

Não é o objetivo aqui necessariamente discutir o fato gerador de tais equívocos, se de ordem ética ou falha conceitual, mas sim apontar o perigo, ao se fazer arqueologia na/da cidade, de não darmos a devida atenção a elementos que pertencem ao contexto das transformações urbanas produzidas pelo homem em sua cultura e visão de mundo.

A heterogeneidade dos sítios arqueológicos históricos nos indica direções e cuidados, além do exposto acima, em buscar as inter-relações das diversas ocupações da urbe e seu espaço e uma leitura interpretativa, afinal a cidade é o contexto.

Podemos perceber a cidade como espaço dinâmico e complexo, onde ocorrem as expressões e representações dos diferentes grupos humanos, que conformam os ambientes e lhes confere significados. Isso é importante para percebermos que não estamos buscando apenas dados materiais e estruturais, mas que:

(...) também está preocupado com a documentação e em explicar como as cidades são simultaneamente lugares locais e globais, como se acomodam justaposições da arquitetura vernacular e elegante e suas culturas associadas, e como elas funcionam como locais de oportunidade e inovação, mas também de opressão. (O 'KEEFFE & YAMIN, 2006).

Ainda nesse sentido, os autores acima citados destacam a importância de novos paradigmas, refutando a percepção de ambientes construídos em termos de funções estritamente definidas e arranjos espaciais impessoais e descontextualizados para de outro modo observar como os ambientes construídos estimulam a prática e observação de desempenhos sociais. Ou seja, ver os espaços construídos como ativamente envolvidos na execução de vida social, ou ver a cidade como teatro.

A cidade, ambiente construído, é palco por excelência, foco material da Arqueologia e acesso às histórias das cidades de longa duração; oferece perspectivas distintas sobre o estudo interdisciplinar da performatividade urbana. (O 'KEEFFE & YAMIN, 2006).

De outro modo devemos estar atentos aos silêncios, à percepção da cidade também como local de opressão, de segregação espacial e física, ou a cidade como não teatro, onde:

(...) a performance está oculta e as ações cobertas, um lugar ocupado por pessoas que não estão "em estágio", quer pela suas próprias escolhas ou pelo desenho dos outros, e cujas edificações e espaços construídos são ocultos e invisíveis, em vez de exibidos, e que podem aparecer como "imaterial". (O 'KEEFFE & YAMIN, 2006).

Ademais, essa arqueologia que se realiza em meio urbano, cujo campo de investigação é a cidade ou expressões materiais nela contidas, chamamos de Arqueologia Urbana, definida por Staski (1982:97), como “o estudo das relações entre cultura material, comportamento humano e cognição em um cenário urbano”.

Acerca da Salvador oitocentista, além dos aterros e estruturas materiais que apontam os diferentes momentos de ocupação do espaço urbano, temos o exemplo dos quintais. Holthe (2003) levantou documentos primários e iconográficos que indicavam a presença de áreas não edificadas no espaço urbano. Essas áreas, ou possíveis quintais, eram muito comuns naquele período, servindo a diversas funções.

Aqui elencamos em primeiro lugar a produção de alimentos, essencial para abastecer uma cidade onde a maioria de sua população era pobre. Assim nestes espaços se cultivavam pomares, hortas, animais para consumo, se fabricavam doces, bebidas, bolos, entre outros. Em segundo lugar como um espaço de lazer, longe da curiosidade dos transeuntes, local por excelência para aproveitar a privacidade. Em terceiro lugar como locais de rituais, católicos ou de religiões de matriz africana, onde principalmente na segunda aproveitava-se a proximidade com rios e riachos, além da vegetação tropical.

Sendo assim, constituídos de muros de pedra e cal ou em aspectos mais simples, os quintais, segundo a documentação histórica, estariam presentes na paisagem da Salvador oitocentista, indicando caminhos de discussão entre a ocupação e identidade.

3 CAPÍTULO 2: O ESPAÇO URBANO: SALVADOR NO SÉCULO XIX

3.1 BREVE HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA CIDADE DO SALVADOR

Traçar um panorama geral da cidade de Salvador no século XIX, e em especial da Freguesia da Sé, se faz uma experiência extremamente necessária para o enriquecimento do diálogo com os dados arqueológicos do trabalho de pesquisa na área, da 7ª etapa do Projeto Pelourinho IPHAN/ MONUMENTA. Assim é que será possível entender a relação entre os projetos de modernização, desenhados pelas elites urbanas a partir das últimas décadas do século XIX (as reformas urbanísticas, as medidas higienistas, os discursos médico-psiquiátricos e jurídicos) com os objetivos de impor uma nova ordem social, e a pluralidade das respostas que os diversos grupos sociais articulavam, com a introdução dos vidros nesse período.

A ocupação do território que atualmente corresponde ao município de Salvador iniciou-se na primeira metade do século XVI, quando o donatário Francisco Pereira Coutinho estabeleceu uma vila da sua sesmaria no atual Farol da Barra, antiga Ponta do Padrão (CARNEIRO, 1980:26). Porém é quase um consenso na historiografia que o primeiro europeu a fixar-se na região foi o português Diogo Álvares, sendo talvez aquele que teve a primazia de assumir um perfil daquilo que conhecemos como colonizador, um homem de negócios que estrategicamente teria estabelecido parcerias com os indígenas (SAMPAlO, 1949:162).

A vila construída por Francisco Pereira Coutinho, conhecida então como Vila Velha ou vila do Pereira, teria sido um segundo núcleo de povoamento das terras recém-ocupadas, empreitada realizada de forma rápida segundo TAVARES (2001:90-91), construindo-se casas para cem habitantes e dois engenhos, um deles no trecho hoje conhecido como Pirajá, um pouco distante do Farol da Barra. Para tal o então donatário estabeleceu contato com Diogo Álvares e este com os indígenas para o abastecimento da Vila, sendo fornecido pescado, caça e madeiras. Contudo, esta relação não foi totalmente harmoniosa

e a Vila foi constantemente atacada pelos indígenas, em represália às violências praticadas contra estes pelo donatário.

Com a morte do donatário, após um naufrágio nas proximidades da Ilha de Itaparica, Portugal assume a sesmaria e instaura o Governo Geral, instituído em 1549, sob o comando de Tomé de Souza, iniciando a construção da cidade. Ele traz consigo um regimento e o mestre Luís Dias, que foi o responsável por trazer modelos de planos de cidades que pudessem ser adaptados à topografia da região de Salvador.

Do mesmo modo que em outras cidades portuguesas da América do Sul, especificamente em território brasileiro, Salvador nascia com o sentido de conferir proteção às terras coloniais exploradas pelos lusitanos, sendo assim teria sido orientada a atender às necessidades militares, com um plano urbanístico guiado pelo sistema de fortificações, pouco após os primeiros núcleos ocupacionais compostos pelas feitorias, capitânicas e sesmarias. Este modelo encontrou terreno propício pouco distante da antiga Vila, em um dos pontos mais altos da costa, próximo à baía, com águas potáveis e um bom porto.

Certamente tais características atendiam ao princípio básico de ocupação buscada pelos portugueses, regido pela oposição entre alto e baixo, destinado ao poder central e zona portuária e atividades braçais, respectivamente, conferindo proteção militar. (AGOSTINHO, 1996:11-12). Com isso, as cidades portuguesas, Salvador inserida, cresceriam seguindo as fortificações, que por sua vez eram orientadas pelos meios geográfico e fluvial, margeando a costa, acompanhando as deformidades do relevo e demais aclives e declives topográficos (GUTIERREZ. 1983:100).

Ainda de acordo com essa percepção, Paulo Santos (2001), entende que esse caráter frouxo de ocupação imputaria a Salvador um aspecto informal, mas ainda assim haveria espaço para uma praça central, onde estariam concentrados os poderes administrativos e eclesiásticos.

As praças no Brasil colonial eram o centro de reunião da vida urbana, em que se realizam as cerimônias cívicas e toda sorte de festividades, religiosas e recreativas, e serviam ainda aos mercados e às feiras. Nelas se localizam os edifícios principais, que mais enobreciam a cidade: a casa de Câmara e cadeia, a casa dos governadores, a igreja matriz (SANTOS, 2001: 72).

A partir disso, incumbido por Portugal, através de uma carta régia, de fundar uma cidade que atendesse as tais necessidades, Tomé de Souza e seu regimento iniciaram os trabalhos pelo trecho onde hoje é a atual Praça Castro Alves e a Misericórdia, na parte alta, seguindo essa projeção na parte baixa no ponto onde hoje está a Praça Cairu até a Preguiça. E, é neste trecho que os primeiros edifícios foram erguidos visando o armazenamento de materiais e ferramentas, além de oficinas e acomodações para os soldados e trabalhadores.

A comunicação entre a parte baixa e cidade alta se deu no primeiro momento a partir de três caminhos íngremes. A primeira estrada aberta foi a Ladeira da Misericórdia, do lado norte, executada por Pelippe de Guillem, que desembocava na praça e era, portanto, bastante transitada. Outro caminho partia da direita, da Igreja da Conceição da Praia, e na sua metade havia uma bifurcação para atingir a Travessa da Ajuda e à esquerda, as casas do Governo. A terceira opção era uma ladeira ao sul, chamada Conceição e,

(...) tinha início no alto, na Praça do Palácio, hoje Praça Municipal ou Tomé de Souza, indo pela encosta até o ponto correspondente ao Baluarte São Tomé, daí continuando, após mudar de direção, em posição aproximadamente igual a da atual Ladeira da Conceição (SIMAS FILHO, 1998: 33).

Dessa forma, dentro dos limites dos muros, em seu traçado mais antigo, a cidade possuía então uma praça quadrada onde estavam a Casa dos Governadores e a Casa de Vereança. Daí partiam as ruas longitudinais que seriam a Direita do Palácio ou dos mercadores (atual Rua Chile) e a Rua da Ajuda e ruas transversais do Tira Chapéus e das Vassouras (TAVARES, 2001: 119). Outras ruas longitudinais eram a do Pão de Ló e dos Capitães, que recebera esse nome por estar junto à porta de Santa Luzia e ali se encontrar a casa dos capitães.

Conforme exposto acima, no que tange às principais características das cidades portuguesas nas Américas, não tardou a serem erguidas em Salvador cercas de palhiçada, que mais tarde se mostrariam incipientes frente às intempéries, substituídas a partir da expansão da cidade por um muro de taipa grossa. Este seguia da Porta de Santa Luzia, passava pelo brejo, sendo interrompido por um vale – que iniciava na Rua da Misericórdia, vizinha ao atual prédio da Prefeitura de Salvador e terminava no Rio das Tripas, (FIGURAS 1 a

3) – continuando ao pé da Ladeira da Praça até os fundos da Igreja de São Domingos, descendo o Maciel de Baixo até o Largo do Pelourinho, ao encontro da Porta de Santa Catarina (CARNEIRO: 1980: 90-91).

O referido vale fora escavado naturalmente por nascentes d'água existentes na parte alta da cidade e, possivelmente, estes dois fatores contribuíram para a escolha da implantação do núcleo inicial neste platô, pois seria mais um elemento de defesa, ao mesmo tempo em que agradava pela fartura de água (SIMAS FILHO, 1998: 39). É neste vale que a cidade irá se expandir, quando ele é aterrado, e novos bairros são construídos no século XVIII, ocupando assim toda a área da freguesia da Sé, espaço onde se desenvolve a pesquisa em questão. Por isso tem destaque nas plantas que seguem abaixo.

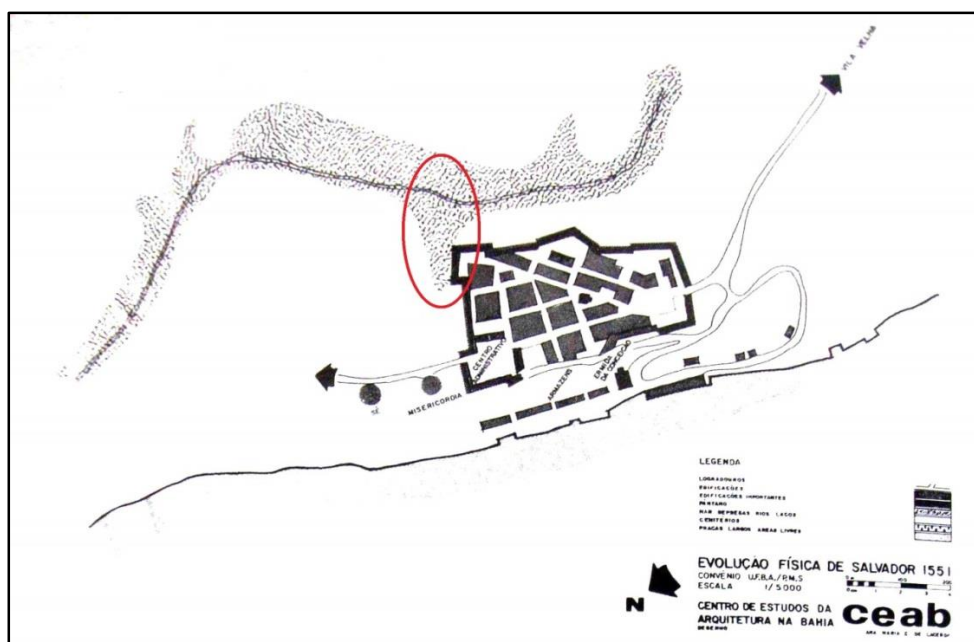


Figura 1: A imagem resume a evolução física de Salvador em 1551. A área circundada em vermelho destaca o vale ao lado dos limites do núcleo inicial. FONTE: Simas Filho, 1998.

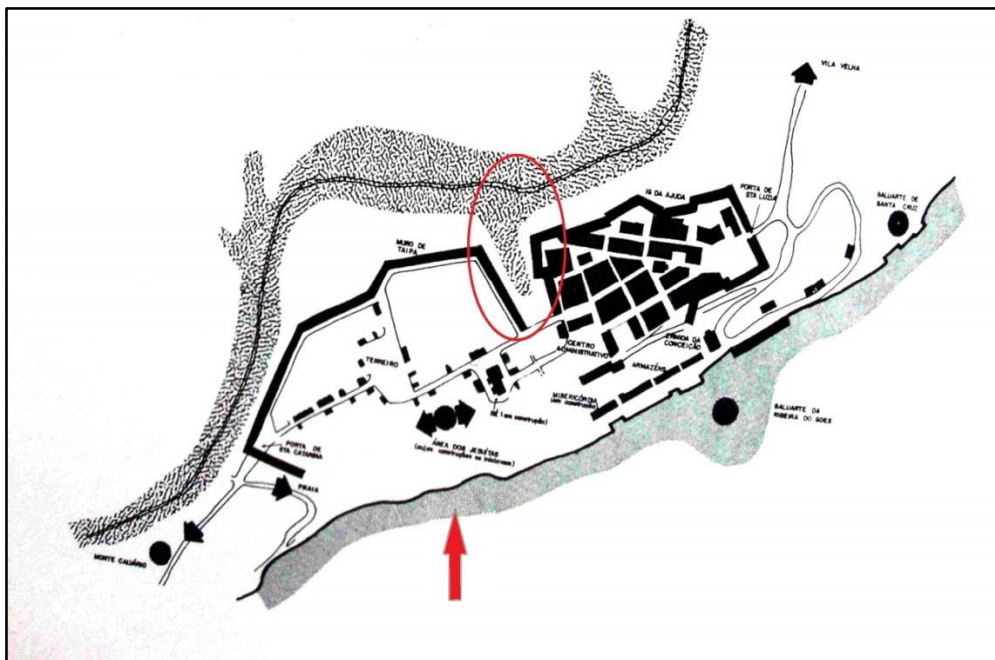


Figura 2: A imagem apresenta a evolução física de Salvador em 1553. A área circulada em vermelho destaca o vale e os limites da cidade margeando-o. A seta indica a área reservada à construção dos jesuítas. FONTE: Simas Filho, 1998.

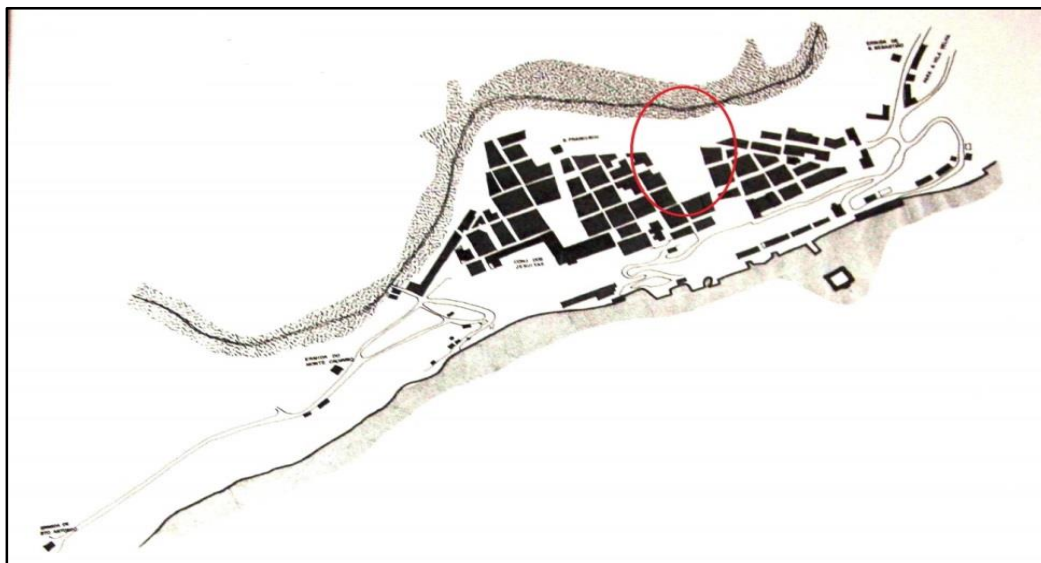


Figura 3: A imagem apresenta a evolução física de Salvador em 1580. A área circulada em vermelho destaca o vale e os limites da cidade margeando-o. FONTE: Simas Filho, 1998.

Nas imagens acima é possível perceber outro importante elemento que auxiliaria na conformação do traçado urbano de Salvador já após os primeiros anos da sua fundação, que seria a Companhia de Jesus. Tendo escolhido o terreno ao norte e, portanto, fora das muralhas, o padre jesuíta Manuel de

Nóbrega vislumbrou que o crescimento da cidade só poderia ocorrer naquele sentido, uma vez que o núcleo inicial localizara-se na borda do platô da colina, ao sul. Dessa forma, a construção do colégio dos jesuítas extramuros atraía a expansão naquele sentido e ficaria localizado em posição privilegiada, na área central da malha urbana, contribuindo para uma configuração diferente daquela do núcleo inicial (COSTA, 2005: 49-50).

Todavia, isso não acontece de imediato, uma vez que o governador considera a área escolhida como perigosa devido aos ataques indígenas, reservando-lhes terreno junto à região destinada à Igreja da Sé. Os jesuítas constroem neste local uma capela de taipa e teto de palma em 1549, denominada de Nossa Senhora da Ajuda, tendo provisoriamente as atribuições de Sé (SAMPAIO, 1949: 190).

O início do século XVII é marcado por transformações, onde a ocupação territorial supera a área intramuros, notadamente em direção ao norte no sentido do colégio dos jesuítas, mas também em direção ao sul e ao atual bairro do Campo Grande. É na primeira metade deste século, em 1624, que a cidade é invadida pelos holandeses e algumas transformações são levadas a efeito por estes como a construção de novos baluartes e o represamento de rios, entre eles o Rio das Tripas, preocupados que estavam em fortificar a cidade recém-conquistada. Tais empreitadas forçaram a construção de quartéis por parte dos portugueses, principalmente nos sítios da Palma, Desterro e Saúde, visando à retomada da cidade, e, posteriormente, levaram à ocupação desses locais (SIMAS FILHO, 1998: 91).



Figura 4: Detalhe da planta de Salvador, de 1625 a 1631, atribuída a João Teixeira Albernaz. A área circulada em vermelho destaca o vale com uma casa em seu interior, enquanto a seta indica a igreja de São Francisco que dava início à rua do mesmo nome, dividida pelo vale. FONTE: Simas Filho, 1998.

Para Antônio Heliodório Sampaio a cidade não sofrera grandes transformações entre sua fundação até 1650, com uma ocupação concentrada nas colinas da parte alta e em uma pequena faixa litorânea, concluindo que a forma física da ocupação é em xadrez,

com quadras de casas justapostas, lado a lado, num traçado regular, embora já apresentando ruas longitudinais de cumeeada, com casas em fileiras, em testadas estreitas e sem recuo, ocupadas a partir dos caminhos tradicionais (SAMPAIO, 1999:54).

No período que vai da fundação até a primeira metade do século XVII, denota-se que Salvador era uma pequena cidade, com uma população estimada, no final do período, em apenas 10.000 almas. Fernão Cardim estimava que em 1583, Salvador tinha 3.000 vizinhos portugueses, 8.000 índios e 3 a 4.000 escravos de Guiné (CARDIM, 1978 in VASCONCELOS, 2002:47). Os mapas elaborados no período demonstram que a cidade extrapolava um pouco o sítio original com avanços em direção ao norte (Carmo) e ao sul (São Bento). Sobre o entorno da cidade, relatos do cronista Gabriel Soares de Souza em 1587 dão conta de que estava ocupado por roças pertencentes a casais portugueses.

Os índios foram concentrados em algumas aldeias em torno da cidade, todavia seu número teria sido reduzido de 40.000 almas para apenas 3.500 índios (ANCHIETA, 1988, in VASCONCELOS, 2002:43). Quanto aos negros, quilombos já teriam sido localizados em 1575 na orla atlântica, e outro destruído no Rio Vermelho em 1632 (RUY, 1953, e FREITAS, 1977, in VASCONCELOS, 2002:44).



Figura 5: A imagem apresenta a evolução física de Salvador em 1650. A área circulada em vermelho destaca o vale ainda desocupado. FONTE: Simas Filho, 1998.

Na segunda metade do século XVII e por todo o século XVIII, Salvador experimentou um período de crescimento econômico – que para alguns estudiosos foi motivado pelo comércio de açúcar e, para outros, pelo tráfico de escravos e sua venda, bem como pelo contrabando do ouro com Minas Gerais – que se estende também em mudanças arquitetônicas e urbanísticas. Como, por exemplo, a ampliação final da Casa da Câmara, o novo Palácio dos Governadores, a atual igreja dos Jesuítas e suas dependências, o convento e igreja de São Francisco, a Ordem 3ª de São Francisco, Carmo e São Domingos, só para citar algumas das principais obras (SIMAS FILHO, 1998: 99) O crescimento populacional acompanha este processo, e, descrições de viajantes

que passaram pela cidade entre 1685 e 1717 apontam uma povoação de 2.000 casas, dando importante contribuição para o entendimento do seu perfil social e econômico. Um exemplo é o relato de Dampier que esteve em Salvador por volta de 1699:

As casas da vila têm dois ou três andares, com telhados cobertos de telhas curvas. Em muitas delas têm sacadas. As ruas principais são grandes, e todas pavimentadas ou cobertas com pedregulho. Há também passeios públicos nos lugares mais notáveis da vila, e muitos jardins, tanto dentro como fora da cidade, e ali são cultivadas árvores frutíferas, plantas medicinais, verduras para saladas, e flores em grande variedade, mas arranjadas sem grande ordem ou arte (DAMPIER, 1699 *apud* SIMAS FILHO, 1998: 102-103).

La Barbinais, em 1717, de maneira mais crítica observa a respeito das construções da cidade alta, que:

(...) as casas eram grandes e cômodas, mas tal acidentado do solo que as ruas ficavam desagradáveis e perdiam o efeito ornamental. Como cada qual podia edificar como bem entendesse, daí surgia deplorável irregularidade. (LA BARBINAIS, 1717 *apud* SIMAS FILHO, 1998: 107).

Diante desse quadro é que surgem as primeiras provisões ordenando os moradores a seguirem os alinhamentos especificados para as ruas, sob pena de terem suas casas destruídas (VASCONCELOS, 2002: 83). É no governo de D. Rodrigo José de Menezes (1784-1788), que grandes mudanças ocorreram no sentido de atender às principais necessidades do crescimento urbano, dentre elas, alinhar e regularizar áreas com a opção do aterramento, rebaixar, erguer e pavimentar ruas e executar correções viárias. Fruto das primeiras preocupações com higiene e salubridade (SAMPAIO, 1999: 61).

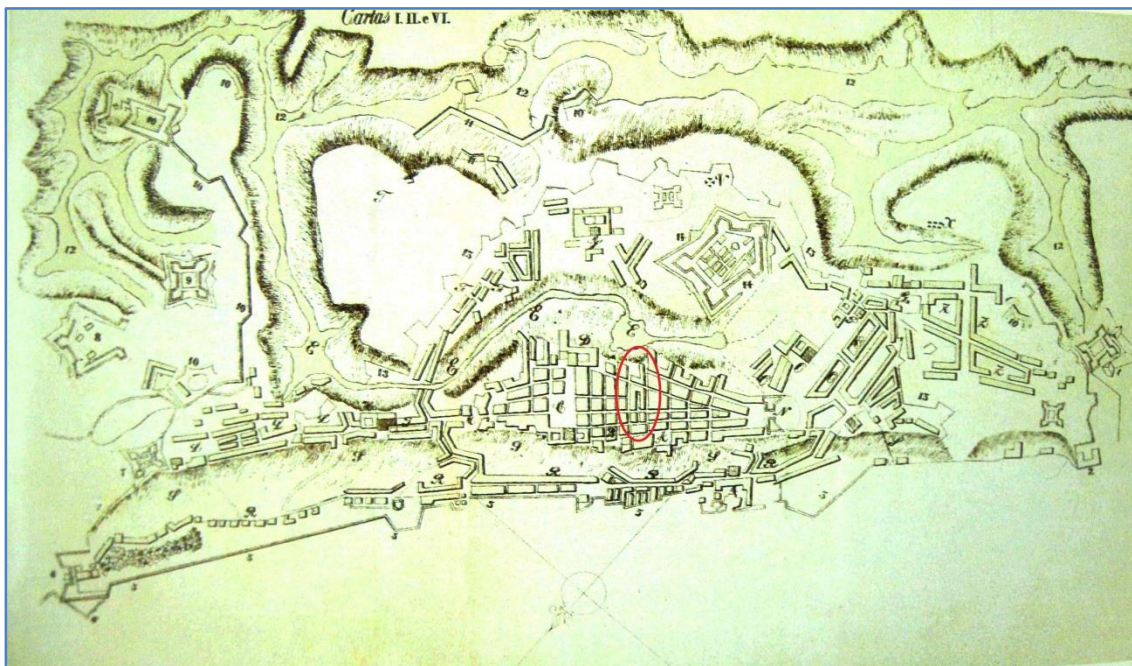


Figura 6: Planta da cidade de Salvador em 1715, atribuída ao brigadeiro Jean Massé. Aqui, na área circulada em vermelho, percebemos o espaço do vale agora ocupado com novos quarteirões, evidenciando o momento de expansão urbana. FONTE: SIMAS FILHO, 1998: 112.

Ainda segundo o aludido autor a característica da cidade não se modificou substancialmente até o fim do século XVIII. A “mancha matriz” se consolidou em quadras não tão regulares como neste núcleo inicial; ocorreu a ocupação da segunda linha de colinas e ultrapassou-se o antigo obstáculo natural do Rio das Tripas, canalizado e transformado em Rua da Vala (atualmente Baixa dos Sapateiros); além do desenvolvimento da cidade baixa no sentido de Água de Meninos e Jequitaia (SAMPAIO, 1999: 56).

A cidade, na sua passagem para o século XIX, após a mudança da capital para o Rio de Janeiro, tinha a sua riqueza concentrada nas mãos de poucas famílias. Por conseguinte, o sistema clientelista funcionava em torno delas, dividindo espaço nos mesmos prédios com seus escravos e agregados com seus escravos próprios. Na freguesia de São Pedro, por exemplo, de acordo com o censo de 1775, em 671 propriedades havia 2.689 residentes, sendo 523 “pais de família”, 627 mulheres, filhos e filhas, 403 agregados, 73 mulheres e filhas de agregados e 985 escravos (39,5%), dos quais 78 eram escravos dos agregados. Dos “pais de família” 66,6% eram brancos, 15,7% mestiços e 17,7% eram negros. Dos 347 “pais de família” brancos, 40 foram registrados como pobres e 24 não tinham profissão. Dos 274 agregados brancos, 65 foram classificados

como “sem profissão” e 17 como pobres; dos 82 “pais de família” mestiços, oito não tinham profissão e 10 eram pobres; entre os 92 “pais de família”, pretos, 11 eram pobres. Tais dados demonstram a proximidade de grupos étnicos, iguais proporções de pobres entre os diferentes grupos de cor e ainda a proximidade dessas condições com a então central Freguesia da Sé, o centro administrativo da cidade (COSTA, 1965 in VASCONCELOS 2002).

3.2 A CIDADE NO SÉCULO XIX

É unânime entre os viajantes que passaram pela Bahia no século XIX, que Salvador era uma cidade linda e imponente quando vista do mar, e, decepcionante, ao desembarque. Dizia Dom Manuel de Amargo, em 1866 *“poucos espetáculos haverá no mundo tão belos e tão grandiosos como a chegada á cidade da Bahia”* (AMARGO *apud* AUGEL, 1980). Os viajantes maravilhavam-se diante da exuberância natural da Baía de Todos os Santos, vista dos navios e partes mais altas da cidade. Porém, tal fascínio desfazia-se abruptamente quando se aportava na cidade baixa. Maria Graham (1956) muito diretamente afirmou que se tratava *“sem nenhuma exceção, do lugar mais sujo em que eu tenha estado.”* Daniel Kidder, (KIDDER *apud* AUGEL, 1980) considerou que a *“cidade baixa não oferece atrativos para o estrangeiro”* e esclarece que *“a sarjeta fica mesmo no meio, de maneira que a rua se torna asquerosamente imunda”*.

A sujeira e a desorganização do trabalho nas ruas realmente desagradavam aos visitantes que esperavam encontrar em terra o mesmo paraíso tropical visto do mar. A Europa não era reconhecida como uma referência de asseio e salubridade, mas o que mais incomodava os estrangeiros era o conjunto que formava a cena cotidiana da cidade: a sujeira, aliada a um comércio eufórico e desorganizado, e, principalmente, a forte presença de escravos africanos. O alemão Freyress descreveu a seguinte cena:

Os escravos, amontoados às centenas num barracão, estão vestidos apenas com um lenço ou trapo de lã em torno do ventre. Por uma questão de higiene, são-lhe raspados os cabelos. Assim nus e pelados, sentados no chão, olhando curiosamente os que passam, não diferem muito, na aparência, dos macacos (FREYRESS, *apud* AUGEL, 1980, p. 211).



Figura 7: Primeira parte, indo do porto na cidade baixa até a antiga Sé no alto, do panorama fotográfico de Benjamin Mulock, tirado em 1860, do Forte de São Marcelo. A área circulada em vermelho corresponde à Igreja da Sé. FONTE: SAMPAIO, 2005

De maneira geral, porém, a cidade alta contava com relatos mais favoráveis dos visitantes oitocentistas. As ruas são descritas como relativamente limpas e arejadas, com amplas praças, sem falar da vista privilegiada. Entretanto, dependendo do caminho que se fazia para chegar à parte alta, as impressões eram quase as mesmas da cidade baixa: ruas desalinhas, estreitas, curvas e angulosas, com fileiras de casas pouco bonitas e irregulares. Enquanto que os prédios públicos, igrejas e algumas construções receberam dos cronistas referências mais simpáticas.

Conforme Kátia Mattoso (1992), Salvador conservava, durante o século XIX, os mesmos limites desenhados no século anterior e podia contar com uma população média, que variou ao longo do século, entre 50 e 100 mil habitantes. Todos os caminhos convergiam para os dois centros mais antigos da cidade desde os seiscentos: a Sé, no topo da escarpa, e a Conceição da Praia, à beira-mar.

A cidade à beira-mar concentrava as atividades comerciais. Nela era possível encontrar um grande número de lojas, mercados, armazéns e lojinhas onde era vendida toda sorte de mercadorias: roupas, sapatos, bijuterias, bebidas, remédios etc. Ofereciam-se ali muitos serviços, os quais davam nome às ruas com maior concentração desses profissionais, como a Rua das Grades

de Ferro ou a Rua dos Barbeiros, onde se concentrava um grande número de escravos e libertos envolvidos nesses ofícios. Esses negros se postavam em “cantos”, agrupados por origem e ocupação, à espera que solicitassem seus serviços, seja no transporte de carga ou na construção, eram os chamados negros de ganho.

Maria Graham assim relata a vida cotidiana na cidade baixa em 1816:

A rua (...) ocupa aqui a largura de toda a cidade baixa da Bahia (...). É extremamente estreita; apesar disso todos os artífices trazem seus bancos e ferramentas para a rua. Nos espaços que deixam livres, ao longo da parede, estão os vendedores de frutas, de salsichas, de chouriços, e de peixe frito, de azeite e doces, negros trançando chapéus ou tapetes, cadeiras com seus carregadores, cães, porcos e aves domésticas, sem separação nem distinção; e como a sarjeta corre no meio da rua, tudo ali se atira das diferentes lojas, bem como das janelas. Ali vivem e alimentam-se os animais. Nessa rua estão os armazéns e os escritórios dos comerciantes, tanto estrangeiros como os nativos (GRAHAM. 1956.p.145).

Na cidade baixa havia construções imponentes como a basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia, alguns prédios públicos imponentes, como o Arsenal da Marinha, o Celeiro Público e o da Bolsa de Mercadorias, onde atualmente funciona a Associação Comercial da Bahia. Porém, o que sobressai dos relatos dos cronistas é o conjunto arquitetônico formado por um labirinto de ruelas tortuosas que desciam o pé da escarpa. Mais tarde novas áreas foram conquistadas ao mar, através do aterramento, quando o espaço da cidade baixa pôde ser um pouco mais desafogado.

Os moradores da cidade baixa eram principalmente comerciantes baianos e estrangeiros, muitos deles habitavam os fundos das suas lojas. Todavia, a maioria da população que circulava nesta parte da cidade durante o dia, não residia ali. Caída à tarde essas pessoas rumavam à cidade alta, através das íngremes ladeiras, como a da Montanha, aberta à circulação em 1878, e a da Conceição, ou através dos bondes, a partir de 1850.



Figura 8: Novo cais das amarras a beira mar, com casarões de cinco pisos, em 1861. FONTE: Benjamim Mulock/Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, in SAMPAIO. 2005: 36.

A cidade alta era o centro político-administrativo e religioso da cidade, onde se reunia as cinco paróquias centrais – Sé, Santo Antônio Além do Carmo, Santana, São Pedro e Paço – onde estava a maioria da população da cidade. Ali viviam nobres, burgueses e funcionários públicos, juntamente com escravos, libertos e artesãos livres. Ao lado de modestas casinhas de taipa erguiam-se casarões imponentes como a Casa dos Sete Candeeiros e o Solar do Ferrão. Algumas paróquias como, por exemplo, a Sé, vinham de um recente passado de freguesia elitista, charmosa e habitada por famílias tradicionais, mas a partir de diversos fatores políticos e sociais ocorridos ao longo do século XIX, entraram num estado de decadência e empobrecimento, vendo seus casarões divididos em alojamento ocupados por brancos pobres, escravos e libertos.

As avaliações sobre a população de Salvador feitas no século XIX eram fantasiosas. Segundo Kátia Mattoso (1992) havia uma tendência a superestimar o número de habitantes, talvez pelo fato dos viajantes e cronistas viverem em bairros populosos e de forte dinamismo. Ainda, segundo a autora, as densas zonas do porto e do Centro ofuscavam os bairros ditos rurais.

De toda forma é aceito o censo eclesiástico de 1805 que registrava 46.440 habitantes e o de 1872 com 108.138 habitantes, números bem distintos dos fornecidos pelos viajantes que indicavam entre 70 e 115 mil habitantes já entre 1812 e 1820.

É consenso que Salvador não perde importância como polo de atração de população para outras regiões, mesmo quando deixa de ser a sede do Governo do Brasil, recebendo imigrantes das áreas rurais (que enfrentaram a crise açucareira e longa seca), estrangeiros e negros africanos trazidos como escravos até 1850, quando o tráfico se torna ilegal.

Segundo Costa (1989) é estimado em 300 mil, o número de africanos que chegaram à Bahia só na primeira metade do século XIX. A maioria trabalhava na agricultura, mas um volume elevado ocupou as ruas, trabalhando em atividades domésticas, exclusivos das famílias mais ricas, ou como escravos de aluguel, cuja “propriedade” era alugada para um serviço predeterminado e sem qualquer remuneração. Essa foi uma prática comum diante da dificuldade de se encontrar trabalhadores livres para atividades braçais, então menosprezadas. Um terceiro tipo é o escravo de ganho que procura trabalhos pelas ruas e o benefício recebido era dividido com o senhor, podendo morar com este ou não.



Figura 9: Ganhadores escravos organizados em cantos para transporte de mercadorias no século XIX. Acervo Schomburg Center for Research in Black Culture, Nova York, Estados Unidos da América in SAMPAIO. 2005: 94.

Entretanto, vale salientar que, nem todo branco é senhor e nem todo negro é escravo, como foi narrado por visitantes e historiadores. A observação de Pierson (PIERSON *apud* MATTOSO, 1992, p.126) sugere que na Bahia ser negro é possuir “traços negroides muito visíveis” ou ter uma “situação social inferior”. Segundo Kátia Mattoso, a grande variedade de mestiços seria declarada “branca”, se socialmente aceitos, e “mulata”, em caso contrário.

Afinal quantos eram os negros e quantos eram os brancos? Observando a quantidade de palavras criadas para os mestiços (mulatos, pardos, cabras etc.), e levando em conta a ambiguidade no uso dos termos que se referem à origem racial e social dos habitantes de Salvador como supracitado, os (as) historiadores (as) se debateram com os recenseamentos disponíveis.

O censo de 1872, um dos mais aceitos pelos autores, divide as 108.138 pessoas em 30,9% de brancos, 43,7% de mulatos, 23,5% de negros e 2% de caboclos, indicando ainda 95.637 “almas” livres.

Em uma das freguesias mais importantes, a Sé, constata-se um panorama da estrutura social da cidade, através de documentos referentes a cinco quarteirões, que sinalizavam a mudança de uma ocupação outrora ligada à elite, para indivíduos de camadas medianas da sociedade, ou mesmo de pequenas famílias pobres. Ali residiam muitas viúvas que viviam de seus bens, abrigando muitos filhos e parentes, e numerosa escravaria. Os grandes sobrados, construídos para serem a sede de grandes famílias, se subdividiam em fogos pelos andares, transformando-se em diversos lares com famílias de mediana e inferior segmentação social. A maioria dos chefes de família da Sé, seus filhos, e mesmo seus agregados, como dito acima, era composta por funcionários públicos. Mas havia aglomerados de pessoas das mais variadas profissões, às vezes mais representativas que a do dono da casa, residindo em um dos andares do sobrado.

No fim da Rua das Verônicas, não muito longe do Convento e Ordem Terceira do S. Francisco, na mesma Freguesia da Sé, aglomeravam-se pardos, cabras, alguns escravos e pretos livres e libertos, com ocupações primárias de prestação de serviços autônomos, como: “vende água”, “vende lenha”, “vende mingau”, “tem venda na porta”, “carrega cadeira”, “de ganho”, “rema saveiro”. Esse pequeno núcleo primário de população em pleno coração da cidade

evidencia o nível de vida de parte da população de Salvador, que dependia de sua infraestrutura primitiva, principalmente daquelas que “vendiam água”, significando que a principal freguesia da cidade ainda não contava em 1855 com abastecimento de água acessível a toda a sua população.

A estrutura social sugerida por Kátia Mattoso (1978, p. 161-164), divide-se em quatro. O primeiro grupo era formado por funcionários da administração real, militares de alta patente, alto clero, grandes mercadores e proprietários rurais, seguido do segundo grupo com as mesmas categorias, mas com renda mais baixa, além dos profissionais liberais e mestres como ourives, pintores etc. O terceiro grupo era formado pelos funcionários subalternos, militares de baixa patente, oficiais mecânicos como pedreiros, carpinteiros, sapateiros entre outros. O quarto e último seria formado por mendigos, escravos e desocupados, formando a “classe perigosa” (CHALHOUN, 2006).

A preocupação com os forros era grande, expressava-se através de leis que visavam principalmente impedir a indigência e vagabundagem dessas pessoas. O forro, por exemplo, não tinha direito de alugar casas, uma vez que eram proibidos de serem inquilinos aqueles que não tivessem autorização especial do juiz de paz. Para mercar, carregar cadeiras, trabalhar em alvarengas, os forros pagavam impostos suplementares à municipalidade. Muitos destes possuíam também escravos, casas, roças e terrenos na cidade. Na Sé, em 1847, havia 356 pessoas forras, perfazendo 14,2% da totalidade desta população na cidade. Esses eram, na sua maioria, os moradores das lojas, muitas vezes compondo grupos de solteiros, sem família, unidos talvez pela etnia comum, se africanos, ou talvez pela profissão.

Esses aglomerados deviam ser o fermento social da cidade, de onde surgiam as revoltas, as inconformidades, as intolerâncias, como também o medo e a necessidade de proteção.

O espaço físico da cidade era comprimido, as ruas eram estreitas, as casas amontoadas, com portas e janelas dando para as vias públicas, em dimensões de largura que iam de 28 a 42 palmos⁵, principalmente das casas térreas, que eram a maioria na cidade. As casas eram engaioladas de andares,

⁵ 28 palmos correspondem a 6,16m e 42 palmos a 9,24m.

e em cada uma delas saiam vigas de 4 a 5 palmos, sobre estas se armavam varandas fechadas de rotulas ou grades de fasquias de madeira cruzada, cobertas de um telhadinho para desviar as águas das chuvas.

As ruas, nas quais as casas fronteiriças também faziam usos das varandas e gelosias, ficavam escuras e desagradáveis para quem passasse por elas. Imaginando a aparência das casas que se comprimiam nas freguesias centrais, com paredes meeiras, térreas, abarracadas, ou de sobrado, fica-nos a ideia de que a dificuldade dos transportes fazia a população disputar, palmo a palmo, os terrenos situados no coração da cidade.

Essas casas térreas podiam ser ladrilhadas, de tijolos, ou de cerâmica. Poderia ser assoalhada, parte forrada, ter janelas envidraçadas, ou mesmo com bacias de pedra de cantaria, que eram as mais ricas. Também podiam ter paredes dobradas, as anteriores e posteriores, algumas com as caixas de pedra e cal, com seus repartimentos internos de adobe, de tijolos ou singelo. Em algumas dessas casas mencionam-se a existência de alcova ligada à sala de visitas. Observando o preço pelo qual foram vendidas certas casas térreas de uma porta e duas janelas, se pode concluir que variava conforme a freguesia onde estavam situadas. As casas mais valorizadas eram as da freguesia de São Pedro e as de menor valor eram as da Sé, que estavam sendo vendidas para renda. Como exemplos, foram localizados nas fontes primárias⁶, imóveis nas duas freguesias com suas descrições e valores avaliados. A primeira localizada na Rua do Saldanha, freguesia da Sé e a segunda localizada na Rua da Lapa, freguesia de São Pedro Velho.

A casa térrea nº 11 na mesma Rua do Saldanha, e contigua a descripta, mas tem vinte e cinco palmos de frente, e nesta porta e duas janelas em parede dobrada, com sala fechada e dous quartos, sala interior e cosinha com pequeno pateo onde há despejo. Está em bom estado e foi avaliada em um conto e oitocentos mil reis. (APEB, Seção Judiciaria-Cível I, Série Conta e Tombo, 1863).

Casa térrea nº 29 situada na Rua da Lapa, freguesia de São Pedro Velho, com vinte palmos de frente, e nesta duas janelas envidraçadas, sala fechada, dous quartos, sala de jantar e cosinha forrada, tem pateo murado, a sala e quarto na frente são assoalhados. Foi avaliado em

⁶ Inventário de Conta e Tombo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé, Seção Judiciária-Cível I, 1863 (APEB).
Avaliação e Arrematação dos bens da Irmandade de Nossa Senhora da Fé, Seção Judiciaria-Cível I, 1870 (APEB).

dous contos e quinhentos mil reis. (APEB, Seção Judiciária-Cível I, Série Avaliação e Arrematação de Bens, 1870)

Os sobrados, residências de famílias de alta renda, não eram todos iguais. Poderia ter desde um e até quatro andares. Os divididos em vários fogos já o eram desde o andar térreo, onde existiam as lojas. As lojas, por sua vez, eram habitações onde viviam pessoas mais pobres, geralmente de cor, agregados dos proprietários. Mas muitas vezes as lojas eram para renda. Geralmente, estes sobrados com lojas possuíam mais que uma porta no andar térreo, dentre estas, uma se destacava por ser mais ornada que as demais, servindo de entrada para os andares do sobrado. Quando o sobrado era residência de uma só família, o andar térreo se apresentava com uma porta e várias janelas, pois o térreo era o pavimento de maior uso diário, inclusive contendo nele as dependências de escravos.

Todavia, com a expansão da cidade e a constante preocupação com a salubridade, esses sobrados e casas térreas já não satisfaziam às novas necessidades, surgindo, assim, um novo bairro, denominado de Vitória, onde foram construídos solares elegantes, arejados, iluminados, com jardins, muitas janelas, terraços e galerias.

Da análise do perfil social da cidade, neste período, pode-se afirmar que seu funcionamento dependia, precipuamente, da mão de obra dos escravos, vez que estes eram os responsáveis pela distribuição de água, pelo transporte, sobretudo, pelo serviço doméstico das casas. Esta dependência, provavelmente, diminuiu no período de decadência da escravidão, com a doravante instauração do trabalho livre e assalariado.

O comércio era de longe o ofício mais praticado. Em todos os grupos sociais supracitados homens e mulheres podiam exercer algum tipo de atividade, fossem grandes negociantes, caixeiros-viajantes, ambulantes, leiloeiros, corretores, dentre outros.

Baseados, no início do século XIX, na exportação de produtos primários para os mercados internacionais, os luso-brasileiros estavam no topo da cadeia de grandes negociantes. Situação que só mudaria após 1808 com a abertura

dos portos, quando estes perderam o monopólio e as grandes transações passaram a ser exercidas por pessoas de todas as nacionalidades.

Nesse momento é cancelada a proibição de atividades industriais na colônia e algumas iniciativas, para além do campo têxtil, foram exploradas já no primeiro momento, como o investidor Francisco Ignácio Siqueira Nobre que investiu pesadamente na implantação de uma fábrica de vidros, trazendo inclusive operários da Alemanha, porém, sem sucesso (SANDRONI, 1989).

De 1870 a 1889, portugueses e brasileiros dividiam assim a venda de tecidos, gêneros alimentares, produtos farmacêuticos e de drogaria, ferragens, vinhos e bebidas destiladas, vestuário em geral, porcelanas, vidros e joias. Eram donos de pequenos estabelecimentos como papelarias, confeitarias, cafés e açougues. Em consultas aos almanaques desse período é possível perceber a grande quantidade de anúncios que abrangem os ramos do comércio citados acima, em sua maioria drogarias e lojas de bebidas.

PREPARADOS

PHARMACIA CARVALHO

Approvados pela Junta de Higiene da Capital Federal e deste Estado

<p>Xarope de tólu composto</p> <p>Contra as bronchites, tosse convulsas, asthmas, etc.</p>	<p>Opodeldoch de eucalyptus, arnica e laudano</p> <p>No reumatismo, dores de dente, frições, queimaduras e mordeduras de insectos venenosos.</p>
<p>Pilulas contra sezões</p> <p>Nas affecções palustres, engorgitamentos do fígado e bexiga.</p>	<p>Vinho dos Phosphatos</p> <p>Segundo a formula de Parrot.</p> <p>Preparado de grande accção pelo que deile tem usado e prescripto pelos Srs. doutores.</p>
<p>Agua ingleza nacional</p> <p>Formula da Pharmacia Central.</p> <p>Contra as febres puerperal, intermitente e para levantar o estimulo organico.</p>	<p>Chocolates de baunilha, musgo e ferro</p> <p>Preparação especial e de grande accção pelo seu fabrico especial.</p>
<p>Xarope de chlorhydro phosphato de cal</p> <p>Formula da Pharmacia Central.</p> <p>Reconstituinte para crianças debilitadas e rachicicas.</p>	<p>Vazelina perfumada</p> <p>Para uso do lozador, previne a queda e queda do cabelo.</p>
<p>Xarope Lactophosphato de cal creosotado</p> <p>Formula de Dr. Huxley.</p> <p>No catarrho bronchico, rouquidão, asthmas e tuberculos pulmonar.</p>	<p>Agua antiephelica</p> <p>Contra as sardas, manchas de pelle e queda do cabelo, etc.</p>

Este estabelecimento abre a noite a qualquer hora para acudir aos doentes frequentes e aos Srs. medicos.

PHARMACIA CARVALHO

N. 57 - COBERTOS GRANDES E DROGUISTAS - N. 57

Figura 10: Anúncio voltado ao comércio de produtos medicinais. FONTE: Almanak do Estado da Bahia, 1898.

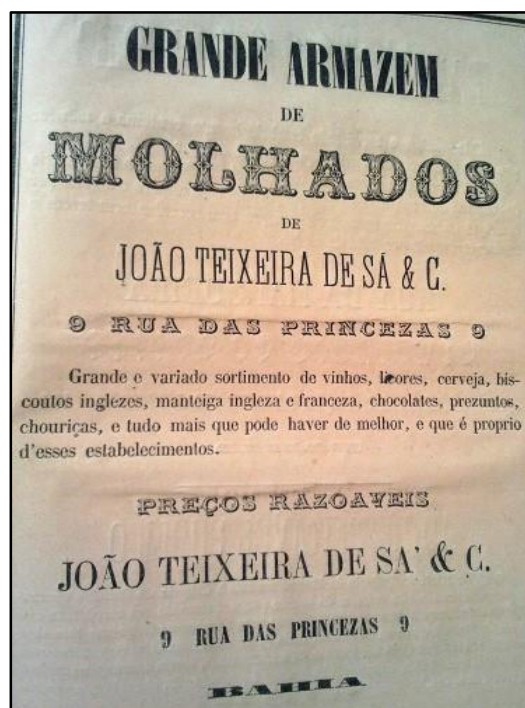


Figura 11: Anúncio com referência ao comércio de bebidas. Nota-se ainda a menção a produtos europeus, como sinônimos de qualidade. FONTE: Almanak do Estado da Bahia, 1898.

Admite-se, então, que Salvador tinha um mercado de trabalho sem trabalho escravo. Contudo, na realidade, a situação não era tão simples para a mão de obra livre, pois até 1870, segundo inventários *post mortem*, havia proprietários de escravos. Estes conseguiam o trabalho para os seus homens em detrimento de trabalhadores livres ou recém-alforriados, impedidos apenas de exercer funções administrativas ou públicas.

O setor industrial, com menor capacidade de absorção, reduzido a pequenas manufaturas têxteis e indústrias de transformação, também aparece como opção de emprego. É identificada no período, a presença em Salvador e seu entorno, de manufaturas, além das citadas, de fumo, calçados, biscoitos, cafés, fundições de ferro e bronze, destilarias de álcool, produção de óleo, velas, fósforos, açúcar, sabões, cervejas e etc.

Há registros, ainda, da absorção de mão de obra nos setores da construção civil e naval, além dos ofícios artesanais que irão se multiplicar nesse período, como relojoeiro, torneiro, gravador em metal, seleiro, cordoeiro,

chapeleiro, padeiro, bordador, tecelão, dourador, santeiro, alfaiate, sapateiro, carpinteiro etc.

Delineado o panorama geral, a quem servia as atividades que o mercado de trabalho da Salvador oitocentista demandava? Em tese, a todos os homens e mulheres livres, que se compunham de brancos, mulatos e negros, eram reservados cargos de funcionários públicos, artesãos, militares, vendedores, joalheiros, relojoeiros. Entretanto, essas funções eram reservadas aos brancos ou aos mestiços que, por influência, conseguiam transpor a barreira da demarcação racial. Os grandes proprietários detinham as atividades militares de alta patente, os cargos de altos funcionários e profissionais liberais.

As mulheres, principalmente das famílias mais tradicionais, não trabalhavam, mas em menor número algumas dividiam responsabilidades com seus maridos no setor comercial, outras em funções como professoras primárias ou em instituições de caridade. É observado, nos discursos oficiais, que a mulher foi excluída do comércio e das ruas, entretanto, crescem os estudos de gênero que apontam táticas e negociações no sentido de sua inserção na sociedade, como apontado por Lima (1997), observando que o ritual do chá, no Rio de Janeiro oitocentista, serviu intensamente a esse propósito, quando afirma que:

Na longa trajetória para sua liberação, o ritual do chá foi sem dúvida uma bem sucedida estratégia, na medida em que, manipulando-o, conseguiu aumentar sua visibilidade e renegociar sua posição na sociedade. (LIMA: 1997, p.105)

O objetivo aqui não é destrinchar a questão de gênero e sua relação com o mercado de trabalho, porém vale pontuar que há um número considerável de estudos históricos que abordam a problemática das mulheres e sua participação nas mais variadas ocupações no mercado de trabalho, enfocando, sobretudo Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, em diferentes períodos históricos. O trabalho de Kátia Mattoso (1978) sobre o mercado soteropolitano do século XIX representa bem mais do que um estudo das ocupações femininas, mas traz aspectos relevantes sobre o tema, como tipos de ofícios realizados por mulheres e sua remuneração. Cecília Soares (1994), ainda para a Bahia, realiza um estudo mais específico, abordando as escravas de ganho em suas relações com as autoridades, e sua importância na circulação de gêneros comestíveis.

Maria Inês Côrtes de Oliveira (1988), por sua vez, desvenda o mundo dos libertos/as, suas oportunidades para o caminho da alforria, suas condições enquanto libertos/as, o quadro ocupacional no qual se inseriam, assim como, os estigmas do cativo que conduziam consigo.

3.2.1 E A MODERNIDADE ADENTRA SALVADOR

É em meio a esse quadro social que as ideias de modernidade, de um novo modo de vida e hábitos distintos, chegam com força a Salvador, assim como, em outras cidades do Brasil. As novas exigências da população, a diminuição do número de escravos, após a extinção do tráfico, até a total abolição em 1888 e a pressão internacional com capital pronto para ser investido, leva a uma nova forma de ver e habitar a cidade.

É justamente nas últimas décadas do séc. XIX que noções como “moderno” e “modernidade” são incorporadas ao vocabulário das elites dirigentes. Os sentidos que lhes são atribuídos estão atrelados a um desejo de reformulação da sociedade, em uma perspectiva progressista, que visava romper com o modo de vida tradicional herdado das relações coloniais. A modernidade é compreendida como um momento singular da história e conduz a uma ruptura com o modo de vida das sociedades tradicionais. É constituída por um novo padrão de sociabilidade, que em um nível mais superficial, exprime um aspecto mais profundo de alteração da relação entre o sujeito e o mundo.

Há uma grande preocupação com a melhoria dos serviços públicos e a busca pela qualidade de vida superior, o que faz com as empresas busquem novas tecnologias e reduzam a mão de obra escrava. Os poderes públicos também sofreram pressão interna dos empresários, que buscavam fluidez para suas mercadorias.

Esse contexto contribui para uma renovação urbanística e a modernização material, como abastecimento de água, sistema de iluminação, novos meios de transporte e introdução das inovações no que se refere às comunicações. Contudo, o que se vê são grandes desafios à introdução das medidas que tragam o tão desejado bem-estar à população. E a insatisfação

com os serviços prestados era visível, como trecho de documento abaixo transcrito.

Ilustríssimo Senhor. Participo a Vossa Senhoria que nesse mês que termina hoje neste quarteirão observei as faltas seguintes nos lampiões principiando da rua do Tijolo o lampião da quina da casa nº 34 onde é Typographia de G.J.Bezerra e comp.^a, este lampião e outro mais abaixo até chegar a quina do Caminho novo do Gravatá onde fazer 3º no dia 14 asenderão-se as 7 ½ da Noite no dia 20 o mesmo ascendendo-se depois de 7 horas. Dia 23 as nove horas e meia as estavam quase apagados que já não alumiavão quase nada dia 24 só o lampião da quina do Caminho novo a maia noite apagado, além de que sempre a luz destes lampiões é triste e pouco clara. (APEB, Seção Colonial, Ofício enviado ao Juiz de paz, 31 de novembro de 1835)

No século XIX a cidade já rompeu os muros da antiga cidade fortaleza e se expande rapidamente ao norte e ao sul na Cidade Alta e para a Península de Itapagipe na Cidade Baixa, caracterizando-se nesse momento pela formação de novos bairros impulsionados por novos meios de transporte.

Foi imperativa, dessa forma, a prática dos aterros. Os mais conhecidos e documentados foram sem dúvida os ocorridos na Cidade Baixa, onde desde final do século XVIII, pouco a pouco, a estreita faixa de terra ao pé da escarpa avançou sobre o mar. De forma que, entre 1840 e 1870, se projetam dez novos quarteirões, com a construção de sobrados de cinco andares, praças, largas ruas e nova linha de cais, conhecida como Cais das Amarras. Também é desse período a construção do prédio da Associação Comercial da Bahia (SAMPAIO, 2005: 43).

O conjunto urbano fica caracterizado por quarteirões regulares novas e edificações, com o mesmo número de andares e acabamento externo, marcando o poder de uma classe social no início do século XIX: a burguesia comercial.

Porém, por toda a Cidade Alta foram identificadas, após escavações realizadas durante o Projeto Pelourinho de Pesquisas Arqueológicas, grandes camadas de aterro, que buscavam vencer as declividades do terreno e assim viabilizar a construção de novas edificações (NAJJAR, 2010: 266). Nesse período foi comum a contratação por parte do Governo Provincial de particulares, em esquema de concorrência pública, para execução de diversas obras públicas, dentre elas a prática do aterro. Tal prática é evidenciada em fontes primárias, como o trecho abaixo:

Sobre o requerimento, que devolvo, em que o cidadão Antonio Augusto Gaspar, contratante de alevantamento da calçada, entre o Beco do Pires e a rua da Valla, alega haver necessidade de considerável aterro para regularizar o calçamento por ele contractado, e pede ao Governo que atenda a esta circunstancia para se lhe pague a quantia em que importar o mesmo aterro [...] (APEB, seção colonial e provincial, ofício à diretoria das obras públicas da Bahia, 17 de dezembro de 1875)

Outro desafio decorrente da topografia da cidade foi sua divisão entre parte alta e baixa, quando foi necessária uma boa ligação entre as mesmas. Inicialmente foram construídas ladeiras, que, além de ligar os dois níveis, serviram como proteção às encostas, onde aconteceram sucessíveis deslizamentos de terra. Mas, somente em 1873, foi inaugurado um elevador hidráulico ligando as duas partes da cidade, construído por Antônio Lacerda, gerente da empresa *Hosting Machine*. Em 1897 foi construído um segundo elevador hidráulico, o do Taboão. Surgem nesse período dois planos inclinados: Pilar e Gonçalves. A eletrificação de tais equipamentos só aconteceu na primeira década do século XX.

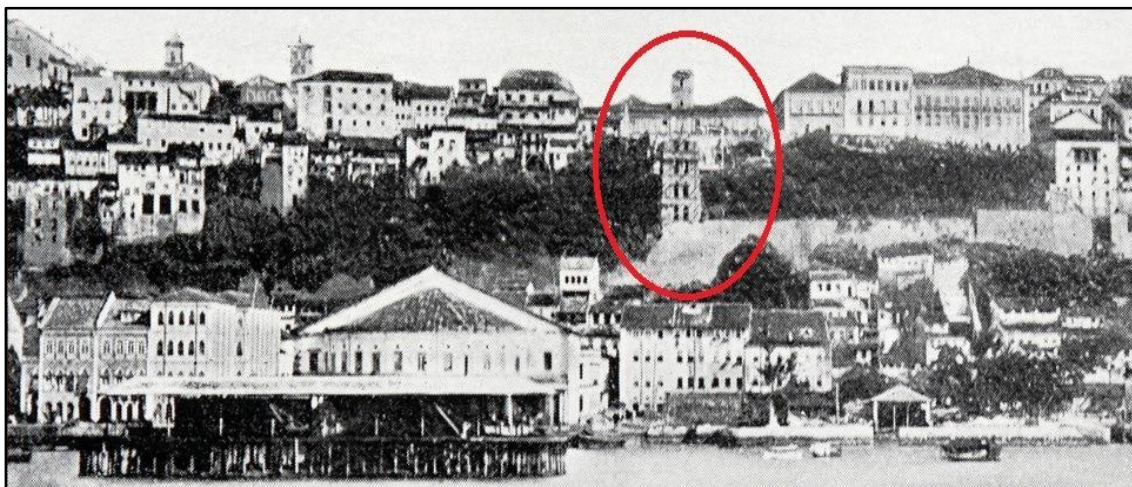


Figura 12: Fotografia de 1873 onde se vê na área destacada em vermelho o Elevador Lacerda em construção. FONTE: SAMPAIO, 2005.

Ainda no que tange à mobilidade, foram feitos investimentos em transportes, no começo da década de 1860. Foram concedidas vantagens a empresários que investissem na implantação dos transportes públicos, valorizando o solo e expandindo novos bairros como Vitória, Barra e Graça. Os bondes integraram os bairros da cidade, inicialmente introduzidos com as

gôndolas, carros altos com molas, puxados por quatro animais, em que o cocheiro ficava sobre um deles.

O empresário Rafael Ariani introduziu os bondes puxados por burros sobre trilhos de aço ou de madeira. A canalização do Rio das Tripas possibilitou uma linha ligando a Barroquinha a Sete Portas. Em 1897 foi fundada a “Companhia Carris Elétricos”, pelo empresário Antônio Francisco Brandão que, juntamente com a empresa alemã *Siemens & Halske*, eletrificou trechos da Cidade Baixa. Segundo Sampaio (2005), o desafio principal residia no aspecto físico da cidade, repleta de chácaras, roças e casas com grandes quintais, além das ruas estreitas que tornavam a passagem dos bondes extremamente difícil.

Com todas as dificuldades de mobilidade enfrentadas em uma cidade onde o homem precisava vencer a topografia, além da desorganização das construções, Salvador ainda enfrentava a imensa sujeira que tomava conta de suas ruas e becos. Era uma cidade suja, com taxas de mortalidades altas, males epidêmicos e moléstias.

A população não respeitava os códigos de postura e jogava o lixo nas ruas e rios, mas as condições da própria cidade não favoreciam a salubridade, com infraestrutura deficiente, sem higiene nas casas e em situação de miséria, criando um ambiente propício para as epidemias. A primeira grande delas aconteceu em 1855, com a cólera. Mesmo com todos os avisos ao Presidente da Província de tal epidemia no Pará, não houve tempo e estrutura para evitar o mal, e esta chegou fulminante, inicialmente, na povoação do Rio Vermelho se espalhando por outras freguesias. O Rio Vermelho estava situado na foz do rio Camorogipe, que recebia as águas do rio das Tripas, rio este que servia de esgoto público da cidade, circunstância que facilitou a associação entre a precariedade da higiene e a proliferação da doença. As casas dos menos abastados eram pouco arejadas, outras eram edificadas nas encostas das montanhas, tendo contato intenso com as rochas e a terra, assim expunham-se diariamente ao calor e a umidade.

A falta de asseio, a deficiência de espaço, o lixo acumulado na cozinha, nos quintais e pátios, lançados nas ruas, praças, praias e rios, já que não havia meios para serem levados para fora da cidade, facilitavam e muito a proliferação das moléstias. Mesmo as Posturas Municipais não impediam as práticas já

arraigadas na população da cidade. Assim rezavam as posturas nº30 e nº32 de 1830:

Nenhuma pessoa poderá conservar imundos ou com águas estagnadas e corruptos os quintaes e pateos de suas casas pena de 8 mil rs ou 8 dias de prisão. O despejo imundo das casas será levado ao mar à noite em vasilhas cobertas; os que forem encontrados fazendo tal despejo nas ruas, ou outros lugares, que não seja o designado incorrerão uns, e outros na pena de 2 mil rs, ou 24 hs de prisão. Ficão os senhores responsáveis, por 2 dias de prisão. Os senhores responderão pelos seus escravos. (APMS. Livro de Posturas das Câmaras – 1829-1859)

Existiam nas ruas, ainda, os chamados esterquilínios, que eram grandes depósitos de imundícies transformados em focos de contaminação para toda a cidade. As substancias pútridas líquidas e águas do serviço doméstico escoavam por canos descobertos e seguia pelas ruas, terminando em esgotos subterrâneos, ou correndo para rios e mar.

A febre amarela também assolou Salvador, causando um grande número de óbitos em sua população. Assim como aconteceu durante a epidemia da cólera, o Governo da Província reuniu o Conselho de Insalubridade, e adotou medidas de higienização das ruas e praças para impedir o alastramento da doença. A população já se preocupava ao ouvir a quantidade de vezes que os sinos das igrejas dobravam, avisando das vítimas da epidemia, que por sinal ainda costumavam ser enterradas nas mesmas igrejas, prática que aumentava o contágio (NASCIMENTO, 2007: 289).

As vítimas de febre amarela foram contabilizadas entre novembro de 1849 e fevereiro de 1850 em 1310 mortos, na capital, que somados aos subúrbios, chegava-se a soma de 1600, e no interior mais 549 pessoas. A maioria das vítimas era brasileira, mas o número de estrangeiros mortos era alarmante: 36,7% das vítimas. Morreram também muitos escravos, mas nada comparado à mortandade negra, em 1855, vitimada pela cólera. A doença ainda veio visitar a Bahia durante muitos anos entre os meses de janeiro e fevereiro, mas apenas ocorriam pequenos surtos, nada comparados à epidemia de 1850. A capital, após a funesta experiência, encontrava-se melhor preparada, após a criação de um hospital especificamente para tratar a doença: o Hospital de Montserrat (NASCIMENTO, 2007: 290-291).

Além dos conselhos médicos, outras medidas tiveram que ser tomadas, como abrir postos sanitários, fornecer remédios aos doentes e estabelecer visitas domiciliares. Estudantes de medicina, enfermeiros e até mesmo escravos foram convocados, estes últimos para vigiar a inumação dos cadáveres (MONCORVO LIMA, 1856, apud NASCIMENTO, 2007). Proibiu-se o enterramento de cadáveres nas igrejas⁷. Mas, para não verem seus mortos sendo levados pela carroça pública e enterrados em valas comuns, nos períodos mais críticos, muitas pessoas os enterravam às escondidas, às vezes nos seus próprios quintais, deixando de revelar a morte às autoridades, mortes estas que não entraram na contagem total de vítimas (NASCIMENTO, 2007).

Os engenheiros e médicos assumiram as transformações que se produziam na área urbana, para mudar tais condições de salubridade, executando obras de saneamento nos matadouros, mictórios públicos e nos serviços de recolhimento de materiais fecais. Uma cidade civilizada tinha que ser limpa e higiênica.

Descrito um panorama geral das principais mudanças ocorridas durante o século XIX, que buscaram, sem dúvida, melhor qualidade dos serviços e melhoria da infraestrutura, é preciso perceber como, de fato, tais reformas urbanas afetavam a percepção dos espaços pela população, forjando novos modos de vida e sociabilidade.

É importante ressaltar que tais mudanças de paradigmas não atingiram a todos os grupos sociais da mesma forma, mas sim com variadas nuances, uma vez que grupos mais pobres também possuíam aspectos culturais próprios, não querendo ser necessariamente “cópia” de uma elite. Entretanto não é o objetivo desse capítulo destrinchar tais nuances e sim aspectos mais gerais e bem documentados acerca do período.

Dessa forma, é inegável que o processo de modernização das relações sociais, mediante a adoção do trabalho-livre, da dinamização das trocas comerciais e da formação de uma cultura cosmopolita, acabou por redimensionar o papel de atores durante o século XIX. Tudo isso marcado por

⁷ Lei nº 404 de 2 de agosto de 1850. O Regulamento da Lei foi de julho de 1856.

rupturas e continuidades, em uma sociedade escravista e com inúmeros desafios físicos e sociais a tais estímulos.

Tal como Lima (1997), que utilizou a obra de Machado de Assis para tentar reconstituir o ritual do chá na cidade do Rio de Janeiro oitocentista, Sepúlveda (2006), utiliza a obra do literato e jornalista baiano Xavier Marques para interpretar o espaço urbano de Salvador no mesmo período, a partir de temáticas e reflexões do literato, como a organização espacial da cidade, os hábitos das diferentes classes sociais no contexto soteropolitano e as atividades desempenhadas por negros.

Naquilo que tange ao espaço urbano modificado, mesmo diante de todas as dificuldades impostas pelo terreno, Sepúlveda (2006), destaca a menção que Xavier Marques faz aos bairros que não integravam a malha urbana de então, como o Cabula, Matatu, São Lázaro, Garcia e Brotas, observando as comparações destes com os bairros centrais, onde aos primeiros reservam ares de tranquilidade e aos segundos o labor cotidiano, como visto a seguir:

- À roça! À roça! – era o toque de alvorada, ao despontar das manhãs estivas e feriadadas, na quentura dos ninhos que a classe média pendurava nos primeiros andares dos prédios maciços e mal arejados. As janelas se abriam ao bafejo matinal. Os galos cantavam. Ouvia-se repicar de sinos, e ao longe o rodar das carroças da limpeza pública. Já os rapazes sôfregos, a família aforçurada, em satisfeita balburdia, tinham atado ao fardel, e iam-se esgueirando ao desluzir da estrela d'alva, através do pó que os varredores da rua lançavam aos ares da cidade estremunhada.

Depressa, antes que amanhecesse, corriam para o Cabula, o Matatu e S. Lázaro, para o Garcia, as margens do Dique e Brotas a dentro. A liberdade dos prazeres honestos ai lhes sorria com o benefício não encontrado nos bailaricos fatigantes, nos concursos de luxo em festas de Igreja, nem mesmo nos oitavários estrondosos do Bonfim. (...) (MARQUES, 1975, p.3)

A identificação dos dados históricos com a obra literária prossegue, segundo a autora, na localização de moradia dos principais personagens da trama junto à Freguesia da Sé invocando, assim, a importância dessa zona de povoamento urbano e as atividades a ela associadas.

Eulália à janela, de manhã, olhava o Terreiro de Jesus, o grande chafariz cercado de pretas que entravam e saíam com barris d'água, a

Academia na Taciturnidade das férias, o adro da Catedral e o de S. Pedro dos Clérigos sempre fechada numa espécie de interdição. Via passar negociantes em rumo da cidade baixa, ganhadeiras, operários, um ou outro reverendo, cabisbaixo, caminhando vagarosamente para os templos (MARQUES, 1975 p. 41).

Por um lado, a obra citada não esgota a riqueza das experiências e do cotidiano dos sujeitos soteropolitanos, em todas as suas peculiaridades, dinâmicas, contradições, conflitos e identidades. O aspecto da higiene e salubridade, tão presentes na gênese das ideias de modernidade, bem como, novos hábitos de consumo não são discutidos, apesar da sua importante contribuição.

Por ser turno, Hildegardes Vianna (1994), é quem analisa práticas e costumes relativos às questões de higiene e saúde no seio da população, que, não sabendo explicar a maioria das doenças, ou ainda, desconhecendo a origem de muitas delas, como a tísica, o beribéri, a cólera, a febre amarela, as disenterias, o tétano etc., buscavam na prática cotidiana a resposta para os males que não conseguiam tratar.

Com o olhar direcionado às memórias de familiares ou relatos de outros memorialistas em sua crônica "*A era dos purgativos*", Vianna remete-nos a um cotidiano, que lidava com as doenças e a saúde da família sem que a presença do médico fosse, de fato, a mais importante. Segundo a autora, o uso indiscriminado de receitas domésticas de purgativos indica a pouca crença na medicina e nos médicos. Usadas sob qualquer pretexto (constipação, afecções hepáticas etc.), as receitas se multiplicavam: sulfato de sódio ou de magnésio, sene, maná, óleos diversos. Para ela,

(...) enquanto os médicos titubeavam quanto ao caminho a seguir, uma mão supostamente providente ministrava ao enfermo um purgante às escondidas (...) se o doente se salvava, levava-se à conta de algum santo que dera a inspiração ao purgante; se morria, é claro que só podia ter sido um erro médico. (VIANNA, 1994, p. 235-238).

Assim, se observa uma sociedade em processo de reformulação de aspectos indenitários e estruturais, que buscava seguir padrões de civilidades pautados nos modos europeus, mas que trazia arraigado em seu corpo social,

antigos modos de proceder, alicerçados na tradicionalidade, que, por vezes assumiam posições antagônicas.

3.3 A FREGUESIA DA SÉ: ENTRE ALTOS E BAIXOS

A cidade do Salvador, gloriosa dos tempos de primeira capital do Brasil, da exuberante produção açucareira do recôncavo, dos ilustríssimos barões, proprietários de luxuosos e magníficos solares na capital, tempo de senhores abastados ostentando pomposos cortejos de escravos domésticos, bem vestidos e ornamentados, viu essa época áurea lentamente chegar ao fim durante o século XIX. Muitos estudiosos apontam a mudança da capital para o Rio de Janeiro como o principal deflagrador do processo de decadência baiana, outros apontam a crise açucareira deste século, após o sucesso do açúcar de beterraba antilhano (ALMEIDA, 1951; MATTOSO, 1992; NASCIMENTO, 2007; REIS FILHO, 1968; SAMPAIO, 1949).

Salvador vivia, então no século XIX, um período em que se aproveitava da sua imagem, enquanto cidade pomposa e imponente, tal como os cronistas a viam de longe, para esconder uma realidade decadente do ponto de vista econômico e estrutural. A cidade ainda possuía riquezas, vindas principalmente do comércio de produtos e mesmo de escravos. Mas as marcas da crise eram visíveis. Tantas revoltas forjadas na fome e na carestia dos gêneros, no desemprego e nas sevícias da escravidão eram o prenúncio do fim da opulência da classe abastada e dos tempos difíceis que estavam por vir (REIS, 1991, 2003; SEVCENKO, 1995; DAVID, 1996).

A Sé é talvez a freguesia que melhor representa esse processo de decadência. Habitada nos séculos XVII e XVIII pela elite branca, filha das tradicionais famílias, com seus escravos domésticos, passa a receber, durante o século XIX, gente comum, pobre, trabalhadora, funcionários públicos que pretendiam ficar mais próximos de seu local de trabalho, recebendo ainda profissionais liberais, artistas, libertos e escravos de ganho. Nascimento (2007), analisando o censo de 1855 e as profissões declaradas pelos moradores da freguesia, verificou que eram em sua maioria ganhadores, alfaiates, barbeiros,

ferreiros, sapateiros, corretores, cortadores de carne, cozinheiros, advogados, lojistas, marceneiros, funileiros, ourives, pintores, empregados públicos, padres, caixeiros, costureiras, ganhadeiras, negociantes e quitandeiras. Bastante diversificado como se vê.

Esta diversificação, ainda segundo a autora, também está presente no que tange à composição étnica da Sé, com ligeira maioria de brancos, porém, somadas, as “pessoas de cor” atingiam maior número que os primeiros.

Nos quadros abaixo, além do perfil social, percebemos que embora a população da cidade tenha se alterado ao longo de um século, proporcionalmente, a Sé manteve o mesmo número de habitantes dentro do período, fruto do esvaziamento sofrido pela freguesia no século XIX.

	Sexo %		Estado Civil %			Condição %		
	Feminino	Masculino	Casado	Solteiro	Viúvo	Livre	Liberto	Escravo
Branca	18,84	15,53	5,52	25,64	3,21	34,37	-	-
Parda	17,28	11,49	2,29	25,55	0,93	27,58	0,27	0,92
Crioula	5,79	2,30	0,36	7,55	0,18	5,52	0,09	2,48
Cabra	3,77	1,56	0,18	4,79	0,36	5,15	-	0,18
Preta	13,51	9,93	-	23,44	-	6,25	1,93	15,26
Total	59,19	40,81	8,35	86,97	4,68	78,87	2,29	18,84

Tabela 1: Quadro dos percentuais de população encontrados na Sé em 1855. Fonte: Adaptado de NASCIMENTO, 2007.

Período / Local	Salvador (habitantes)	Freguesia da Sé (habitantes)
1775	40.922	8.946
1855	56.000	8.316

Tabela 2: Comparativo entre a população de Salvador e da Freguesia da Sé através de censos nos séculos XVIII e XIX. Fonte: Adaptado de NASCIMENTO, 2007.

Diante de um contexto de intensa expansão urbana e absorção de ideias civilizadoras, a cidade cresceu em outras direções e incorporou novos hábitos. A freguesia teve que se adaptar à nova realidade. A municipalidade tentou colocar ordem nas ruas, regular a vida urbana e os hábitos dos moradores, mas as inúmeras reclamações das autoridades pela falta de cumprimento das posturas municipais, demonstra que a tarefa não era tão fácil. A nova Sé, em

nada se parecia, ao fim do século XIX, com as descrições idílicas dos cronistas mais simpáticos que visitavam a cidade anteriormente.

É possível perceber, diante do que foi dito, um processo de ocupação da freguesia da Sé com altos e baixos, ora decorrentes da dificuldade inerente ao terreno e à sua topografia, ora por problemas de fator econômico. A história de ocupação da Sé se confunde com o processo de formação da cidade, uma vez que os limites desta freguesia são praticamente os mesmos dos núcleos iniciais e suas quadras não se modificaram muito até os dias atuais.

No entanto, no que diz respeito às dificuldades impostas pelo terreno, vimos nos tópicos iniciais deste capítulo a lenta ocupação junto ao afluente do Rio das Tripas, na direção oeste do platô, chegando aos oitocentos com novas construções possibilitadas pelos investimentos em aterros, tanto por parte do poder público como da iniciativa da própria população.

A Rua São Francisco é um exemplo disso. Antes dividida pelo vale escavado pelo afluente, foi gradativamente sendo ocupada em sua extensão, formando novos quarteirões limítrofes com ela e outros em ruas mais próximas à Praça do Palácio. Próximo dela, na Rua 28 de setembro, escavações arqueológicas identificaram que os imóveis nº 37, 39 e 41 foram erguidos usando técnicas de drenagem arrojadas para vencer a declividade do terreno, com uma primeira camada de aterro bastante espessa dando sustentação às fundações das casas (NAJJAR, 2010: 272).

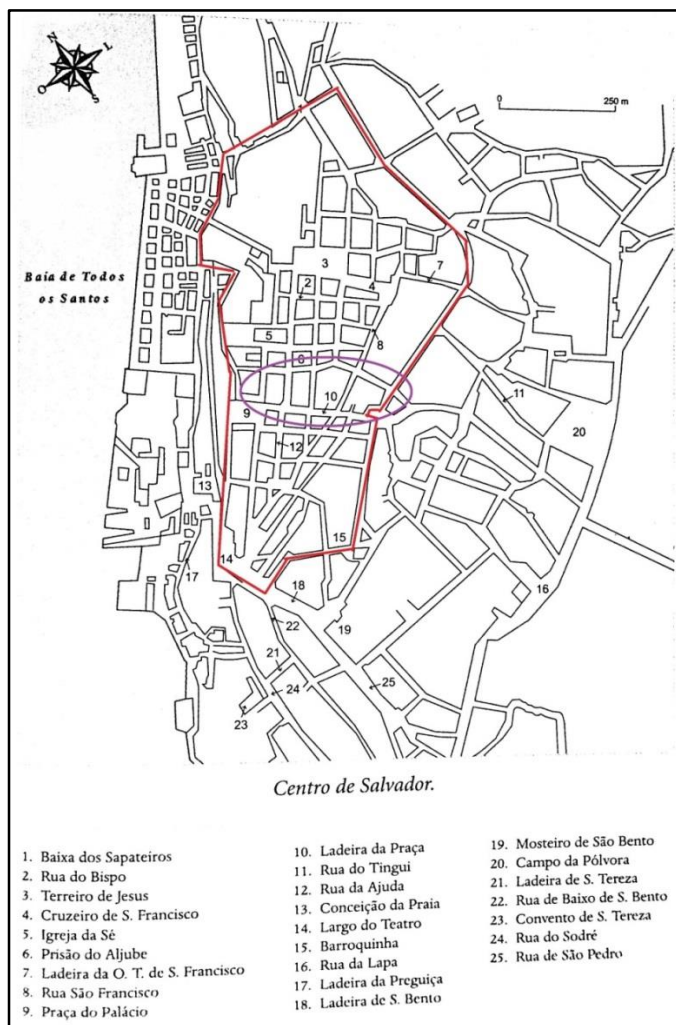


Figura 13: Mapa temático com os limites da Sé em vermelho. Na área circulada em lilás os novos bairros ocupando o vale. Fonte: Adaptado de REIS, 2006.

Ainda na Rua São Francisco a casa nº 14, do bairro nº 31, aparece como uma construção simples, térrea, geminada, ocupando o declive e um espaço na freguesia que, embora decadente, ainda era o centro administrativo de Salvador, para onde convergiam manifestações cívicas como festas religiosas, comemorações de datas especiais, estando assim no palco das principais representações populares da urbe. Interessa, portanto, após este esboço do desenvolvimento econômico e da expansão urbana de Salvador, analisar os aspectos externos e internos dessa unidade doméstica, tema de próximo capítulo.

4 CAPÍTULO 3: A CASA 14 E OS VIDROS

4.1 A PESQUISA ARQUEOLÓGICA NO PELOURINHO

O crescimento dos salvamentos e acompanhamentos arqueológicos de obras de reforma e restauração de prédios e/ou locais públicos ao longo dos últimos 20 anos oportunizou novos olhares sobre o pensar a cidade e seus moradores. Assim, o foco sobre os centros antigos foi ampliado para além dos sítios monumentais, lançando, também o olhar para lixeiras coletivas urbanas (LANDA, 1996; ETCHEVARNE, 1999; TOCCHETTO, 2000) e unidades domésticas (CARLE e OLIVEIRA, 1996, SYMANSKI, 1997, 1998), observando ainda outras categorias materiais além da cerâmica e suas variações (ARAUJO E CARVALHO, 1993; ALBUQUERQUE, 1991; CARVALHO, 1999; LIMA, 1995, 1997; MOTTA, 1998; OGNIBENI, 1998; SOUSA, 1998; SYMANSKI, 1998a, 2002; TOCCHETTO et al., 2002), o vidro (LIMA, 2002a; SANTOS, 2005; SYMANSKI, 1998b; ZANETTINNI e CAMARGO, 1999) e, em menor escala, o metal (CARLE, 1998).

Em Salvador o primeiro empreendimento bem sucedido se dá a partir de 1999 quando a equipe do Museu de Arqueologia da Universidade Federal da Bahia⁸ inicia as escavações na área hoje conhecida como “Praça da Sé”, a fim de acompanhar as obras de revitalização deste espaço. Os resultados desta pesquisa evidenciaram não apenas as estruturas remanescentes da antiga Igreja da Sé como, também, vestígios ósseos de enterramentos, dentro e no entorno desta, e uma sucessão de camadas de materiais de descarte da cidade.

Alguns anos mais tarde, em 2006, ocorrem escavações intermitentes no âmbito urbano de Salvador através do Projeto Pelourinho de Pesquisa Arqueológica. Seu objetivo principal foi diagnosticar o potencial arqueológico da área durante acompanhamento das obras da 7ª Etapa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, buscou-se conhecer espacial e temporalmente o lugar (NAJJAR E SILVA, 2006). Deste modo, foi evidenciado, um rico acervo

⁸ Estes trabalhos foram coordenados pelo Prof. Dr. Carlos Etchevarne.

material composto por diversas categorias como fragmentos e objetos de louça, cerâmica, vidro, metal, ossos, entre outros.

Tais vestígios possuem enorme potencial de interpretação acerca da diversidade cultural da Salvador oitocentista, aproximando o olhar do arqueólogo às práticas relacionadas aos diversos grupos sociais, seja no seu padrão de consumo, de descarte e aspectos de higiene e salubridade ou, ainda, na estratégia de ocupação do terreno.

Este aspecto, por seu turno, foi um dos pressupostos iniciais da pesquisa arqueológica no Pelourinho. Em se tratando de uma poligonal de pesquisa, localizada no entorno do núcleo primitivo da cidade de Salvador, foi considerado fundamental perseguir os rumos da expansão urbana de Salvador, observando os motivos que levaram ao atual arranjo urbano e a ocupação do espaço, atrelada ao seu contexto topográfico (NAJJAR, 2010: 21).

A área da poligonal foi de 52.329,53 m², sendo caracterizada por dois tipos de relevo. O primeiro possui cota de 60m, na crista de uma cadeia montanhosa, plana e com camadas de aterro pontuais pouco espessas, geralmente, servindo de contrapiso. O segundo tipo é considerado como área de expansão dos núcleos iniciais ocupados ainda no século XVI, com cota de altitude abaixo dos 60m, nas encostas de morro, com inclinação do terreno superior a 40°, em alguns casos, e de ocupação tardia, adentrando o século XIX (SILVA, 2010).

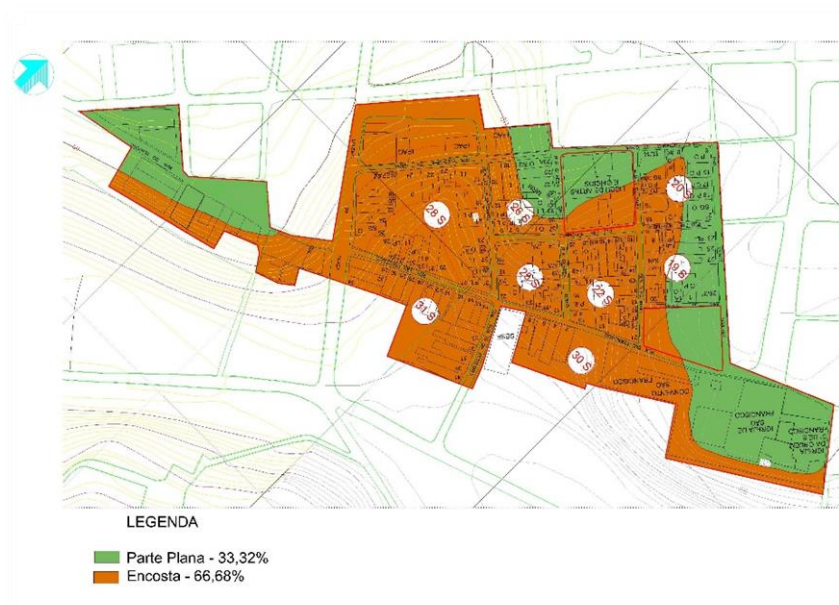


Figura 14: Topografia do perímetro estudado.

O empenho dos governantes e de alguns particulares em ocupar esta área ficou mais evidente ainda após observações de fontes primárias⁹ e secundárias¹⁰ que apontam a prática de compra e venda de lixo para aterros como algo comum no século XIX.

(...) Diz Antonio Joaquim Cardoso de Castro, Emprezaio do aceio da cidade, que por sua Senhoria o Senhor Doutor Chefe de polícia lhe acaba de ser transmitido, para que lhe dê execução o parecer da comissão medica por Vossa Excelência nomeada para averiguar se pode ou não ser prejudicial o aterro do Vallado lateral à Rua da Valla, em frente à nova ladeira de Sant'Anna. E por que concluísse esse parecer pela cessação do mesmo aterro por correr perigo a saúde pública, o suplicante que o estava fazendo por autorização do Governo e em virtude de um contracto que celebrara para o desaterro do Campo da Pólvora, cujo excedente de terras devia lançar sobre o lixo com que formava o mesmo aterro (...) (APEB, Seção Colonial, Série Limpeza Pública, Período 1854-1889, Maço nº 1612, 22 de setembro de 1877)

Estas normatizações dos rejeitos do lixo encaminhadas pelo Poder Público dialogam com ideais de salubridade que exigiam a limpeza e o asseio dos locais públicos, diante de constantes incidentes que colocavam em risco a saúde da população. (SILVA, 1988; FERNANDES E GOMES, 1992; DAVID, 1996; SANTOS, 1993; LEITE, 1996). É possível indicar que tal contexto favoreceu a iniciativa deste empreiteiro de viabilizar o comércio de entulho, destinando o lixo a uma finalidade igualmente urgente tal qual a crescente demanda de aterros para expansão da urbe.

A Rua São Francisco, uma das mais antigas na poligonal pesquisada, foi um bom exemplo da expansão sobre os declives. Após as escavações arqueológicas, com o apoio de prospecções geológicas, foi possível estabelecer o perfil esquemático de sua construção.

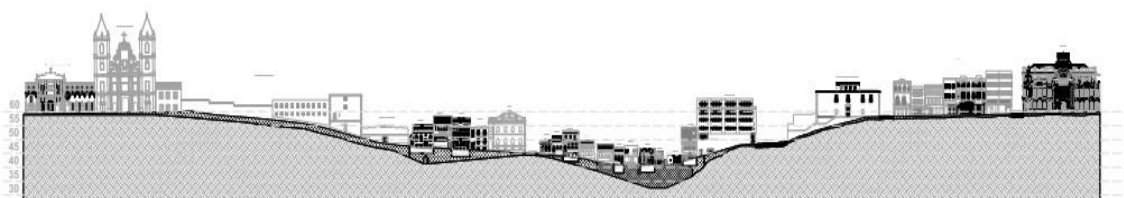


Figura 15: Perfil esquemático da Rua São Francisco.

⁹ APEB, seção colonial fundo, presidência da província, série obras públicas, 1837-1864, maço 4885.

¹⁰ NASCIMENTO (1986).

Inseridos neste contexto estão os descartes praticados em unidades domésticas. Mesmo diante da regularização do serviço de limpeza pública predominava, entre a população, o já mencionado rejeito de lixo nas margens do Rio das Tripas, terrenos baldios ou até mesmo seu simples abandono ou enterramento nos pátios das casas. O discurso médico, da época, presente na documentação primária demonstra que pátios e quintais, e não somente a via pública, deveria ser controlada, a fim de manterem condições mínimas de higiene.

Nenhuma pessoa poderá conservar imundos ou com águas estagnadas e corruptos os quintaes e pateos de suas casas pena de 8 mil réis ou 8 dias de prisão.” APEB, Fundo Câmara, Período 1829-1859. (Livro de Posturas das Câmaras Municipais)

Dessa forma, após sintetizar os principais objetivos da pesquisa arqueológica e associa-los ao desenvolvimento desse estudo, será apresentada, no tópico seguinte, a Casa 14, contextualizando-a histórica e espacialmente, arrolando os dados empíricos relacionados às análises dos vestígios materiais vítreos, aos trabalhos de campo e às fontes escritas.

4.2 CASA 14: ENFIM UMA LIXEIRA DOMÉSTICA

4.2.1 CONTEXTO HISTÓRICO-ESPACIAL

O levantamento bibliográfico nos direcionou a entender que é correto afirmar que o lote começa a ser habitado a partir de meados do século XVIII. Nesse sentido, a Planta de Salvador atribuída ao Brigadeiro Jean Massé, em 1715, aponta para o início de uma ocupação incipiente no local. O registro mais antigo existente de pagamento de imposto municipal ocorreu, em 1888, no nome de seu então proprietário, Paulo Alves Alfredo, um negociante brasileiro. No seu inventário, de 1913, após seu falecimento, aparece referência à casa, como: *“uma casa térrea de número 14 situada a Ladeira da Ordem Terceira de São*

Francisco distrito da Sé edificada em terreno próprio medindo de frente quatro metros e setenta centímetros...” no valor de 3.000\$000.¹¹

Considerando que neste inventário, de inventariante a senhora Domingas Pitombo de Alfredo (com quem se casou em 1871), está arrolado o imóvel como único bem e, em estado “*singelo*”, podemos inferir que o casal não possuía muitos bens, tendo sido o espólio de Paulo Alves Alfredo dividido entre sua esposa e seu filho, Vicente de Paula Alfredo.

Adiante, veremos que, a análise do material arqueológico vítreo recuperado da lixeira doméstica escavada, na Casa 14, tem a formação do depósito situada entre a primeira metade do século XIX e primeiras décadas da segunda. Possivelmente anterior ao casamento de Paulo e Domingas. Diante deste quadro, não é seguro associar a amostra arqueológica obtida aos proprietários do imóvel.

Ainda que não tenhamos a possibilidade de relacionar o depósito aos grupos domésticos que o constituíram, devido à ausência de fontes escritas ou iconográficas, é importante e possível perceber relações na ocupação da casa e seu contexto espacial mais amplo.

Observando os elementos remanescentes é possível afirmar que a edificação foi implantada em uma área com topografia bastante acidentada, configurando-se por um pavimento térreo com acesso pela Rua São Francisco, e um porão que dava acesso ao imóvel por um beco de servidão existente entre os fundos dos imóveis 10, 12 e 14 e o imóvel nº 33, da quadra 31. Nessa fachada dos fundos foi observada uma camarinha¹². A residência é, em 1888, no livro de cobrança de impostos prediais, como casa térrea e, por ela era cobrado imposto de 180 mil réis. Isto sugere que o piso inferior (porão alto), não estava disponível

¹¹ APEB, seção judiciária, série: Livro de Notas da Capital, Inventário de Paulo Alves Alfredo Classificação: 06/2550/3050/03, período: 1913/1914.

¹² Pequeno corpo elevado no edifício, constituindo um pavimento superior reduzido. Não representa um aproveitamento do desvão do telhado, como no caso da água-furtada. Usualmente possui telhado de duas águas independente do telhado principal do prédio e um ou dois compartimentos, em geral utilizados como quarto de dormir. É um elemento característico dos pequenos prédios urbanos do período colonial brasileiro;

para habitação. Não foram localizadas plantas de remodelação arquitetônica, tendo sido a análise baseada nos vestígios presentes à época das atividades arqueológicas.

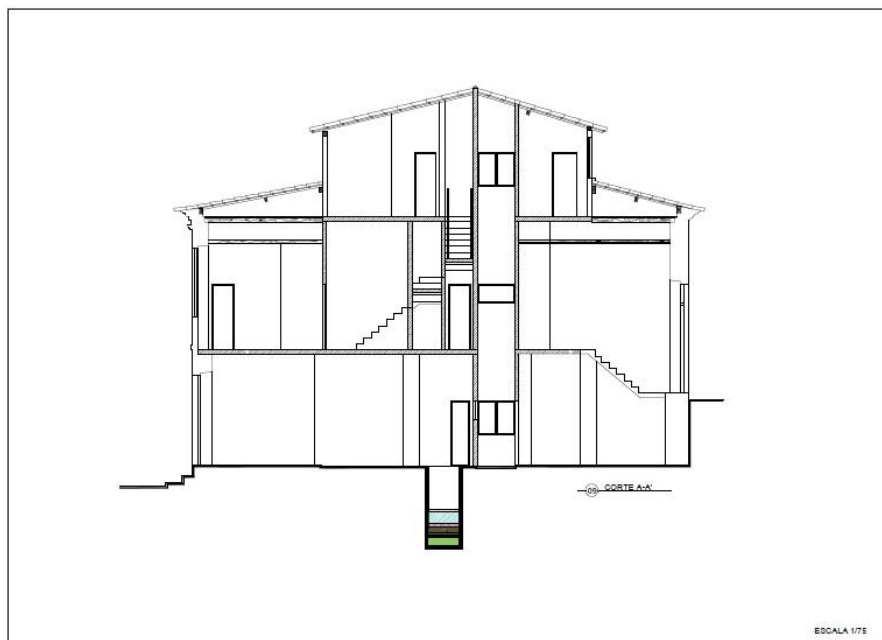


Figura 16: Corte AA' Casa 14 Q 31, com representação esquemática do Poço teste 1. Edição: Geovana Frois.

A fachada principal, voltada para a Rua São Francisco, possui resquícios de beiral¹³ sobre cimalha¹⁴, óculos e vãos de portas e janelas com vergas em arco pleno. A fachada voltada para o beco de servidão, que apresenta dois pavimentos (um de acesso ao nível do porão e outro equivalente ao nível térreo da fachada oposta), assume características elaboradas, o que lhe confere um aspecto incomum às fachadas posteriores dos imóveis voltadas para os fundos dos lotes. Possui vãos com vergas retas e cercaduras nos arcos, beiral sobre cimalha e cunhais¹⁵, sobre os quais se encontram elementos decorativos com motivos zoomorfos, demonstrando uma preocupação com o acabamento e estética desta fachada. Tal fato sugere que este imóvel locava-se à margem da depressão do relevo, de onde provavelmente se podia perceber a paisagem e

¹³ Prolongamento do telhado além da prumada das paredes;

¹⁴ Moldura saliente à superfície, com o fim de arrematar o alto das paredes externas, de forma contínua em toda a fachada, ocultando o telhado em alguns casos e também servindo de apoio ao beiral.

¹⁵ Faixa vertical saliente nas extremidades de paredes ou muros externos das edificações, em geral abrangendo da base ao coroamento.

nela ser percebido, indicando ainda ter sido um dos primeiros imóveis erguidos na área. Reforçam esta hipótese as observações do núcleo de formação da cidade representado nos mapas pesquisados, nos quais se pode perceber que ao menos até o final do século XVIII a ocupação desta quadra (hoje denominada Q 31S) era parcial.

As alvenarias externas foram constituídas alternando pedra, tijolos cerâmicos maciços e tijolos de adobe. Estes últimos constituindo-se em tijolos cerâmicos de pequena espessura e cacos agregados por argamassa de terra e cal, de coloração avermelhada. Os poucos vestígios das paredes internas demonstram sua construção em tijolos cerâmicos com rejunte em argamassa de terra e cal, também com coloração avermelhada.

A julgar pelas características observadas vale ressaltar, de forma breve, que a Casa 14 em nada difere do quadro geral da casa oitocentista brasileira. Durante o período colonial, e na maior parte do século XIX, as edificações estavam baseadas num tipo de lote que apresentava características bem definidas. Baseada nas tradições urbanísticas portuguesas, as residências eram construídas sobre o alinhamento das vias públicas, em lotes mais ou menos iguais, estreitos na fachada, mas com grande profundidade (REIS FILHO, 1995:22).

Igualmente, Kátia Mattoso (1992), baseada nas descrições de viajantes que estiveram na cidade no século XIX, considera que as casas oitocentistas eram em geral construções pouco sólidas, que ruíam tão logo deixassem de ser ocupadas, afirmando que os materiais usados eram variados: pedra e cal, tijolos, argila seca ao sol ou taipa. Conclui que algumas tinham chão de terra batida, mas a maioria dos telhados eram feitos com telhas vermelhas de Maragogipe, cidade situada no Recôncavo Baiano.

Em Salvador, a preocupação com a uniformidade das fachadas aparece, em documentos, ainda em 1769, nas determinações do marquês do Lavradio, onde as fachadas deveriam seguir um padrão de altura, a depender do número de pavimentos, com portas e janelas previamente definidas¹⁶. No mesmo ano, a

¹⁶ Definia-se, então, a padronização de determinadas dimensões das fachadas: 15 palmos de altura para o térreo; 2,5 palmos para a cornija; proporcionalidade entre os outros pavimentos; proibição de sacadas no primeiro andar; as portas deverão ter 5,5 palmos de ombreira, estando

Câmara oficializa em ata as determinações do marquês que visavam o embelezamento da cidade, além de promover melhor iluminação ao interior dos edifícios. Nessas orientações, que se transformaram em postura, em 1785, todas voltadas à padronização de fachadas, o principal objetivo era a valorização das fachadas como elemento visual importante, enfatizando composição, não apenas individual, mas do conjunto, não apenas de uma rua, mas de uma cidade¹⁷.

Entretanto é possível que os desdobramentos de tais posturas tenham sido mais perceptíveis na cidade baixa, onde o processo de aterramento desta área atendeu às reformas urbanísticas e à edificação de novos conjuntos urbanos. Mais tarde, em 1830, novas posturas municipais também normatizavam as construções e reformas, tal como aponta o documento consultado a seguir:

As casas térreas que d'ora em diante se houverem de edificar, ou reformar, tocando-se-lhes na frente, terão desde a soleira até o telhado 20 palmos de seu pé direito; as que forem de sobrado terão os mesmos 20 palmos da soleira até o assoalho do 1º andar; da he para o telhado, ou para o assoalho do 2º andar, quando tenham mais de um, ou dois andares, guardarão sempre um intervallo de 18 palmos. As janellas dos 1ºs ou únicos andares não poderão ser senão, rasgadas com 13 palmos de altura, e 6 de vão. Quando porém o terreno não permita esta largura, diminuir-se-há um palmo de cada vão; e não cabendo ainda assim só se farão as janelas que admitir o espaço com a 1ª largura indicada. As partes que se abrirem sobre o nivelamento da rua ficão sujeitas a mesma altura de 13 palmos e 6 de vão; as das cocheiras terão 15 palmos de altura, e 12 de vão. Os donos de taes obras que não observarem o disposto na presente Postura incorrerão na pena de 10 mil rs, e na demolição do que tiver feito. (APEB, Fundo Câmara, Livros de Posturas das Câmaras Municipais, 1829-1859)

As evidências, demonstram que, os materiais empregados, aspectos técnicos construtivos e disposição dos elementos, além da sobreposição de construções de épocas distintas, levanta-se a hipótese de que a edificação tenha sofrido alterações, assumindo configurações diferenciadas ao longo do tempo,

alinhadas todas as vergas de janelas e portas. (ATAS DA CÂMARA, Livro n. 32, folha 111, 8/7/1769).

¹⁷ Segundo Braz do Amaral, o Marquês do Lavradio era amigo e valido do Marquês de Pombal e foi influenciado pelas reformas pombalinas de Lisboa. (cf. VILHENA, p 112).

com a provável existência de porão em nível abaixo do encontrado atualmente. Pode, ainda, se referir aos vestígios de uma ocupação anterior, representando outra edificação implantada em uma cota de nível distinta da atual. A possibilidade de ter possuído este aspecto pode ser levantada pela implantação das edificações imediatamente vizinhas, na Rua 28 de Setembro (NAJJAR, 2010).

4.2.2 O TRABALHO DE CAMPO ARQUEOLÓGICO

As camadas identificadas nos contextos de aterro, para a área em questão, mostram tipos de depósitos peculiares, onde não somente foi retirado solo estéril de outra área da cidade para cumprir o fim almejado, mas, sobretudo, o entulho gerado pelo lixo varrido da cidade largamente associado ao sedimento na composição do mesmo.

De fato, a exumação destes vestígios proporciona uma série de questionamentos e interpretações a respeito da urbe e a apropriação do seu espaço pelo homem, porém, em se tratando de refugio secundário, torna-se mais difícil associa-lo aos indivíduos que o produziram, consumiram e descartaram. Contudo, isso não significa que tais vestígios observados nos aterros, não forneça linhas de interpretação a respeito de uma urbe, uma vez que eles possibilitam entender a formação social da cidade, estabelecendo cronologias e práticas de consumo.

De outro modo, os vestígios materiais, presentes em contextos arqueológicos de uma unidade doméstica, podem subsidiar interpretações de elementos associados às práticas cotidianas e seus significados simbólicos, uma vez que uma lixeira doméstica nos aproxima de grupos específicos de indivíduos. A casa, entendida como o local destinado à satisfação das necessidades básicas destes (LASLETT, 1972 *apud* BEAUDRY, 1984), é o espaço construído que possibilita o ordenamento do meio físico, dá suporte às práticas rotineiras e possibilita a interação dos seus ocupantes (LIMA, 1995).

Certamente percebido como um locus de práticas corporais envolvendo o uso cotidiano de objetos, o espaço doméstico torna-se um lugar extremamente importante para a constituição das identidades sociais e de gênero. Assim, ainda

segundo Lima (1999:191), uma lixeira doméstica “*contém mostras pouco tendenciosas das atividades de seus moradores e de sua dinâmica interna. Os descartes de lixo, como ações em geral inconscientes são, por sua vez, potencialmente reveladores das estruturas subjacentes de uma sociedade*”.

A Casa 14, no universo dos imóveis pesquisados, foi aquela que possibilitou o contato com um depósito relacionado ao descarte doméstico. Localizada na Rua São Francisco, o lote urbano onde se encontra esta unidade foi pesquisada pela equipe do Projeto Pelourinho nos anos de 2006 e 2007.

A primeira etapa do trabalho consistiu na coleta de superfície, uma vez que a equipe não havia sido advertida do início da abertura de cavas para fundações, da obra de engenharia, por parte da construtora responsável pelos trabalhos. Foram observadas 12 (doze) cavas já executadas ou em andamento, com dimensões variadas, de 1.80m x 1.50m, 1.00m x 1.20m ou 1.30 x 1.50, algumas com pelo menos 1,80m de profundidade. No sedimento removido das cavas observou-se a presença de entulho composto, principalmente, por restos de material construtivo (pedaços de tijolos, telhas, rebocos, argamassas entre outros), mas também vestígios arqueológicos como fragmentos de louças, vidros e cerâmica, porém sem informação estratigráfica.

Na Cava de número 12 foram identificadas estruturas de paredes, possivelmente de uma ocupação anterior ao atual arranjo do imóvel, visto que a técnica e os materiais construtivos utilizados para sua confecção apresentaram características diferenciadas. Outro dado que dialoga com esta hipótese é que a parede evidenciada, em alvenaria de tijolos, encontra-se abaixo das fundações dos pilares centrais do imóvel atual.

Com base nesse preditivo, foi realizado, por iniciativa da arqueologia, um poço-teste com 1x1m junto a estrutura citada, na porção central do imóvel. A área já aportava a cava 12 aberta pela equipe de engenharia, com dimensões de 1.80 x 1.50m de largura, e cerca de 1.40m de profundidade. Nesse sentido, o acompanhamento sistemático, no local, se deu a partir da cota de 1,40m abaixo do nível do piso atual.

A escavação¹⁸, a partir dessa profundidade, foi realizada por camadas naturais, subdividindo-se os estratos em níveis arbitrários apenas quando as evidências eram suficientemente significativas e o solo não apresentava sinais de perturbação.

Na Camada I, com 10 cm, a densidade de material encontrado é baixa, com poucos fragmentos de cerâmicas, vidros, metais e ossos. Na base da camada evidenciaram-se fragmentos de uma garrafa de vidro (base), e outra íntegra, encostadas próximo à parede de alvenaria de tijolos supostamente mais antiga.

A partir deste nível, foi necessária a utilização de escoras com madeira para sustentar as paredes do *poço teste* para evitar desmoronamentos. A Camada I foi até o nível 1.85m, apresentando as mesmas características da anterior, isto é, alta quantidade de material construtivo e baixa densidade de objetos.

Na Camada II, localizada entre 1.86m e 2.00m de profundidade, foi encontrada e coletada uma alta densidade de vestígios arqueológicos (cerâmica, vidro, metal, osso), e evidenciado baixa quantidade de material construtivo. Na base dessa camada o solo apresentou- coloração escura, principalmente na parede direita da quadricula. Foram evidenciadas duas garrafas de cerâmica grés inteiras, duas bases de vasilhames cerâmicos e grande quantidade de fragmentos de outras categorias.

Na camada III, que começa a 2.00m e segue até 2.15m de profundidade, observou o início de uma mancha preta (lixeira). A lixeira possuía alta densidade de vestígios arqueológicos móveis. A camada está representada por sedimentação de coloração preta, húmica, característica da presença de materiais orgânicos, carvão, ossos e moluscos provenientes de restos alimentares, além de várias peças de cerâmicas quase intactas (cerâmica vidrada, cerâmica comum, louças, faianças e grés).

¹⁸ A escavação foi realizada pelo arqueólogo Cláudio César Souza e Silva.

Enquanto isso, na Camada IV, de 2.16m a 2.25m, pouco se alteram as características para o sedimento do nível anterior, sendo que na base da camada, observamos que a quadrícula apresenta-se tomada pela mancha preta em sua totalidade. Pode-se constatar um aumento na quantidade de cerâmica vidrada e faianças. Em contrapartida, a quantidade de ossos e moluscos diminuíram.

A Camada V, entre 2.26m a 2.33m, apresenta as mesmas características da mancha preta, sendo que a partir de 2.30m de profundidade, o sedimento apresenta ligeiro clareamento, tendência suave para marrom escuro. Quanto ao material móvel, continua com alta densidade.

Na base da camada, observou a existência de um piso de chão batido, nivelado junto à 'cinta' onde tem início o alicerce da parede. A partir dos 2,33 até 2.60m de profundidade, Camada VI, se evidenciou o final do alicerce da parede e o solo passa a ser argiloso de cor vermelho, compacto, úmido e com grande plasticidade (estéril).

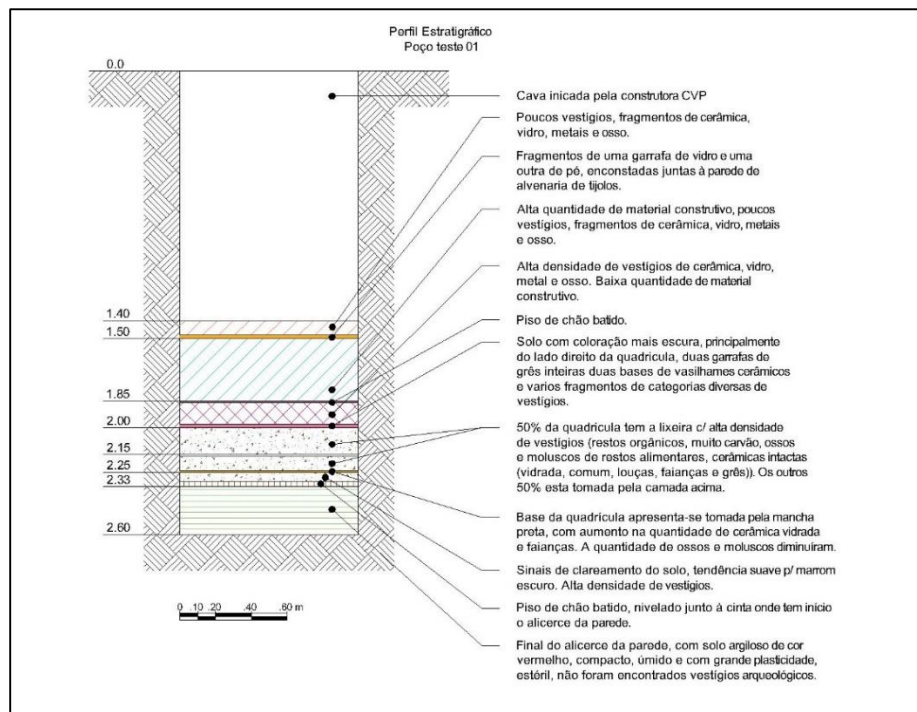


Figura 17: Perfil estratigráfico do Poço Teste 1. Edição: Geovana Frois

O material coletado durante as escavações resultou em 1071 artefatos (entre fragmentos e objetos inteiros), sendo 36,4% composto por cerâmica vidrada e 28,8% por cerâmica não vidrada. Tem destaque, Ainda, a faiança fina com 15% e o vidro com 13,4%. Tivemos um total de 37 fragmentos não catalogados por tratar-se de micro peças.

CATEGORIA - SUBCATEGORIA	CATALOGADOS	NÃO CATALOGADOS	TOTAL
Cerâmica não vidrada	298	10	308
Cerâmica vidrada	379	11	390
Grés	26	0	26
Faiança	9	1	10
Faiança fina	158	3	161
Porcelana	7	2	9
Vidro	133	10	143
Outros*	24	0	24
TOTAL DE PEÇAS	1034	37	1071
*Ossos, malacológicos, metal, osso e plástico			

Tabela 3: Frequência dos fragmentos materiais por categoria

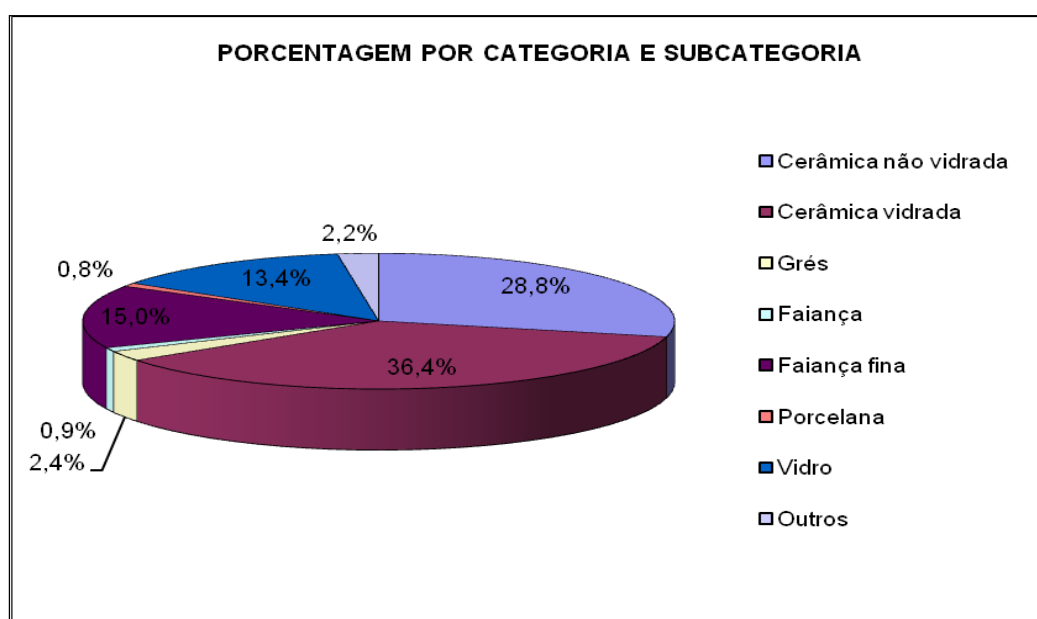


Gráfico 1: Frequência dos fragmentos com porcentagem

4.2.3 DESCRIÇÃO DO MATERIAL VÍTREO

A totalidade dos materiais vítreos exumados não é numerosa, em relação a outras categorias materiais, mas aqui se pretende abordar a amostra em seu aspecto qualitativo, uma vez que foram recuperadas peças inteiras ou parcialmente fragmentadas, o que permite inferências a respeito dos processos de manufatura, períodos de produção e consumo no século XIX. Inicialmente, faremos um breve histórico dos aspectos tecnológicos e cronológicos dos métodos de fabricação dos vidros, que vem a ser um glossário para o entendimento de alguns termos técnicos utilizados *a posteriori*.

De acordo com a bibliografia especializada em contentores de vidro, as marcas deixadas por processos de manufatura são, acima de tudo, o melhor elemento para delimitação de sua cronologia. Igualmente, a despeito das fontes consultadas, é positivo observar que há uma profusão de estudos direcionados ao campo arqueológico (BAUGHER-PERLIN, 1988; HARRIS, 2000; HILL, 1982; JONES, 1971, 2000; MILLER & SULLIVAN, 1984; NEWMAN, 1970; POLAK, 2000; TOLOUSE, 1970, 1971; WHITE, 1978; WILKIE, 1996), para além de produções dedicadas à tecnologia e história do vidro.

É importante ressaltar que o objetivo principal não é apresentar uma exaustiva cronologia das tecnologias e técnicas de produção do vidro, mas abordar aspectos verificados durante análise da amostra, bem como características morfológicas e funcionais das garrafas de bebidas alcoólicas, por se tratarem do volume mais representativo dentro da amostra. Vale ressaltar que a maioria dos termos técnicos aqui empregados está em língua estrangeira, em virtude de serem consagrados na literatura especializada.

A bibliografia disponível aponta para não existência de trabalhos científicos voltados para a datação dos vidros nacionais, entretanto, é possível datar as peças encontradas durante a pesquisa, uma vez que se trata de vidros de medicamentos, bebidas e perfumes importados. Seguramente, até o início do Século XX, não havia produção de vidro em larga escala no Brasil, apesar de algumas tentativas (SANDRONI, 1989). O material (nacional e importado) se encontra agrupado nas camadas onde as peças associadas à própria história

documental do espaço urbano indicam um período de ocupação notadamente no século XIX, permitindo-nos, assim, extrapolar a datação das peças importadas para as nacionais.

Há, portanto, duas divisões básicas: a tecnologia artesanal, através do uso de ferramentas manuseadas com auxílio humano, e a tecnologia mecânica, que por sua vez podem ser subdividas em produção através de máquinas semiautomáticas ou automáticas, com processos de produção e marcas decorrentes semelhantes, variando apenas o grau de interferência humana na produção, o que não necessariamente interfere no registro arqueológico (ZANETTINI e CAMARGO, 2001).

No caso da tecnologia manual, produzida a base do sopro com o auxílio de moldes, a massa vítrea era girada e soprada por intermédio de uma cana de assoprar (tubo fino e oco em geral), que por sua vez gerava um bulbo. Após isso passava por um processo de pré-modelagem sobre uma prancha, denominado *parison*. Após esta operação o soprador poderia inserir a massa vítrea em um molde para a formação do corpo da garrafa. Caso contrário, a transformação da pré-forma ocorria lentamente, dependendo da habilidade e experiência do vidreiro.

Após a retirada do molde ou da modelagem manual, a próxima etapa era o reforço da base da garrafa (*push-up* ou *kick*). A operação consistia na formação de uma concavidade basal, ainda verificada em garrafas de vinho e espumantes, por meio de pontel ou tubo de soprar que empurravam a base da garrafa. Existem algumas discussões sobre a função dessa prática, comum até os dias atuais mesmo em garrafas automáticas (JONES, 1971).

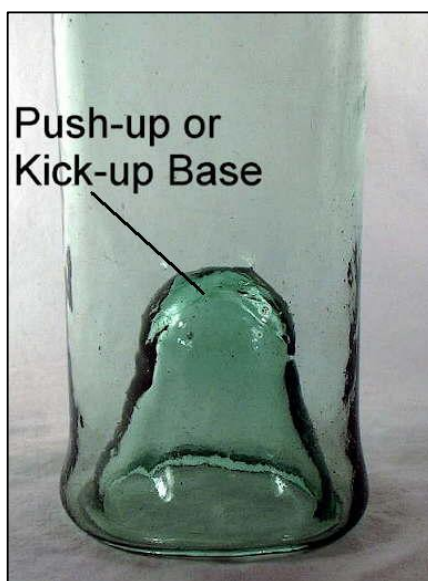


Figura 18: Exemplo de reforço da base. Fonte: site <http://www.sha.org/bottle/bases.htm#kick-up>

A partir daí o gargalo era novamente aquecido e, com a adição de um vidro extra (tira), a extremidade ou topo era formado. Após a finalização da extremidade, o pontel ou tubo de soprar era sacado da base e a garrafa era conduzida ao forno de recozimento.

Para esta tecnologia manual ainda podemos elencar a técnica de sopro sem o uso de moldes, que se caracterizavam pela assimetria dos contentores produzidos, resultando ainda em uma superfície sem listas verticais devido à ausência de um molde e com grande concentração de vidro na base (LORRAIN, 1968). O surgimento do molde se dá pela necessária padronização das formas e exigência do mercado na aceleração da produção, com o aumento da demanda mundial (BAUGHER-PERLIN, 1988).

Antes de discorrer acerca dos diferentes tipos de moldes usados na fabricação, cabe destacar as marcas deixadas no objeto, resultante da tecnologia supracitada. Neste caso, começando pela base da garrafa, a marca do pontel é uma das características determinantes para sua datação, uma vez que os bastões afixados ao fundo do vasilhame eram retirados após a sua finalização e o reforço do gargalo, deixando cicatrizes resultantes do contato destes com o vidro.

O uso do pontel foi gradativamente abandonado, nos EUA, entre os anos de 1850-1860 com a introdução de uma ferramenta chamada *snap-case*. Trata-se de uma garra de fixação que, envolvida ao objeto, permitia sua finalização sem a necessidade do pontel. É o uso dessa ferramenta que irá propiciar a inserção de inscrições do fabricante nos fundos das garrafas, até então marcadas por cicatrizes deixadas pela antiga técnica¹⁹.

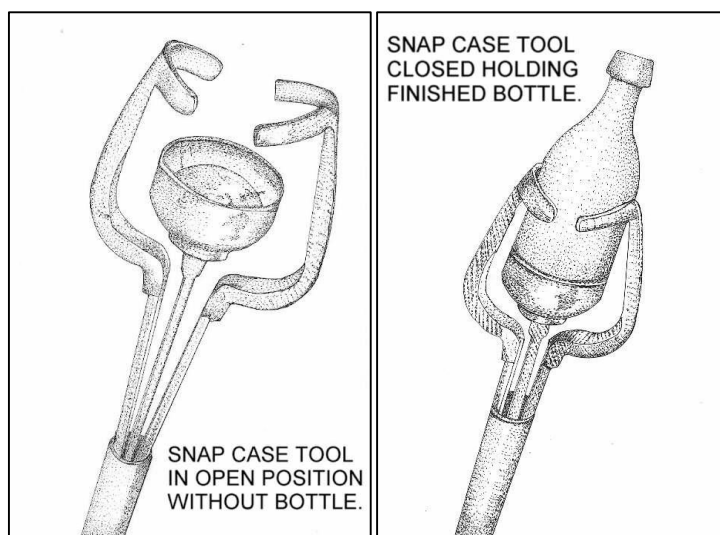


Figura 19: Exemplos de *snap case*. Fonte: site <http://www.sha.org/bottle/bases.htm#Push-Up>

Ainda sobre as marcas deixadas no processo do fabrico em moldes, outro aspecto a ser considerado é a finalização do gargalo, uma das últimas etapas do processo. Essa etapa podia ser feita de duas formas, com a aplicação de uma massa vítrea na boca do recipiente e seu torneamento através do chamado ferro de marisar (*applied finish*), ou através do reaquecimento do gargalo e o uso do ferro de marisar para sua finalização (*tooled finish*). Esta última, considerada mais recente, não diferia muito da antecessora em termos de resultado, mas supostamente haveria um ganho no processo industrial, garantindo maior rapidez na fabricação dos contentores (ZANETTINI e CAMARGO, 2001).

Por sua vez, as marcas deixadas pelos próprios moldes são caracterizadas por linhas verticais verificadas na superfície, decorrentes do contato do vidro ainda quente com as extremidades dos moldes.

¹⁹ <http://www.sha.org/bottle/bases.htm#Snap Case & Sabot>, extraído em 2014.

Segundo a bibliografia consultada, são três os tipos de moldes usados no fabrico de artigos de vidro, há certa discordância entre os autores em relação às suas temporalidades. Para Lorrain (1968), o molde inteiriço foi usado entre o final do século XVIII e primeira década do XIX, enquanto que o duplo e o triplo coexistiram a partir de 1810 até 1840/1850, quando o triplo deixa de ser utilizado. Já Baugher-Perlin (1988) e Toulouse (1969) consideram que o inteiriço teve seu surgimento já no século XVII e persistiu até meados do XIX, os duplos de 1750 a 1880 e os triplos de 1820 a 1860/70. Aqui no Brasil, Zanettini e Camargo (2001) consideram que a última periodização seria a mais apropriada aos artigos encontrados no país, porém alertam para o rígido seguimento das datas de início e fim das tecnologias, devido ao tempo de adaptação às mesmas.

De toda forma, seguindo a convergência das considerações dos citados autores, os mais antigos são os moldes inteiriços (*dip molds*), no qual o corpo da garrafa era todo conformado no molde, unido no processo de acabamento ao ombro, gargalo e topo. Esta ação gerava, normalmente, uma linha horizontal onde inicia a declividade, na união do corpo ao ombro.

O molde triplo ou de três partes (*three-part molds*), caracteriza-se pela união de um molde inteiriço para o corpo, unido a dois moldes longitudinais para os ombros e o pescoço. Além da linha horizontal na divisa entre o corpo e o ombro, comum também ao molde inteiriço, as garrafas fabricadas por este tipo de molde apresentam dois cortes verticais contrapostos que surgem da linha horizontal e atingem o gargalo (LORRAIN, 1968; BAUGHER-PERLIN, 1988; POLAK, 1997).

Finalmente, em 1814, Henry Rickett desenvolve um molde de duas partes, considerado mais eficiente no atendimento à demanda do mercado de bebidas alcoólicas. Esse molde possibilitou o abandono do *push-up*, uma vez que o fundo já saía do molde com a forma final, conferindo mais padronização, simetria e estabilidade às garrafas (LORRAIN, 1968).

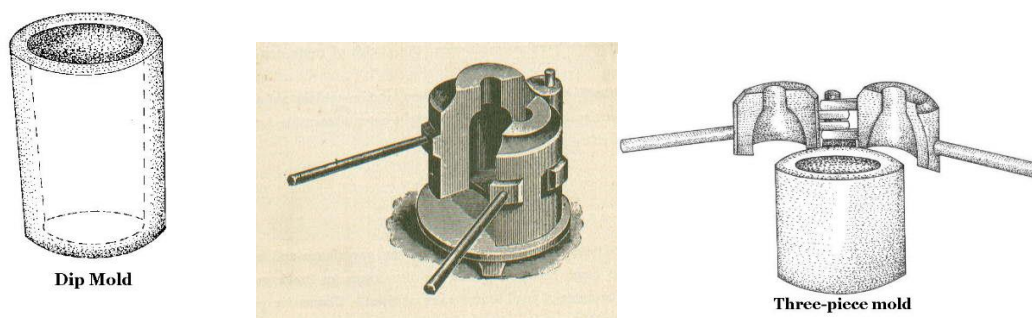


Figura 20: Da esquerda para a direita exemplos de molde inteiro, molde de duas partes e molde de três partes. Fonte: site <http://www.sha.org/bottle/body.htm#Dip Molds>

As marcas resultantes do molde duplo se caracterizam por linhas verticais da base ao gargalo. Uma terceira linha também é percebida na base, mas os fabricantes conseguem eliminá-la a posteriori com o surgimento de um disco que serviria de molde para a base. Algumas garrafas fabricadas em molde duplo não possuem linhas verticais nos gargalos, mas é possível que elas tenham sido retiradas através do ferro de marisar²⁰.

A partir do final do século XIX, com a consolidação dos modos de produção capitalista, surgem as produções através de máquinas semiautomáticas e automáticas (MILLER E SULLIVAN, 1984). Neste tipo de tecnologia a construção da peça começava pelo gargalo e não mais pelo corpo como na tecnologia manual.

O período de evolução aqui é considerado rápido, caracterizado pelo sucesso das semiautomáticas nos fins do XIX, porém superados pelo surgimento da máquina automática Owens (1904), que além de produzir em maior quantidade, dispensava o acompanhamento de muitos profissionais no fabrico.

4.2.3.1 O MATERIAL VÍTREO

A análise do material, buscou verificar seus aspectos técnicos e tecnológicos, foi prescindida pela separação, da amostra, por cores, levando em conta, também, texturas e opacidade para estabelecer os grupos, em seguida, dentro dos conjuntos com a mesma cor foram separadas por partes (gargalos, bocas, bases, ombros etc.), e, finalmente dentro de cada subgrupo foram

²⁰ <http://www.sha.org/bottle/glassmaking.htm#Half-post method>, extraído em 03/03/2014.

observados os fragmentos com marcas de produção ou marcas de fabricante do produto.

A ficha de análise produzida possui os seguintes itens: número de catálogo, categoria, parte correspondente, técnica de manufatura, coloração, marcas de uso/aspectos de superfície, dimensões do recipiente com as subdivisões entre diâmetro da borda, base e altura, formas da peça, de sua base e terminação, marca do fabricante e função²¹.

Em virtude da alta fragmentação da amostra, observamos as formas em determinadas partes dos recipientes isoladas, além de privilegiar peças inteiras ou remontáveis, buscando o caráter qualitativo da coleção. Assim, as peças selecionadas como artefatos-chaves, durante o procedimento de análise foram as bases e as terminações das garrafas, por nos possibilitar maior quantidade de informação.

Neste segmento serão apresentadas as informações sobre as formas dos recipientes e suas partes encontradas no sítio analisado, junto com os seus respectivos períodos de produção, conforme as categorias materiais. Para isso, foram escolhidos os exemplares mais significativos, considerando, as formas dos recipientes e suas partes.

A análise da bibliografia disponível, conduziu-nos a inferir que, as garrafas para vinho foram produzidas, exclusivamente, através do sopro manual, com ou sem auxílio de moldes, até a década de 70 do século XIX, quando então começam a serem utilizados os moldes de tornear (*turn mold*) (Tolouse, 1969). Estas caracterizam-se, normalmente, por serem garrafas cilíndricas, constituídas de reforço basal e pescoço abrupto, com preponderância da coloração verde em tons que variam de verde oliva ao verde escuro. Segundo alguns autores, o reforço na base (*push-up*), além de proporcionar uma melhor distribuição do vidro na base, é um eficiente recurso para a decantação do vinho, ao possibilitar a concentração no fundo da garrafa de cristais de tártaro (pequenos, brancos e em pó) e solidificar os taninos (sedimentos de cor escura) (Jones, 1971; Sicheri, 1989). O predomínio dos tons e matizes verde pode ser explicado pela praticidade - para obter esta coloração não é necessária a aplicação de agentes

²¹ A ficha utilizada para a análise vítrea encontra-se sobre o anexo nº 1

descolorantes e colorantes - e também pela sua funcionalidade, pois protege o produto contra a ação prejudicial dos raios ultravioletas. No final do século XIX começaram a ser produzidas garrafas para vinho com outras colorações em tons escuros: tais como marrom, vermelho e azul (BAUGUER-PERLIN, 1988).



Nº de catálogo	159 a 169 / 172 a 177 (remontagem)
Cor	Verde oliva clara
Forma do recipiente	Cilíndrica, pescoço abrupto, estilo "Bordeaux", comum para vinhos na Europa em meados do século XIX e nos EUA no final deste.
Técnica de fabricação	Uso de pontel com ponta de vidro ou com ponta de vidro e areia, e molde inteiro (<i>dip mold</i>)
Período de produção	Até 1860
Forma de terminação	Faixa de vidro aplicada ou "terminação champagne"
Diâmetro interno da terminação	1,8 cm
Diâmetro interno da base	5 cm
Altura total	31 cm
Deformidade	Assimetria basal, bolhas incrustadas
Aspectos de superfície	Oxidação, patina

Figura 21: Garrafa em molde inteiro.

	
Nº de catálogo	999
Cor	Verde oliva clara
Forma do recipiente	Cilíndrica, pescoço abrupto, estilo "Bordeaux", comum para vinhos na Europa em meados do século XIX e nos EUA no final deste.
Técnica de fabricação	Uso de pontel com ponta de vidro ou com ponta de vidro e areia, e molde inteiro (<i>dip mold</i>)
Período de produção	Até 1860
Forma de terminação	Faixa de vidro aplicada ou "terminação champagne"
Diâmetro interno da terminação	1,6 cm
Diâmetro interno da base	6,5 cm
Altura total	25 cm
Deformidade	Assimetria basal, bolhas incrustadas
Aspectos de superfície	Oxidação, patina

Figura 22: Garrafa em molde inteiro.



Nº de catálogo	138, 147, 155, 1014 e 1015 (remontagem)
Cor	Verde escura
Forma do recipiente	Garrafa cilíndrica com pescoço abrupto
Técnica de fabricação	Uso de ferramenta de acabamento do topo da garrafa (<i>Lipping Tool</i>) e molde inteiriço.
Período de produção	1840 - 1860
Forma de terminação	2 anéis, superior arredondado e inferior em forma de cone
Diâmetro interno da terminação	2 cm
Diâmetro interno da base	5 cm
Altura total	19 cm
Deformidade	Assimetria basal, incrustação de bolhas de ar
Aspectos de superfície	irilização

Figura 23: Garrafa em molde inteiriço com uso do *Lipping tool* para acabamento.



Nº de catálogo	465, 1030, 1032 e 1034 (remontagem)
Cor	Verde escura
Forma do recipiente	Garrafa cilíndrica com pescoço abrupto
Técnica de fabricação	Uso de ferramenta de acabamento do topo da garrafa (<i>Lipping Tool</i>) e molde duplo com marcas de linhas verticais no pescoço.
Período de produção	1840 - 1860
Forma de terminação	2 anéis, superior arredondado e inferior em forma de cone
Diâmetro interno da terminação	1,7 cm
Diâmetro interno da base	5 cm
Altura total	23,9 cm
Deformidade	Assimetria basal, incrustação de bolhas de ar
Aspectos de superfície	ranhuras

Figura 24: Garrafa em molde duplo com uso do Lipping tool para acabamento.



Nº de catálogo	146
Cor	Âmbar oliva muito escuro. Vidro preto ("black glass")
Forma do recipiente	Garrafa cilíndrica
Técnica de fabricação	Sopro em molde de três peças
Período de produção	1865-1880
Forma de terminação	Acabamento aplicado, 2 anéis, superior reto e inferior em forma de cone. Marca característica do "applied finish" no acabamento.
Diâmetro interno da terminação	2,5 cm
Diâmetro interno da base	6 cm
Altura total	22,5 cm
Deformidade	Ondulado, incrustação de bolhas de ar e irregular
Aspectos de superfície	Perda de material na superfície, irilização.

Figura 25: Garrafa em molde de três peças com marca de *applied finish* no acabamento.

  	
Nº Catálogo	134 a 136 / 139, 152 a 154, 156, 162, 163, 177, 633, 637, 638, 641, 642, 663 e 666 (Remontagem)
Cor	Verde oliva claro
Forma do recipiente	Garrafa retangular
Técnica de fabricação	Uso de instrumento de apreensão (<i>snap case</i>)
Período de produção	1860-1905
Forma da terminação	Dobragem externa ("rolled-out")
Diâmetro interno da terminação	1,5 cm
Deformidade	Irregularização, variação espessura das paredes

Figura 26: Garrafa retangular com dobragem externa no lábio.



Nº Catálogo	660, 661, 667, 668 e 672 / 191
Cor	Branco ("White" ou "Colourless")
Forma do recipiente	Cilíndrica, sem marcas de costuras de molde evidente, possível produção em máquinas, chamada de " <i>press-and blow machine</i> ", com marca de válvula na base após a finalização / Cilíndrica, molde de duas peças com uso do pontel na base.
Período de produção	1860 – 1930 / 1840 – 1870
Deformidade	Irregularização e excesso de vidro na base
Diâmetro interno da terminação	Ausente / 2,1 cm
Diâmetro da base	2 e 2,5 cm / 3 cm
Altura total	Impossível determinar / 10,5 cm

Figura 27: Frascos de medicamento com uso de pontel.

		
		
Nº Catálogo	466 / 647 / 653 e 982 (Remontagem)	
Cor	Branco ("White" ou "Colourless")	
Forma do recipiente	Vaso ou Jarro com abertura muito grande para uso de fechamentos como rolhas, decoração na superfície em formas de caixas e formas geométricas em alto relevo no interior / Circular, base ou pé de cálice com botão inferior ("foot" e "step") (JONES e SULLIVAN, 1989)	
Período de produção	A partir de 1830	
Deformidade	Irregularização,	

Figura 28: Vaso e bases de cálices.

Dentre as garrafas de cerveja, de acordo com a bibliografia consultada, é possível dizer que antes de 1870 eram muito raras, pois a bebida estragava de dois a três dias depois de ser fabricada (BAUGHER-PERLIN, 1988; POLAK, 2000). A partir de 1864 duas inovações deram o impulso necessário para o engarrafamento em larga escala de cerveja: a pasteurização, que prolongou o tempo para o consumo ao evitar a ação de micro-organismos, e uma tampa,

denominada *lightning stopper* (1875), que promoveu um notável aprimoramento no fechamento das garrafas de vidro para cerveja (BAUGHER-PERLIN, 1988; BECKHAUSER, 1984). A maioria das garrafas para cerveja, até os anos trinta do século XX, foi produzida nas cores verde-água, azul e predominantemente marrom escuro (âmbar) (BAUGHER-PERLIN, 1988; POLAK, 2000).

Por sua vez, as garrafas voltadas ao acondicionamento de genebra ou aguardente se sobressaem diante de outras por sua forma tronco-piramidal invertida, base quadrada, paredes retas, sem pescoço, com o predomínio de coloração verde que varia em tons de verde oliva ao verde escuro (Moreno, 1994; Schávelzon, 1991). Na Inglaterra eram conhecidas por “*case bottle*”, devido a sua praticidade em termos de acondicionamento e aproveitamento de espaço em caixas de embalagem (JOHNSON, 1999; MORENO, 1994; POLAK, 2000; SCHÁVELZON, 1991).

Ainda que os holandeses, desde o século XVII, já fabricassem recipientes em moldes quadrangulares inteiriços, as garrafas de vidro para genebra começaram a substituir amplamente as garrafas de grês desta bebida a partir de meados do século XIX (JOHNSON, 1999; MORENO, 1994; SCHÁVELZON, 1991).

Em menor número foram exumados fragmentos de cálices e vaso decorado. Estes aparecem com frequência nos arrolamentos dos inventários de comerciantes a partir do último quartel do século XIX, sugerindo que a população estava, cada vez mais, consumindo esse tipo de material, unido à sua tralha doméstica. São peças destinadas ao consumo específico de bebidas como vinho, licores, champanhe, conhaque, entre outros.

Entre a coleção, também em menor número, foi possível identificar frascos de medicamentos. A medicina de patentes que estava no seu auge, na Inglaterra e nos Estados Unidos durante o século XIX, era um sistema no qual qualquer pessoa podia criar sua fórmula curativa e patenteá-la, podendo comercializá-la sem restrições. A partir daí seu produto era vendido através de jornais de todo o mundo, ou em almanaques, com anúncios patrocinados pelos próprios “médicos”.

Esse auge coincide também com os vidros com inscrição gravada, como em um dos exemplares analisados. Porém, de acordo com a bibliografia, a era dos vidros de medicamentos com gravação foi relativamente curta, pois o preço

mais baixo das etiquetas impressas que podiam ser coladas sobre as garrafas tornava o processo mais barato. Tais etiquetas, além do menor custo, podiam ser coloridas e incluir imagens (LACERDA, s/d).

A seguir, apresento os gráficos resultantes da análise vítrea de acordo com sua técnica de manufatura e frequência por categoria funcional, variáveis desta etapa de laboratório importantes para cronologia das peças.

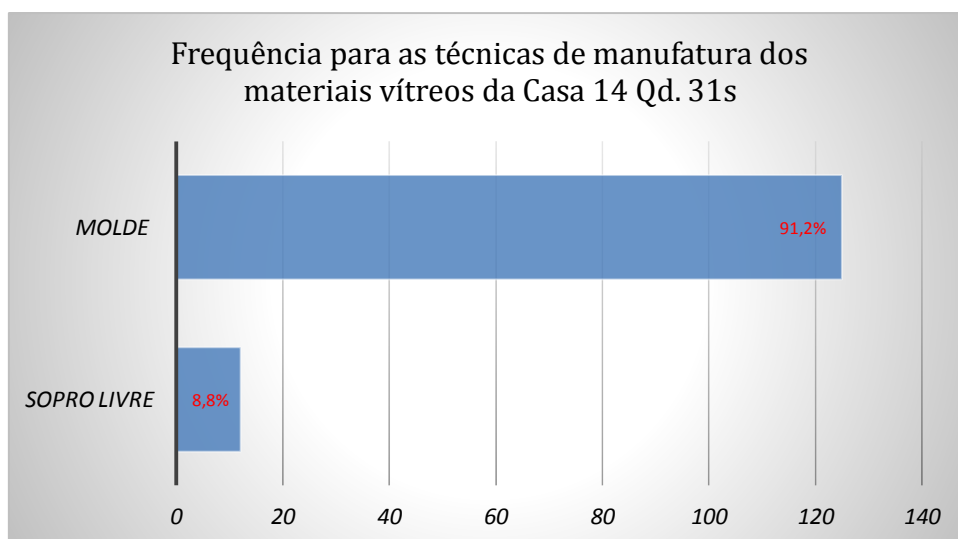


Gráfico 2: Frequência de vidros por técnica de manufatura

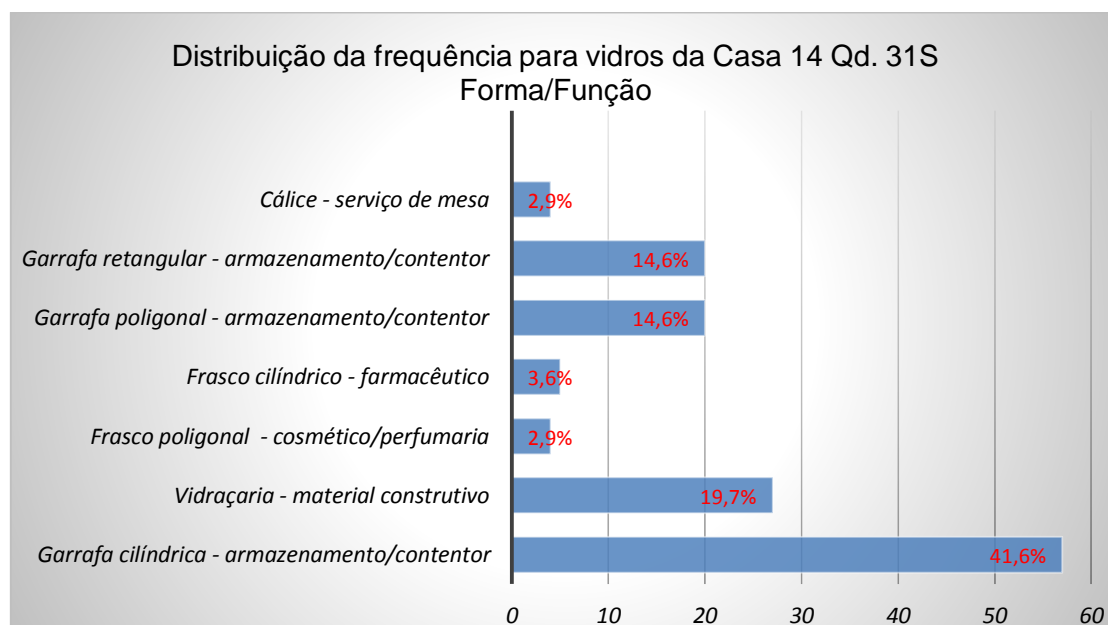


Gráfico 3: Frequência dos vidros por categorias funcionais

Os gráficos expostos acima dão um panorama geral dos materiais vítreos recuperados durante a escavação, acrescentados aqueles fragmentos não datáveis. No gráfico 2 observamos a maior incidência do sopro em molde (91,2 %) sobre o sopro livre (8,8%), indicando que a esmagadora maioria dos materiais se inscreve no século XIX, período em que tais técnicas de manufatura estavam no auge para a confecção das garrafas.

Já o gráfico 3 apresenta a frequência geral dos vidros de acordo com sua forma e função. Aqui observamos uma prevalência dos itens de mesa e cozinha sobre itens ligados aos aspectos do corpo e da saúde. Ainda podemos continuar inferindo, a partir do gráfico observado, que dentre os itens de mesa temos uma maior quantidade de objetos relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas. É tentador sugerir que o grupo doméstico que descartou esses artefatos pouco se preocupava com questões de higiene e saúde, enquanto faziam largo uso de bebidas. Entretanto isso seria temerário, uma vez que houve uma “invasão” dos vidros de medicamentos ingleses na Bahia do século XIX, onde existiam, como em todo o Brasil, médicos ingleses atuando. Lacerda, S/D, analisando a amostra vítrea de uma região próxima à área estudada, conhecida como Campo da Pólvora, afirma que eram muitos os frascos de medicamentos e perfumaria identificados, de patentes famosas como o Dr. Patterson e o Dr. Jonas Abbot, e naturalmente estes utilizariam e receitariam os medicamentos ingleses, assim como divulgariam entre os colegas o leite de magnésia, o sal de frutas, os calomelanos e as pastilhas para a tosse. Considerando a possibilidade de reutilização é possível que o tempo entre a manufatura e sua deposição tenha sido menor que outros itens.

Partindo do quadro mais geral e, observando as camadas arqueológicas, apresento a seguir gráficos de frequência dos vidros quanto à técnica de manufatura e forma / função para as camadas 3 a 6, aquelas identificadas à lixeira.

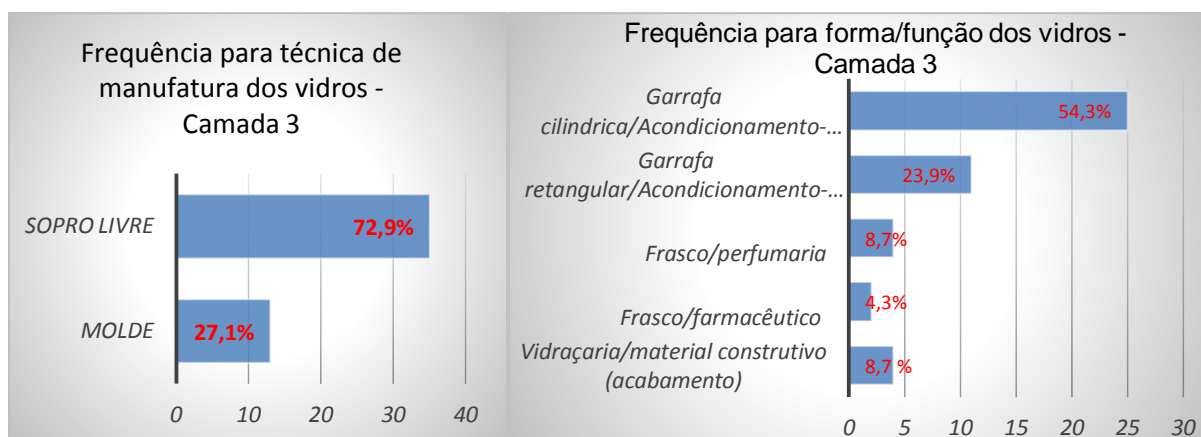


Gráfico 4: Frequência de técnica de manufatura e forma / função para a camada 3

Os gráficos 4 e 5, referentes à camada 3, identificada como sendo de um depósito concernente a uma lixeira, apresentam a prevalência do molde soprado, anteriores a 1860, que apresentam além da marca de pontil com uma cicatriz bastante visível (pontil aberto), a terminação do gargalo irregular, simplesmente quebrada ou raspada ou com lábios aplicados toscamente sobre o gargalo, cobrindo as marcas do molde e apresentando desníveis, irregularidades e gotejamentos. Já no aspecto forma/função notamos que prevalece os itens de mesa e cozinha voltados à bebida alcoólica. Symanski (1996), analisando a amostra de vidros proveniente do *Solar Lopo Gonçalves*, considerou oportuno afirmar que a menor incidência de copos e cálices dentre os produtos de mesa se deve ao fato de que ao adquiri-lo o indivíduo busca o produto em si e não o que está contido nele.

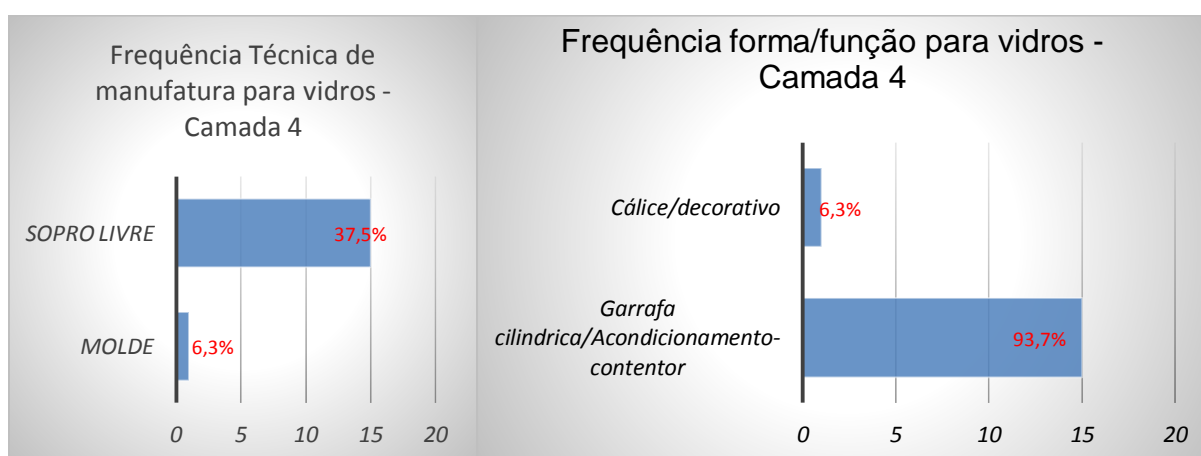


Gráfico 5: Frequência de técnicas de manufatura e forma / função para a camada 4

Os gráficos 6 e 7, expostos acima, referem-se à camada 4 (2,16-2,22m), pertencente portanto ao contexto de lixeira. O panorama é o mesmo da camada anterior.

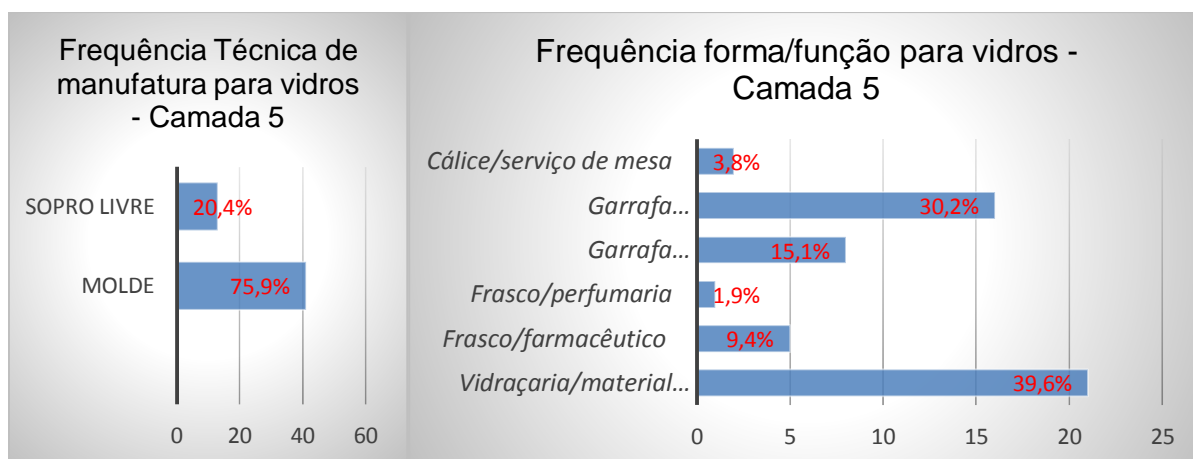


Gráfico 6: Frequência técnicas de manufatura e forma / função para a camada 5

Os gráficos 8 e 9 ilustraram a frequência de técnica de manufatura e forma / função para a Camada 5 (2,25-2,33m). Aqui observamos uma inversão na prevalência da manufatura, com os artefatos moldados em maioria. Sherene Baugher-Perlin (1988) coloca que os moldes inteiriços teriam sido utilizados desde fins do século XVII até meados do século XIX; os duplos, de 1750 até 1880; e os triplos, de 1820 até 1860/ 70. Os artefatos voltados às bebidas continuam em bom número, porém vemos um aumento do vidro ligado ao caráter construtivo. Isso não foge ao nosso contexto, em que as gelosias, urupemas e muxarabis, de influência mourisca, comumente utilizadas no fechamento das casas brasileiras e adequadamente condizentes com o clima tropical, em que a luz são intensos, foram rápida e eficientemente suprimidas em todo o território brasileiro, logo após a transferência da família real. Um prazo de seis meses foi dado para que as casas da alta burguesia substituíssem as urupemas e gelosias pela janela de vidro, como convinha a uma cidade “civilizada”.

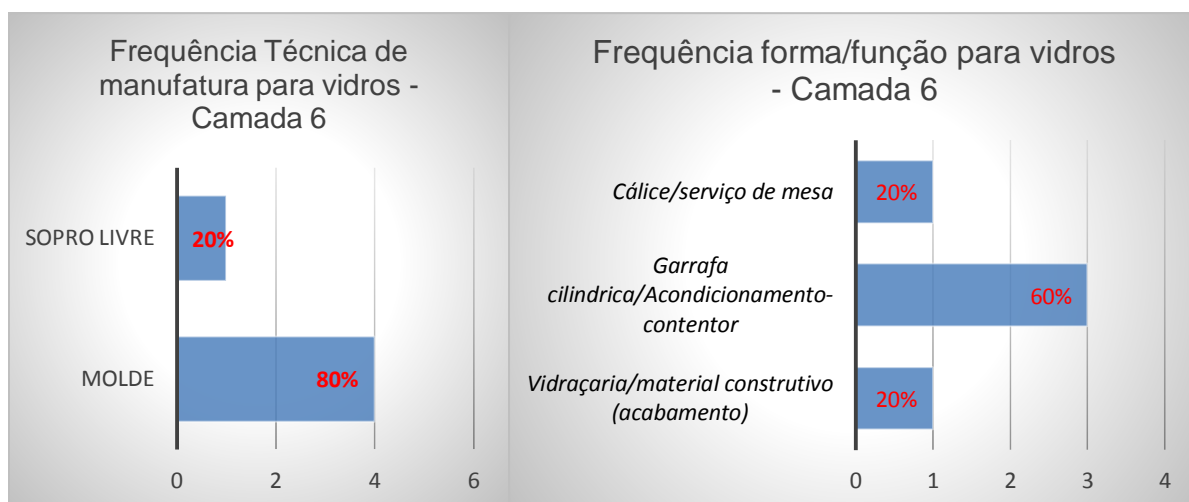


Gráfico 7: Frequência das técnicas de manufatura e forma / função para a camada 6

A Camada 6 teve seu panorama semelhante à camada anterior. Nestas últimas, observamos que as peças fabricadas em molde suplantaram àquelas em sopro livre. Há a possibilidade de que podem ter ocorrido revolvimentos do solo, afetando a posição dos materiais em sua estratigrafia. Entretanto não é incomum que garrafas fabricadas com uma técnica coexistam com outras mais antigas. Portanto não é eficiente o uso de cronologias exatas, rígidas, para o uso e abandono de determinadas técnicas. O caso da amostra analisado apresenta técnicas de fabricação manuais, que poderiam coexistir, por questões de preferências e continuidades dos métodos de fabricação em nível local.

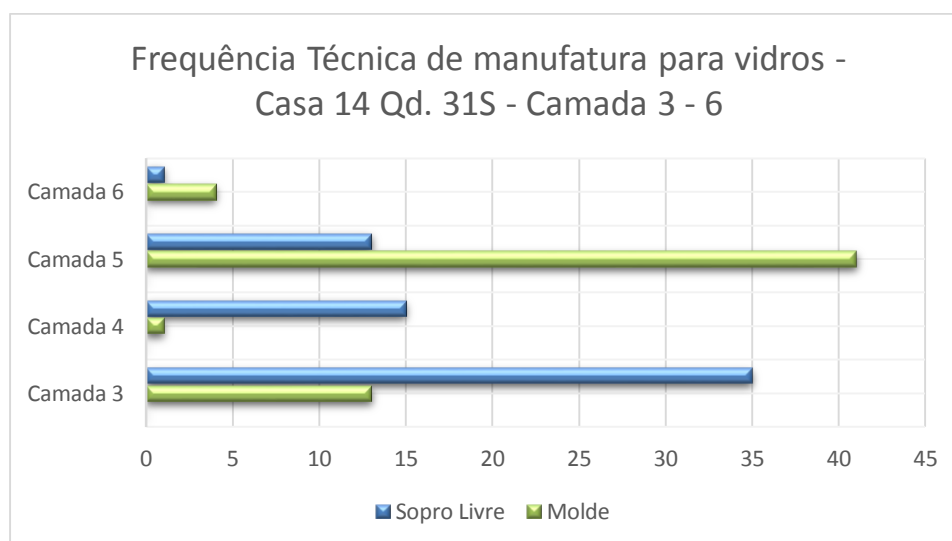


Gráfico 8: Frequência técnica manufatura vidros comparativa entre camadas 3 a 6

Sendo assim, diante do exposto, foi possível, com base nos vidros passíveis de identificação, datar de forma relativa a formação do depósito arqueológico, caracterizado como uma lixeira doméstica, entre os anos de 1830 e 1870 (camadas 3 a 6). Ainda na camada 6, foram coletadas duas moedas, com datas de 1816 e 1831, que possibilitam um *terminus post-quem* (limite depois do qual), para o período de acumulação das camadas superiores. Além disso, foi coletada uma base de faiança fina com marca de fabricante, a marca *Adams* produzida entre 1800-1863. (KOWALSKY & KOWALSKY, 1999).

Muito embora não seja o foco desta pesquisa, é importante destacar o potencial das louças e seu papel nas datações relativas das camadas, com numerosas terminologias e classificações em níveis nacionais e internacionais (BRANCANTE, 1981). Esta categoria material há algum tempo recebeu a atenção aqui no Brasil. Os trabalhos de Zanettini (1986) e Lima et al. (1989a), por exemplo, deram atenção à significância social da variabilidade de faianças, faianças finas e porcelanas em sítios domésticos. Eles não apenas identificaram e descreveram a amostra, como buscaram perceber como esses materiais refletiam a variabilidade do status socioeconômico dos ocupantes desses sítios, em uma perspectiva processual. Symanski (1998), por sua vez, contrastou as datações médias das amostras de louças e vidros de uma unidade doméstica oitocentista de Porto Alegre, o Solar Lopo Gonçalves, constatando uma diferença de cinco anos entre as amostras das duas categorias materiais, datadas, respectivamente, em 1865 e 1870. Essa diferença, segundo ele, indicou que os itens de vidro tenderam a ser mais rapidamente descartados no registro arqueológico que aqueles de louça. Enquanto isso, Tocchetto (2004) estudou amostras de louças e vidros de quatro sítios domésticos oitocentistas de Porto Alegre, visando discutir questões relacionadas à assimilação de discursos e práticas de origem europeia no processo de construção da modernidade brasileira no século XIX. Só para citar alguns.

Assim, na análise interpretativa, a louça vem sendo utilizada como elemento de datação de sítios, de indicação de comportamento de consumo e de padrões socioculturais. Os métodos utilizados nessas interpretações são feitos a partir da frequência de determinadas categorias, tipos e modelos decorativos considerados como diagnósticos para as análises.

Atento a essa informação, preparei um resumo do volume de louças exumadas junto à amostra vítrea. Apresento nos gráficos a seguir:

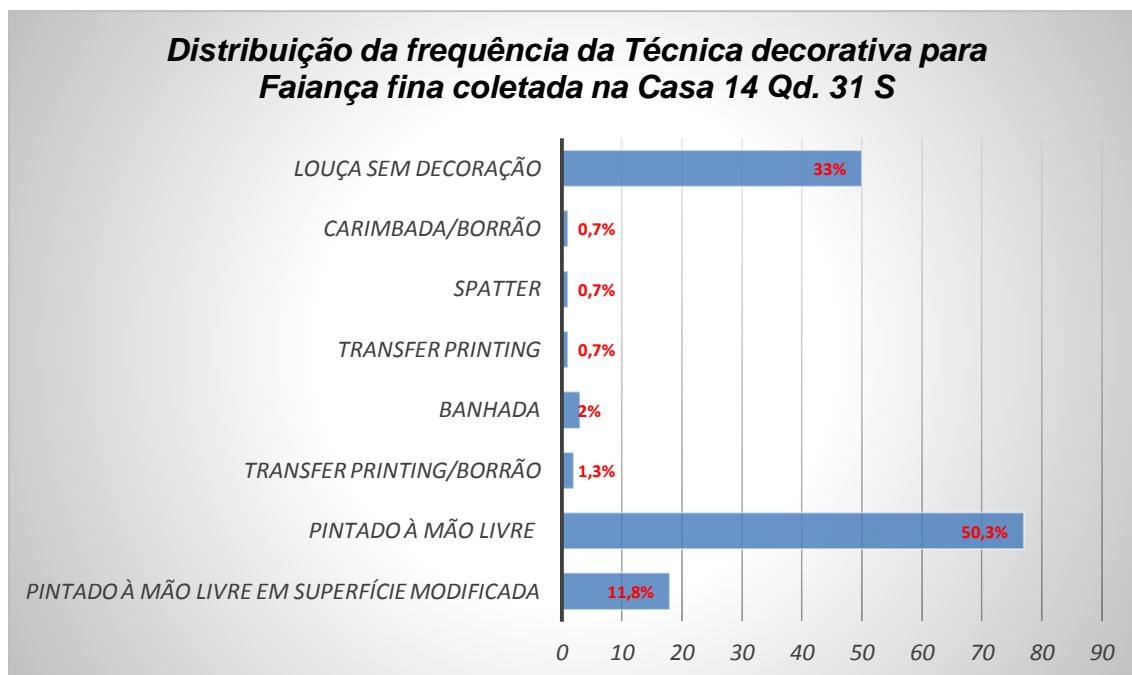


Gráfico 9: Frequência técnica decorativa Faiança fina

Conforme o gráfico acima, observamos que grande parte da amostra pertence ao Padrão conhecido como pintado à mão livre. Este padrão tem no *Shell Edged* e no *Peasant Style* seus tipos mais comuns. O *Shell Edged* azul foi um tipo de louça decorada bem popular, pois era a mais barata dentre as decoradas. Como teve a sua produção encerrada na década de 1850, apresenta-se como um bom marcador temporal para sítios arqueológicos de períodos históricos. O *Shell Edged* verde é mais raro, tendo sido produzido desde 1780 até a década de 1840 (SYMANSKI, 1997; LIMA, 1989).

A seguir, apresento os gráficos da frequência tipológica da faiança fina por camadas:

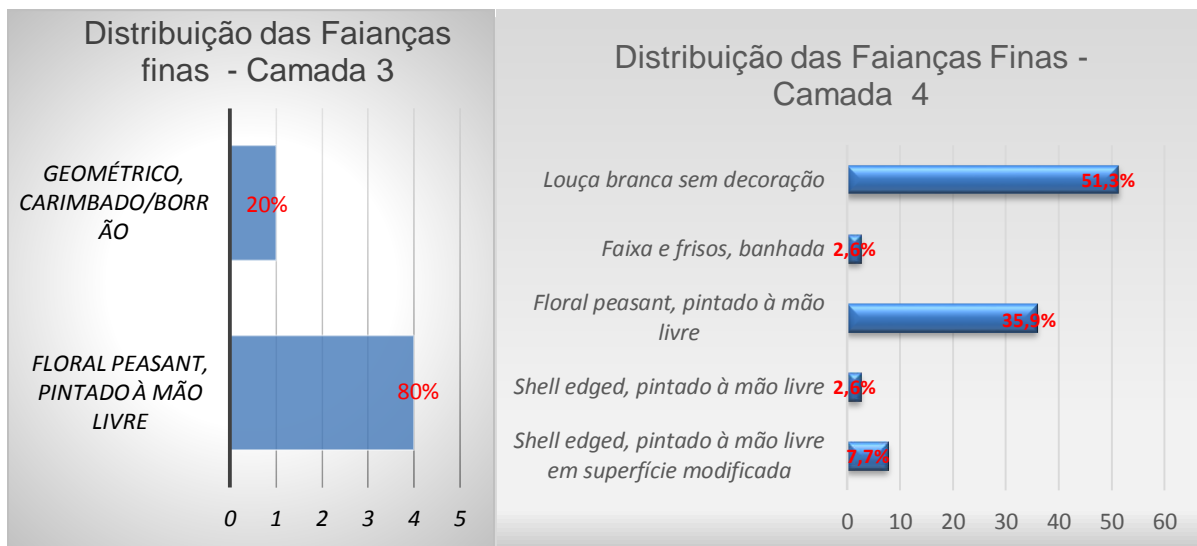


Gráfico 10: Frequência técnica decorativa Camadas 3 e 4.

Nas camadas vistas acima, há uma predominância do pintado à mão livre. O padrão Floral Policromo (*peasant style*, policrômico) é uma decoração que apresenta como temática flores estilizadas, pintadas à mão em traços grossos que cobrem muito da superfície da peça, com policromia que utiliza, principalmente, as cores verde, rosa, azul e vermelho. Esse tipo de louça, produzida, sobretudo, entre 1820 e 1840, apresenta decoração pintada à mão e trata-se de louça básica, vinculada a serviços de chá e café (LIMA, 1989). Podemos notar ainda, na Camada 4, a presença de uma maior quantidade de louças classificadas como sem decoração, porém, é importante ressaltar que nem sempre podemos creditar este padrão a fragmentos de louças que não apresentam elementos decorativos, tendo em vista que podem representar porções não decoradas de peças com decoração.

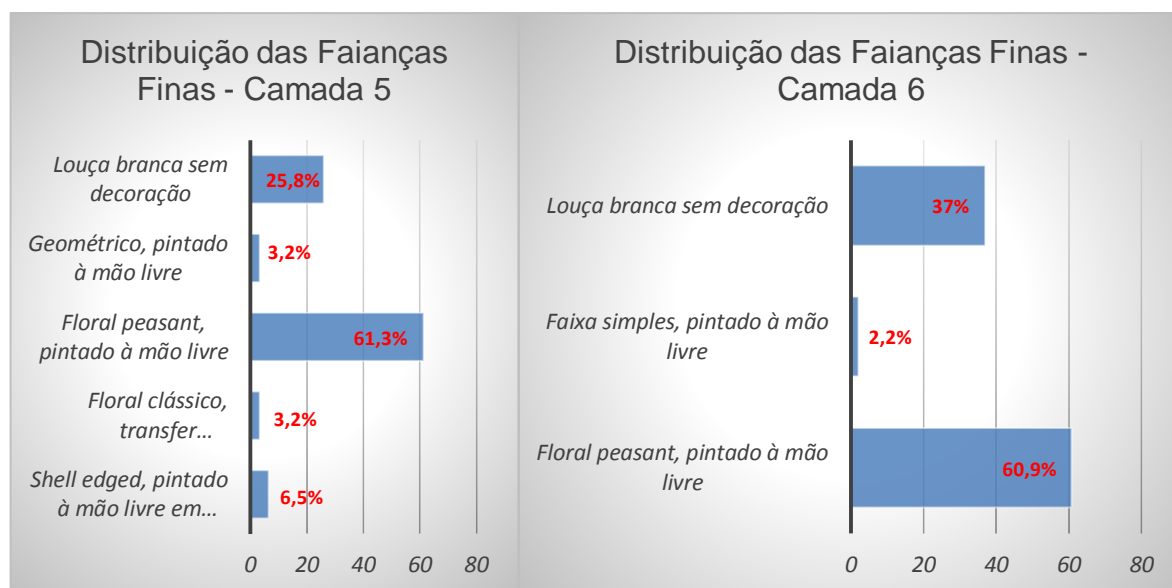


Gráfico 11: Frequência técnica decorativa Camadas 5 e 6.

Observamos, através dos gráficos expostos acima, que não houve mudanças no panorama apresentado pelas camadas superiores. Na Camada 6, foram recuperadas duas bases de louça com marca de fabricante. As marcas de fabricação nas peças cerâmicas industrializadas, utilizadas até os nossos dias, foram criadas para dar certeza da procedência do objeto. Esse tipo de propaganda visou demonstrar ao consumidor a solidez do fabricante e sua boa reputação no mercado. Este recurso, atualmente, pensando em peças provenientes das principais indústrias europeias dos séculos XIX e XX, que desenvolveram sistemas próprios de datação, auxilia a identificação do ano exato de produção.

As marcas de fabricantes tratam-se da *Adams* e *Davenport*. Sobre a primeira podemos dizer que William Adams foi um fabricante de louça inglesa, com manufatura localizada em Cobridge, Staffordshire, fundada em 1769 e em funcionamento até os dias atuais. Os produtos desta manufatura apresentam uma grande variedade de marcas que, na maioria das vezes, foram utilizadas em períodos bem definidos, facilitando a datação das peças. A marca impressa *ADAMS*, em baixo relevo, foi utilizada em peças de faiança fina no período entre 1800 e 1864 (CUSHION, 1987). Enquanto que a fábrica de Davenport, fundada por John Davenport e, localizada em Longport, Staffordshire, na Inglaterra,

produziu faiança fina e outras categorias cerâmicas entre 1774 e 1887, tendo utilizado diversos estilos para expor sua marca ao longo de seu período de produção. O exemplo coletado na amostra apresenta o nome impresso na base da louça com o nome *Davenport* e uma âncora em seu centro com o número 3 (três) legível. Nestes casos tratam-se dos últimos algarismos do ano exato em que fora fabricado. Infelizmente não vemos o segundo número, devido à quebra, mas é correto afirmar que o produto foi fabricado na década de 30 do século XIX.

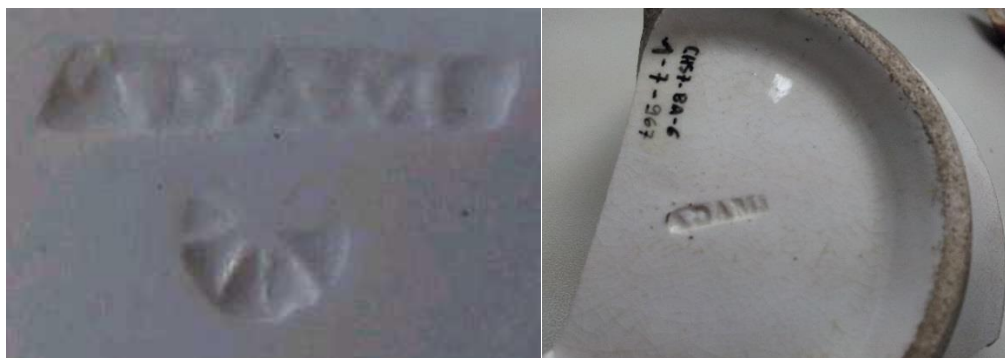


Figura 29: Marca extraída de Thepotteries.org em 2014 e peça 967 Casa 14, respectivamente.

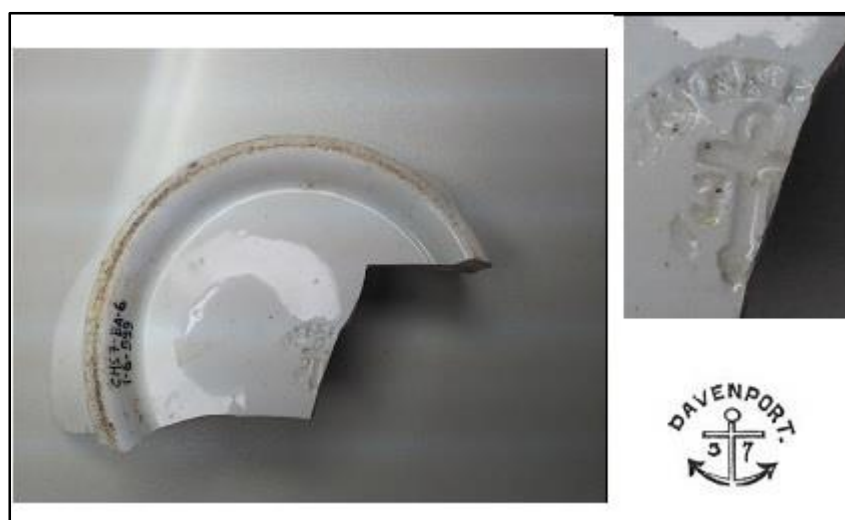


Figura 30: Peça nº 599 Casa 14, à esquerda, e em superior à direita em detalhe. No canto inferior direito exemplo semelhante extraído de Thepotteries.org em 2014.

As louças produzidas anteriormente a 1850 localizavam-se na estratigrafia da lixeira doméstica, principalmente nos últimos níveis. Identificamos, para as camadas 1 e 2, classificadas como aterro, dois fragmentos de borda de louças Padrão *Shell Edged*, azul, sem relevo, de produção mais tardia, avançando até o início do século XX.

5 CAPÍTULO 4: A SALVADOR OITOCENTISTA E O QUE CONTÉM O VIDRO

Após transitarmos pelos dados empíricos, finalmente chegamos à árdua tarefa da interpretação. É importante nesse momento relembrar alguns caminhos norteadores desta pesquisa, que devem orientar a organização deste capítulo em dois tópicos. Em primeiro lugar apresento considerações teóricas que reforçam as interpretações almejadas, na direção da introdução do capitalismo e consequente entrada de objetos, valores e comportamentos na Salvador oitocentista. Em seguida, apresentaremos possibilidades interpretativas sobre as práticas cotidianas ligadas ao consumo, a partir da sistematização dos dados analisados ao longo da pesquisa. Dessa forma, buscaremos perceber em que medida os novos hábitos eram absorvidos pelos proprietários da Casa 14.

5.1 IDEAIS DE CIVILIZAÇÃO

Os contextos domésticos são fundamentais no entendimento do cotidiano das ações dos indivíduos, onde eles vivem sua vida cotidiana. Segundo Heller (1985), essa nada mais é que a vida de todo indivíduo. Não está ausente da história, mas no centro do acontecer histórico. As atitudes diárias das pessoas constituem o início de quaisquer práxis, onde não é possível compreender o desenvolvimento histórico e econômico de uma sociedade sem se considerar o caráter heterogêneo das ações e reações humanas presentes na esfera cotidiana.

Tal esfera, relacionada ao tema dessa pesquisa e seu recorte no tempo (meados do século XIX), e no espaço (a urbe), aproxima-se da dinâmica da modernidade ocidental. Giddens (1991) nos convida a identificar as descontinuidades que separam as instituições sociais “modernas” das ordens sociais “tradicionais”. Buscando uma primeira aproximação, o autor diz que a modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Para ele, isto associa a modernidade a um período de tempo e a uma localização geográfica inicial, “mas

por enquanto deixa suas características principais guardadas em segurança numa caixa preta”. Em trabalho mais recente, Giddens (2002) emprega o termo modernidade num sentido mais geral, referindo-se “às instituições e modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa depois do feudalismo, mas que no século XX se tornaram mundiais em seu impacto”, sendo que a modernidade “pode ser entendida como aproximadamente equivalente ao mundo industrializado, desde que se reconheça que o industrialismo não é a sua única dimensão institucional”.

Seguindo essa linha, Lima (1995,1996,1997, 1999, 2002), pioneira no Brasil, direcionou o olhar para contextos domésticos no Rio de Janeiro oitocentista, observando estratégias de dominação e resistência, exercício do poder, táticas disciplinares no cotidiano e a níveis individuais e coletivos (comuns nos códigos de posturas). Estudos de comportamento de consumo no contexto do século XIX, também foram realizados por Symanski (1998), no solar Lopo Gonçalves (Porto Alegre), Agosttini e Najjar (2007), em um solar no município de Vassouras (RJ). Enquanto isso, Tocchetto (2010) debruçou-se sobre quatro unidades domésticas da Porto Alegre oitocentista para analisar e interpretar práticas cotidianas vinculadas às refeições e ao chá, inseridas na construção da modernidade brasileira, porém atentando-se às especificidades locais, sob as quais este processo se reinterpretava e se adaptava.

A unidade doméstica, conforme observou os pesquisadores citados acima, não se esquivou da propalada modernidade, assentada na formação de um Estado-nação com um corpo de leis, e na formação de um mercado capitalista, ainda que incipiente. Ali se conformaram valores impessoais da modernidade segundo feições nacionais, porém com diferentes trajetórias daqueles verificados na Europa, considerando antecedentes históricos particulares.

Ainda neste sentido Senatore e Zarankin (2002) e Johnson (1996, 1999), reforçam a necessidade de abordagens focando contextos locais e regionais, fugindo a explicações globalizantes. Tudo isto nos leva a um olhar atento sobre a especificidade histórica do recorte temporal e espacial desta pesquisa. Assim, entender o Brasil oitocentista se faz extremamente necessário para relacionar as práticas cotidianas e seus significados.

Em 1808, a família real portuguesa, transferiu-se para o Brasil que, de colônia, tornou-se sede da monarquia e vice-reino. Os treze anos durante os quais a corte permaneceu no Rio de Janeiro tiveram grande importância política e econômica e foram seguidos pela declaração de independência do Brasil, em 1822. A abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior acarretou um fluxo de comerciantes e viajantes estrangeiros para o país. Vários deles deixaram descrições muito interessantes a respeito da vida e dos costumes do Brasil durante o século XIX.

Muito embora, sabendo que "...muitos desses relatos foram escritos por pessoas que passaram alguns dias quando não algumas horas..." (MATTOSO, 1992), em terras brasileiras, há que se considerar a importância dessa fonte da qual se valeram muitos historiadores e sociólogos. Uma boa parte desses relatos, inclusive, concentrou-se no Rio de Janeiro, onde a família real vivia e que, por isso, tornou-se uma cidade "cosmopolita", na qual as pessoas mais abastadas tentavam se comportar de uma maneira que elas supunham ser "europeia". No Rio, começou a se desenvolver, mais fortemente, a difusão cultural do modo de vida burguês, marcadamente na urbe, entre as classes altas (PEREIRA DE QUEIROZ, 1973).

Algumas preferências requintadas da classe alta do Rio de Janeiro foram observados por George Gardner, o superintendente britânico dos Jardins Botânicos Reais do Ceilão, que percorreu o Brasil de 1836 a 1841: "O grande desejo dos habitantes da cidade parece que é dar-lhe ares europeus, o que até certo ponto já acontece, parte pelo influxo dos próprios europeus, parte pelos próprios brasileiros que têm visitado a Europa para se educarem ou para outros fins" (GARDNER, 1942:5). Entretanto, não se pode generalizar, para o resto do país, o que estava acontecendo no Rio de Janeiro. A "modernização" que os viajantes observavam estava, dessa forma, limitada à então capital do Brasil, e à sua classe alta, com a qual eles tinham contato mais íntimo.

Pereira de Queiroz (1973:216) formulou a hipótese de que a difusão de um modo de vida burguês começou a ocorrer no Brasil aproximadamente a partir de 1820, muito antes de o país começar a se tornar industrializado. Este novo modo de vida diferenciou a população urbana não apenas de acordo com níveis

econômicos, mas principalmente do ponto de vista cultural, já que os estratos superiores adotaram o requinte e o arremedo de vida intelectual como um símbolo de distinção. A partir deste período, a vida nas cidades mais ricas, quando comparada com a do campo, começou a se tornar muito diferente em qualquer nível social.

Ainda hoje há um sentimento de que, no Brasil, as ideias e práticas culturais estariam, em geral, "fora do lugar", em descompasso com os centros dito "desenvolvidos". O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão (em 1888). Embora a economia brasileira estivesse durante três séculos baseada na exploração da mão-de-obra escrava, parte das elites políticas do país da época aderiram ao ideário liberal criado na Europa. Schwarz (1977) procurou argumentar como esta ideologia estava "fora do lugar" no Brasil Império, creditando a abolição a interesses específicos dessa elite e não às ideias liberais.

Entretanto, do ponto de vista lógico, a escravidão não era incompatível com o liberalismo, pois, para as elites brasileiras, os escravos eram uma mercadoria que estava sujeita a ser usada e trocada como qualquer outra. Os empréstimos culturais são uma constante em qualquer cultura (BURKE, 1997). Como alguns historiadores têm mostrado (PESAVENTO, 1992,1999; ALENCASTRO, 1997), a dinâmica cultural implica um processo de desterritorialização e de reterritorialização. Ideias e práticas que se originam num espaço acabam migrando para outros, encontrando um ambiente muitas vezes diferente daquele no qual surgiram, mas acabam sendo adaptadas ao novo contexto e, por assim dizer, "entram no novo lugar".

Esta perspectiva ganha ressonância com a contribuição teórica de Chartier (1996), para quem cada indivíduo leitor dá àquilo que lê um sentido próprio, permeado por referências pessoais, sociais, históricas e individuais. O sujeito é invocado a um papel central, não são mais as estruturas que fornecem e o sujeito recebe, ele mesmo elabora, cria, apropria, mas não de forma universal e sim diversa, uma dinâmica de usos.

É bastante difundida a chegada de uma série de restrições disciplinares que chegam com a "modernidade" almejada para o século dezenove, forjando

discursos da norma, da regra, da verdade (FOUCAULT, 1998). Porém, a circulação desses discursos nos diferentes segmentos sociais pode ter sua aceitação e interpretação dada de forma diferenciada, seguindo suas escolhas culturais. É esse novo estatuto do sujeito moderno, um sujeito que atua, pressiona, confere sentido ao mundo em que vive, e, como lidamos com diversos sujeitos, suas leituras são plurais. Desta forma, os historiadores fugiram das verdades rígidas do positivismo (CHARTIER, 1990; CERTEAU, 1994)

Assim, noções de apropriação, prática e representações são interconectadas entre si na construção teórico-metodológica proposta por Chartier (1990), para se aproximar do sujeito ativo. Representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas. Ora, é certo que elas colocam-se no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1990, p. 17).

As representações permitem também avaliar o ser-percebido que um indivíduo ou grupo constroem e propõem para si mesmos e para os outros. Chartier segue de perto Bourdieu, citando-o quando menciona as determinações da produção:

(...) a representação que os indivíduos e os grupos fornecem inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade social. Uma classe é definida tanto por seu ser-percebido quanto por seu ser, por seu consumo – que não precisa ser ostentador para ser simbólico – quanto por sua posição nas relações de produção(...) (BOURDIEU apud CHARTIER, 2002)

Com estas formulações Chartier coloca os discursos e as práticas em pólos diferentes, entre os quais circulam os sentidos e significações particulares

dos sujeitos. As práticas terminam por comunicar identidade social, a representação que cada grupo faz de si mesmo.

A ênfase dada por De Certeau ao cotidiano como uma espécie de campo de batalha, cujas *táticas* precisam encontrar modos de escape e confrontação em cada situação, rompe com o caráter normativo da ação social cotidiana. A noção de cotidiano como *práticas*, em De Certeau, portanto, permite que se analise formas distintas de apropriação do espaço, a formação de lugares e o rompimento de fronteiras que demarcam socioespacialmente a vida urbana. Mais ainda: sua perspectiva, na direção paralela à microfísica foucaultiana, está centrada nas práticas que desafiam o espaço disciplinar.

É importante sublinhar que a análise de De Certeau escapa do binarismo conceitual, que tende ora para as explicações objetivistas, ora para as subjetivistas. A preocupação deste não foi estabelecer condicionantes das práticas sociais como *sujeitos*, nem afirmar a preponderância dos contextos e das estruturas. É, ao contrário, compreender como as práticas cotidianas se formam na *prática*, escapam dos condicionantes sociais nas quais estão sujeitas, ainda que sem deles fugam totalmente. "Eu gostaria de acompanhar alguns dos procedimentos - multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos - que escapam da disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo que exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e da inquietante familiaridade da cidade" (De CERTEAU, 1994:175).

Sendo as práticas dos sujeitos ativos, da qual resultam os materiais arqueológicos, um dos aspectos dessa pesquisa, a teoria da prática se coloca como um importante marco de abordagem. Devido ao seu relacionamento recursivo entre a agência e a estrutura. Giddens (1995) propõe a dualidade da estrutura, posicionando-se sobre a relação entre a ação humana e estrutura, fugindo à dicotomia sujeito *versus* objeto social. Seu objetivo central é destacar que há uma relativa invariância no espaço e no tempo, a estrutura; bem como há um reduto para a agência do sujeito, a ação. Neste sentido, a interação entre estas duas dimensões produz um alto dinamismo nas sociedades modernas, de modo que a estruturação da sociedade é processualmente constituída ao longo do tempo e do espaço.

Tocchettto (2010), observou que Barret (2001) irá explorar as ideias de Giddens (1995), para fundamentar uma teoria voltada à interpretação arqueológica, onde estruturas são “um campo de possibilidades reproduzidas pelas práticas” (BARRET, 2001 *apud* TOCCHETTO, 2010).

As reflexões teóricas apresentadas são importantes para que no próximo tópico possamos buscar entender a chegada da modernidade ao Brasil e à Salvador oitocentista. As particularidades locais são fundamentais na explicação do processo de apropriação dos bens de consumo. As práticas, portanto, podem ser resultado dessas apropriações, influenciadas pelos discursos dominantes, como também podem ser produtoras de representações que diferenciam seus agentes da influência europeizante.

5.2 CONSUMO E PRÁTICA

As práticas e os mecanismos de apropriação, forjadas no contexto da propalada modernidade, chegam ao Brasil e a Salvador, principalmente, através dos portos, com a navegação de longo curso e posteriormente através da cabotagem.

Segundo Katia Mattoso (1992), a participação do porto da Bahia na navegação de longo curso durante o século XIX foi de 20% em média. A falta de boas vias de comunicação terrestre entre Salvador e o resto da província privilegiava a população estabelecida nas proximidades da capital e no litoral. Salvador, tão mal ligada a seu próprio território, tinha, em contrapartida, excelente comunicação por via marítima, com todo o litoral do Brasil e com o exterior. Novamente, Katia Mattoso explicita:

Caravelas, galeotas, fragatas, brigues e bergantins; naus, navios urcas, sumacas e até avisos – estes navios minúsculos de grande velocidade que num constante vai e vem traziam as ordens da Metrópole e levavam-lhe as respostas – cingiam os mares em todas as direções: de Portugal para a África, para o Brasil, para o Rio da Prata, para as Índias distantes. Do Brasil para o Rio da Prata, para as Índias, para a África, para Portugal, finalmente (MATTOSO, 1992).

A vida econômica de Salvador era essencialmente comercial. O comércio era o que mais mobilizava investimentos e movimentava a vida financeira da província e, especialmente, o comércio de alimentos, pouco produzidos pela capital e seu entorno, necessitando recorrer quase sempre para a importação dos artigos de primeira necessidade da população, como a farinha e a carne seca.

Portugal, em meados do século XIX, ainda detinha o monopólio deste vantajoso comércio. O tráfego com a África, por exemplo, era feito por embarcações portuguesas que, apesar da abolição do comércio de escravos em 1850, para lá reexportavam manufaturados europeus ou exportavam fumo, álcool de cana e toda espécie de mercadorias, voltando com tapetes de fibra vegetal, cestos de vime, sabão, dentre outros. Além disso, muitos comerciantes portugueses tinham seus próprios navios e importavam da Europa vinhos, farinha de trigo, bacalhau, vinagre, azeite de oliva e azeitona.

Para Mattoso (1992), mesmo com a abertura de linhas regulares a vapor - para transporte de cargas ou passageiros - para o exterior ou outros portos brasileiros, não houve na Bahia um monopólio inglês nesse tipo de serviço. Segundo a autora, exemplificando o ano de 1893, das nove companhias estrangeiras que exploravam tais linhas de longo curso "...três eram inglesas, duas francesas, uma alemã, uma norte-americana e uma italiana..." (p.479).

A aparente pujança do porto de Salvador contrasta, todavia, com uma das piores crises da economia baiana, na segunda metade do século XIX. Esta crise estava ligada ao atraso das técnicas do plantio da cana-de-açúcar, à concorrência com o açúcar das Antilhas, pela descoberta na Europa do açúcar extraído da beterraba e pela escassez da mão-de-obra escrava com a interrupção do tráfico negreiro e o desvio de um grande número de escravos para a região sul cafeeira – polo econômico emergente –, diminuindo o preço do produto e arruinando muitos donos de engenhos baianos.

A decadência da lavoura canavieira repercutira de tal modo sobre a sua economia que fizera com que a capital da Província perdesse a posição que vinha ocupando, durante muitos anos, de segundo grande centro comercial do país, logo após o Rio de Janeiro. Enquanto suas exportações decresciam, tanto em valor como em quantidade, ao mesmo tempo, aumentavam suas importações, necessárias ao sustento e à manutenção dos hábitos cotidianos de uma população

cada vez mais influenciada pelos hábitos europeus e menos provida, em seu conjunto, de um poder razoável de compra (OLIVEIRA, 1999, p. 52).

Outros fatores, como as epidemias da febre amarela (1854-55) e da *cólera morbus* (1857-58), contribuíram com a crise econômica (REIS, 1996). Analisando esta crise, Luís Henrique Dias Tavares afirma que a economia baiana era uma economia de exportação de produtos primários e importadora de artigos manufaturados (TAVARES, 1982). Esta é uma visão bastante difundida entre historiadores que analisaram a economia brasileira nos períodos colonial e imperial (FURTADO, 1977; NOVAIS, 1983; PRADO Jr., 1994), mas contestada por trabalhos mais recentes que levaram seus olhares as trocas inter-regionais, evidenciando a dinâmica interna do Brasil e o potencial do seu mercado interno.

Nesse sentido, Graham (2013), esmiúça as relações na sociedade colonial de Salvador, a partir do comércio de alimentos, no período entre 1780 e 1860, observando vendedores ambulantes, merceeiros, açougueiros, marujos comuns e mestres de embarcações que traziam alimentos da baía e da costa atlântica, fazendo funcionar a cidade. Entretanto, tal ressalva buscou apenas destacar o potencial interpretativo das redes de abastecimento (MATTOSO, 1978; LINHARES, 1979; ZEMELA, 1990; SOARES, 1996) que movimentavam o consumo interno da urbe oitocentista, afinal o objeto deste estudo é o vidro que, como já mencionado, não era produzido localmente, apesar de incipientes tentativas.

Em face, portanto, de um mercado local desenvolvido, conforme Kátia Mattoso, de forma complexa e original, uma vez que a cidade possuía uma estrutura social de tipo escravista e sua população sofria problemas no abastecimento e epidemias, Salvador não estava a margem da difusão da modernidade. Este contexto provocou importantes transformações na sociedade brasileira antes caracterizada pela simplicidade de seus objetos de uso diário, da alimentação e do vestuário. A oferta de variados produtos indicaram novos anseios com relação às práticas de consumo. Para novos modos de viver, vestir e comer, novos modos de pensar da população brasileira.

A busca crescente por bens de consumo importados serviu mesmo de explicação para o crescente endividamento, causada por “...uma minoria de ‘senhores’ e ‘doutores’ que gastavam além de suas possibilidades e que, assim, tornavam mais pesado o balanço de pagamentos e favoreciam a queda das taxas de câmbio...” (ALMEIDA, 1951 *apud* MATTOSO, 1992). Em 1875 os produtos importados eram os mais variados, como tecidos de lã, linho e seda, objetos de vidro, ouro e prata, perfumaria, remédios, vinhos, bacalhau etc. Kátia Mattoso acrescenta que esses hábitos estavam disseminados por diversas camadas sociais, após observar inventários de humildes habitantes, onde constam joias, trajes de seda e o registro de dívidas contraídas para a sua compra.

Esse período da história brasileira é marcado, portanto, como um momento de mudança de costumes e de divulgação de uma nova visão de mundo, que se exprimem na internalização de valores (HERSCHMANN & PEREIRA, 1994). O espaço urbano das capitais brasileiras passa por processos de modernização com a implementação de uma aparelhagem tecnológica destinada aos serviços públicos como o saneamento, abastecimento de água, iluminação e transportes.

Em Salvador, em meados dos oitocentos, foram implantados serviços públicos básicos para o funcionamento de uma cidade que vivia a expectativa de mudanças. Buscando melhorar a precária iluminação da cidade, feita por lampiões à luz de azeite de peixe, o presidente da Província inicia as negociações, em 1858, para a iluminação a gás retirada do carvão de pedra, a partir de combustores espalhados principalmente na parte central da cidade, ruas ao longo da cidade baixa, além de especial atenção dedicada a prédios públicos e ainda o Passeio Público, considerado ponto de convergência dos moradores da cidade. Enquanto isso, a distribuição de água, cujo contrato firmado com dois empresários ocorreu em 1852, estabeleceu a Companhia do Queimado, que almejava distribuir água encanada por meio de chafarizes. O encanamento alcançou o Cais Dourado, na Cidade Baixa e a rua do Tijolo (atual 28 de setembro), na Cidade Alta.

Também quanto aos transportes, caracterizado no início dos oitocentos pelas cadeirinhas de arruar, houveram investimentos, novamente colocados sob a responsabilidade de particulares. Passando pelas gôndolas, em 1862, até os bondes puxados a burro, em 1870. Tal inovação, somada à construção do Elevador Lacerda, ligando a Cidade Baixa à Cidade Alta, e estradas de ferro ligando bairros então periféricos como o Rio Vermelho, encurtou distâncias até então bem longínquas. Sobre a questão do asseio e limpeza urbana houveram ações mais tardias. Salvador ainda era considerada uma cidade suja, mesmo após epidemias localizadas na década de 1850. Somente em 1865 o presidente da Província assinaria contrato com uma empresa que se encarregou da limpeza da cidade, cabendo a ela cuidar de sarjetas, vales e riachos nas principais freguesias do centro. Em horário determinado, veículos passavam às portas das casas recolhendo o “lixo da varredura” e os encaminhavam a locais definidos pela Câmara Municipal.

Assim, nota-se que as preocupações com os serviços públicos estavam na ordem do dia das providências administrativas, a fim de dotar a cidade de melhores condições de conforto e bem estar, dialogando com as comodidades exigidas para uma importante cidade dos trópicos. (NASCIMENTO, 2007)

Voltando ao comércio e consumo de bens manufaturados europeus, é observado uma grande quantidade de anúncios de vendas de artigos vítreos para mesa e bebidas nos jornais de Salvador ao longo do século XIX, evidenciando a sua distribuição neste mercado consumidor. Observando exemplares impressos entre 1850 e 1900, foi possível identificar o crescimento dos anúncios, relativos a bebidas, a partir da década de 1870, com a divulgação de cervejas e vinhos finos. Abaixo, é possível ver exemplos de alguns anúncios:

Vidro lapidado e moldado, variado sortimento de copos, garrafas, cálices, compoteiras, saleiras, galheteiras, casticaes com mangas, manteigueiras, pratos de diversos tamanhos, e lamparinas de cristal. (*Correio da Bahia*, 09/06/1872);

O proprietário do deposito da Padaria da Mangueira, nº 9, a Baixa dos Sapateiros, avisa aos apreciadores do que é bom, que tem constantemente um variado sortimento de massas de primeira qualidade, assim como vinho do porto fino, dito figueira branco, cerveja e outras muitas bebidas finas... (*Tribuna*, 04/08/1877);

Divulgação de importação na seção comercial: Vapor inglez *Halley*, de Liverpool, 4 cascos de vidros, 1 caixa de vidros, ferragens e

quinquilharias; 15 ditas de lenços e chalés(...) (*Gazeta da Bahia*, 10/01/1879).

Já os inventários de cidadãos para o período observado, também arrolam itens de louça e vidro utilizados à mesa. Em vidro, foram identificados itens como copos para água, cerveja, galheteiro, garrafas de bebida, fruteiras, compoteiras e cálices. Em louças, eram arrolados aparelhos de jantar e chá, sugerindo o acesso a esses bens de consumo pelos soteropolitanos no contexto de importações que cresciam no porto de Salvador. Os almanaques consultados para o período apontam a existência de lojas, para comércio de louças e vidro, que se concentravam na Cidade Baixa.

Analisando o panorama socioeconômico de Salvador e os documentos consultados, foi possível identificar o estabelecimento de um comércio de importação e um mercado consumidor de peças de vidro, sugerindo o seu emprego nos hábitos a mesa, de uma série de ritos domésticos incorporados, bem como atos de beber e socializar no espaço público. De igual modo, a cultura material recuperada das escavações na Casa 14, informam sobre o acesso, posse e possível uso destes bens em nível local.

Contudo, interessa saber em que medida a introdução destes bens, especialmente os vidros, operaram mudanças nas esferas cotidianas da Salvador oitocentista. Sabemos que o Rio de Janeiro sofreu as principais mudanças que o Brasil passou naquele momento, por acomodar toda a Corte Portuguesa. Para o Brasil veio um grande contingente humano que trouxe consigo novos hábitos de comer, vestir e de se portar perante a sociedade, influenciando os demais segmentos sociais. Foi comum a introdução no país, de manuais de boas maneiras, ditando comportamentos (LIMA, 1995). Esta autora discorre sobre este tema, onde segundo ela a elite carioca do oitocentos apropriou-se do ritual do jantar e do chá para estabelecer negociações sociais e alianças em meio a movimentos precisos diante da mesa.

Mas Salvador não era o Rio de Janeiro, à época concentrando os papéis de centro administrativo, político, financeiro, cultural e de mais importante cidade portuária do país. Importa considerar escolhas locais, diferentes apropriações dos discursos e práticas. Para Nascimento (2007), Salvador era uma cidade

onde a maioria das pessoas eram pobres ou remediados, com pequeno poder aquisitivo, baixos níveis de fortuna e intimamente ligada à vida rural. A mobilidade social, controlada de forma sutil é verdade, e interesses específicos dos diferentes grupos sociais estabeleciam interferências entre estes, tornando caro aos historiadores que se inclinaram sobre a sociedade soteropolitana do século XIX, a tarefa de classificar as camadas sociais a partir de suas riquezas. Os ideais burgueses não encontravam um eco substancial nem mesmo entre famílias de senhores de engenho enobrecidos. Assim, ainda segundo a autora citada, a cidade não era inclinada ao culto da fortuna, ou da simples acumulação do capital, mas antes a outros valores, sejam eles culturais, raciais, políticos ou religiosos.

Hábitos tradicionais estavam fortemente enraizados no cotidiano da cidade. O calendário de festas cívicas e religiosas era numeroso, como por exemplo o marco da expulsão das tropas portuguesas (2 de julho), a Independência do Brasil (7 de setembro), Santa Bárbara (04 de dezembro), Nossa Senhora da Conceição (08 de dezembro), Santa Luzia (13 de dezembro), Nosso Senhor do Bonfim (segundo domingo de janeiro), dentre outras. Para todas estas se dirigiam os habitantes em momentos lúdicos. Xavier Marques, em seu romance *O Feiticeiro*, narrada da década de 1870, descreve um desses momentos de agitação, onde os grupos se encontravam no largo do Teatro São João, contíguo à Sé e inserido portanto no centro administrativo e comercial da cidade, para comemorar. É possível ver em sua descrição a menção ao uso de bebida alcoólica:

De todas as ruas desciam, rolavam estrugindo os ares, como as águas de muitos confluente, massas populares que vinham espalhar-se no largo. E lá se viam grupos nos passeios, à porta do *Diário*, dos armazéns, dos hotéis. Aqui e ali bandeiras desfraldadas, júbilo irreprimível nas conversações, nos gestos, nos comentários. Nos armazéns povo a entrar e a sair... E a cerveja a espumar sobre os balcões. (MARQUES, 1975: p. 66)

No entanto, ainda em sua descrição dirigida aos festejos populares e as suas manifestações culturais, foi possível observar aspectos de uma crítica que tem como horizonte a construção de um modelo de sociabilidade, considerado

moderno. Descrevendo o carnaval de Salvador, o autor nos revela uma cultura aos poucos tocada por ares de modernidade e apreço a novos gostos.

A cidade mudava de roupa e fazia luxo em vestir-se à moda, para celebrar a passagem, ou antes, a morte do entrudo. Franca hostilidade declarava-se aos jogos d'água. As autoridades empenhavam-se à porfia em suprimir os banhos anacrônicos e funestos; ensaiavam rasgar ao povo os horizontes do verdadeiro Carnaval, à européia, mascarado, risonho, castigador... No teatro haveria bailes; a Nova Euterpe abriria o seu salão aos dominós; nas praças tocariam fanfarras; um clube se preparava para passear as ruas. (MARQUES, 1975: p.121)

Cabe ressaltar que a passagem acima citada demonstra apreço deste romancista com novos modos e padrões de vida urbano que se desejava instaurar, em detrimento da cultura popular, tradicional. Para Sepúlveda (2006), era comum o engajamento em questões políticas da parte de alguns literatos, em fins do século XIX e início do XX. As crônicas jornalísticas, e mesmo as ficções literárias serviram como veículos de apoio e legitimação do modelo modernizador da República Velha, como exemplifica nota de um periódico, em consonância com o discurso do romancista citado:

Proibiu há dias S. S. o Sr. Doutor Chefe de Polícia o brinquedo do entrudo, no entanto que na Cruz do Pascoal já começaram os taes gracejos de molhar quem passa. (*O Caixeiro*, 01/03/1878)

Era o momento, seguramente, do enfretamento de diferentes tendências políticas, onde alguns aderiam a ideias positivistas ou republicanas, marcada por contradições entre um liberalismo importado que conviveu com um pensamento oriundo do regime escravocrata.

De toda forma, modernizar, civilizar a cidade, implicava em ter uma ordem pública e social, ter a vida na urbe normatizada, com influências, como já vimos, no reordenamento urbano, higienização dos espaços, introdução de novas tecnologias, moralização dos costumes, aquisição de hábitos cultos, dentre outros.

Dentre muitos hábitos combatidos nesse período, a bebida é um bom exemplo. O ato de beber era um costume incorporado à sociedade, mas eram considerados incômodos, excessivos e inconvenientes. Costumeiramente

associados a tumultos e conflitos que afetavam a ordem pública. Em consulta a um periódico foi possível identificar um espantoso número de 460 tavernas em funcionamento na capital²², sem apontar a distribuição nas freguesias. Nestes estabelecimentos a cachaça e a cerveja eram as bebidas mais comercializadas, sugerindo seu consumo em maior quantidade em locais públicos. Tal percepção dialoga com a constatação, citada em linhas acima, do aumento do anúncio de cervejas a partir da década de 1870, corroborada pelo incremento tecnológico, visto no Capítulo 3, da pasteurização, que prolongou o tempo para o consumo ao evitar a ação de micro-organismos, e uma tampa, denominada *lightning stopper* (1875), que promoveu um notável aprimoramento no fechamento das garrafas de vidro para cerveja (BAUGHER-PERLIN, 1988).

Para coibir os abusos, a repartição de polícia determinava em 1865, através do art. 35 o fechamento de tavernas, botequins e demais casas que vendessem bebida alcoólica. Medida esta que em muitos casos não se aplicavam por alguns motivos. Ora por encontrar resistências entre a população, como relata nota de periódico, que critica abusos na lei, conforme abaixo:

Essa disposição de nada vale se não tiver lei ou postura em que se funde; porque o chefe de polícia por si só não deve marcar a hora em que se deve abrir ou fechar os estabelecimentos comerciais, não havendo lei alguma que lhe confira semelhante faculdade. E tanto reconhece o Sr. Delegado do 1º districto que está pisando terreno falso, que não se atreveu ainda a mandar fechar a hospedaria do Sr. Alferes João Chrispiniano da Silva, por amor de quem foi desencavar essa anachronica medida, que só poderia ser justificável em épocas anormais de agitação ou motim. (*Correio da Bahia*, 24/03/1878)

As opiniões deste jornal parecem isoladas quando observamos citações de outros periódicos sobre as tavernas e os hábitos dos frequentadores. O periódico *A Lanterna*, por exemplo, critica o segundo motivo pelos quais essa determinação não se aplicava, mostrando desaponto com:

Com os fiscais da câmara, porque consentem que os taverneiros vendam nos dias santificados, depois do meio dia.

Com as gatunagens e malcriações do 'marinheiro' da taverna em frente ao Correio de Notícias. (*A lanterna*, 03/05/1884)

É digno de toda atenção, das autoridades competentes, o procedimento audacioso do proprietário ou caixeiro da taverna

²² Almanach das famílias, 1878.

Resistência, a rua da Castanheda, em frente a Ladeira das Hortas, freguesia de Sant'Anna. Não há um só domingo ou dia santo que essa taverna não esteja de portas abertas, vendendo francamente, sem importar que a pouca distância reside o atual subdelegado da freguesia. Ainda ontem, até as 5 da tarde estava ella aberta e com grande ajuntamento da capadócios e soldados de linha e de polícia. (*O Alabama*, 13/11/1881)

Todo esse conjunto de críticas fazem parte da percepção dos estragos orgânicos do beber muito, contidos nos discursos associados aos cuidados com o corpo. Sem dúvida que esse ponto de inflexão está ligado às novas formas de perceber-lo, atrelado ao comportamento, os estados de ânimo, e também uma nova maneira de organização do trabalho e do ócio. O comprometimento de autoridades médicas e de moralistas em dificultar o consumo de bebidas alcoólicas não se destinava a todos os tipos e categorias, dirigia-se especialmente aos vinhos nacionais, às cachaças e às cervejas de alta fermentação (produzidas no Brasil em fins do século XIX). Isto sugere que as ações voltaram-se para a desqualificação de antigos hábitos e costumes de grupos populares da sociedade, presentes em grande parte nas tavernas.

Estes discursos encontravam analogia nas práticas relativas ao abastecimento de água, devido à apreensão quanto ao consumo de águas contaminadas em chafarizes e fontes, que contribuíam para epidemias de cólera e outras infecções. Apesar dos esforços logrados, como visto acima, as águas que chegavam às residências da população soteropolitana, continuavam sem condições de consumo, em nada diferindo das fontes. (LEITE, 1996)

Assim, tal qual o cuidado com a água, o consumo de álcool deveria estar limitado à residência familiar, às atividades de lazer privado baseadas em valores burgueses e no afastamento físico e mental de costumes e hábitos tradicionais. A atenção aos aspectos morais relativos ao beber comunal das camadas mais pobres poderia não estar necessariamente ligada ao fato da embriaguez, mas a tipos particulares de bebida e à forma de beber contrárias aos preceitos capitalistas e burgueses sobre o trabalho e o lazer.

Em ambientes como cafés, restaurantes e hotéis o consumo de bebidas era apreciado, em sintonia com os códigos elitistas de civilidade e salubridade estabelecidos. No ambiente doméstico a prática também se torna comum,

incentivada em momentos de sociabilidade, jantares e comemorações. Novamente Xavier Marques permitiu perceber hábitos no ambiente privado.

D. Antônia veio convidá-los a entrar. Na sala de jantar estava posta uma linda mesa de bolos e doces, queijo, amêndoas, nozes, passas de uva e figo, que Joseja serviu com delicadeza, oferecendo especialmente a Amâncio de um covilhete de siricaia feita pela própria viúva. Copinhos de Porto e Moscatel foram distribuídos a todos. (*O Feiticeiro*, 1975: p. 69)

Na passagem acima é possível identificar o uso de objetos de mesa como o covilhete, pratinho de louça próprios para doce, e os copinhos, também identificados em inventários consultados para o período. A menção aos vinhos do Porto e Moscatel, percebidos em grandes volumes nas listas de importação, sugere qual tipo de bebida estava sendo consumida em casas dita burguesas.

Voltando à Casa 14, podemos verificar que a cultura material vítrea recuperada, com contentores de bebidas alcoólicas em sua maioria, indica o acesso a esses materiais no contexto analisado. Contudo, estes artefatos, temporalmente ligados à primeira metade do século XIX, alcançando as primeiras décadas da segunda, não apenas comunicam posse e possível uso do vidro como contentor de líquidos e práticas ligadas ao consumo de bebidas, mas sobretudo apontam permanências do hábito de se desfazer do lixo doméstico no espaço ocupado pelo próprio lote urbano. Considerando que preocupações com a higiene já permeavam os discursos na cidade após as epidemias da década de 1850, é possível inferir que o hábito comunal do uso de quintais para depósito de lixo e excrementos fecais resistiu, mesmo em meio ao contexto das medidas públicas higienistas. Parte integrante e fundamental de muitas casas, fossem térreas ou sobrados, os quintais cumpriam funções que iam dos aspectos produtivos, recreativos ou como suporte às atividades domésticas. Jan Holthe assim os descreve:

Em função da implantação das antigas edificações em Salvador 'em lotes em geral mais compridos que largos', localizam-se normalmente os quintais na parte posterior das residências, protegidos da curiosidade alheia. Embora existissem também os quintais localizados na lateral de algumas residências, os mesmos dados levam-nos a crer que isto devia-se muito mais a limitações impostas pela topografia do terreno - ou mesmo pela localização do imóvel - do que propriamente pela vontade dos seus donos. Na verdade, em Salvador - principalmente nas áreas centrais, de ocupação mais antiga - a

localização mais comum dos quintais é na parte de trás das casas, sejam confinados em quarteirões fechados ou mesmo dando acesso a pequenos becos e ruas de maior circulação. (HOLTHE, 2002: p.161)

Ainda sobre o uso desses espaços contíguos à casa para depósito de lixo, Tocchetto (2010), percebeu semelhanças entre os sítios pesquisados em Porto Alegre e aqueles analisados por Zierden (1996), em Charleston, Carolina do Sul (EUA). Esta autora teria salientado diferenças na disposição do lixo entre lotes pelo seu tamanho, onde nos maiores haviam pontos discretos e convenientes de descarte, enquanto que nos lotes menores teria ocorrido uma complexa combinação de lençóis de refugo e grandes buracos de lixo, para a primeira metade do oitocentos. Considerando a pequena largura do lote em que se encontra a Casa 14, é possível que esta situação tenha se repetido neste ambiente, o que não pôde ser confirmado, visto que o depósito foi localizado em uma área correspondente à porção central do imóvel atual. Isso sugere um depósito em período de ocupação anterior, com arranjo da construção diferente.

Em verdade, o apresentado aqui constitui uma possibilidade interpretativa sobre práticas e apropriações de alguns grupos da Salvador oitocentista, no contexto da modernidade associada ao capitalismo. Considerando o contexto arqueológico e a documentação histórica disponível, foi possível compreender que este projeto civilizador foi inaugurado na cidade, ocupando as ideias de uma parcela da sociedade e se materializando em reformas no tecido urbano e sua infraestrutura. O conflito entre dois modelos, tradicional e moderno, é sugerido quando nos atentamos às especificidades do contexto arqueológico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos analisar as características e peculiaridades do comportamento de consumo no século XIX, a partir do material vítreo recuperado em uma lixeira de uma unidade doméstica localizada em uma das freguesias centrais da cidade. Mais do que o comportamento econômico, o consumo é visto, neste trabalho, também como uma atividade simbólica podendo refletir filiação socioeconômica, disponibilidade de produtos e conteúdos simbólicos, além de mudança social.

Apresentamos aqui uma síntese, aberta a indagações e reconsiderações, não considerando o resultado obtido como definitivo. Nesse sentido, Shanks e Tilley (1989), afirmam que não há apenas um significado para o passado. Concebido no presente, pelo pesquisador afeito a métodos e teorias específicas, ainda que não sob uma postura rígida, é carregada de subjetividades e particularidades deste.

O caminho trilhado por este trabalho é um entre tantos possíveis dentro do potencial interpretativo imiscuído nos objetos vítreos e nos homens e mulheres que, agentes, os manipularam e descartaram. Tal não foi o labirinto em que os dados arqueológicos e históricos contextualizados nos guiou. Estes, vistos de perto, nos apresentaram a complexidade das cidades brasileiras do século XIX, período de transformações socioeconômicas, políticas e culturais, a partir da construção de uma modernidade importada, com parâmetros europeus, porém recheados com os costumes arraigados de um sistema escravista que cobraria demasiadamente caro pelos séculos anteriores em que era absoluto.

É verdade, como nunca foi o propósito dessa pesquisa negar, que novas regras de convívio social foram estabelecidas, refletindo-se diretamente nas práticas de consumo, nas mentalidades, no espaço urbano. Como vimos no Capítulo IV, ao analisar consumo e prática no século XIX em Salvador, estas mudanças se fizeram sentir, como nas principais cidades no Brasil, através da grande quantidade de produtos que foram enviados para serem comercializados em um incipiente mercado consumidor que se formava. Estas mercadorias, impregnadas de simbologia, influenciaram nas maneiras de andar, vestir, comer,

falar, e pensar da população no Brasil. A instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, intensificou a inserção destes novos comportamentos sociais em todos os seguimentos da sociedade brasileira que dispusesse do mínimo necessário para adquirir objetos ligados a estes novos comportamentos.

Os anúncios de jornais do século XIX, levantados, demonstraram que havia um mercado consumidor e importadores perceberam isso, trazendo esses produtos para a cidade na expectativa de aumento do consumo a longo prazo e na acumulação de capital. Observando as mercadorias desembarcadas pelo porto de Salvador, percebemos uma infinidade de produtos ofertados pelos estabelecimentos comerciais.

Os inventários post-mortem, por sua vez, confirmaram, através das listagens de bens deixados aos familiares, que o consumo ia muito além daquilo chamado de estritamente necessário à sobrevivência. Assim, a presença de objetos ligados às novas práticas sociais demonstrou que tentativas de emulação também estiveram presentes no seio de algumas famílias enobrecidas e de uma nova burguesia, nascida no bojo de um mercado de trabalho assalariado, que tentava inibir raízes escravocratas.

Os materiais arqueológicos, de igual modo, comunicam apropriações e reminiscências diante do projeto de civilização e modernidade. Dentre os materiais vítreos, objeto dessa pesquisa, constatamos a predominância de garrafas contentoras de bebidas alcoólicas, sobre as quais inferimos que o ato de beber, comunal para diversas classes sociais, possivelmente era uma prática vigente para os grupos domésticos que o descartaram.

Dado os fatos acima apontados, concordamos que o país foi influenciado, respeitada às particularidades de cada região, por novas ideias e atitudes identificadas com a sociedade moderna e capitalista, ao modelo ocidental europeu. Perseguiu, portanto, a acumulação de capital, ascensão social e o consumo, formulando novas regras de controle e disciplina nas ruas, mas também atingindo o ambiente privado.

Entretanto, nos deparamos ainda com uma singularidade soteropolitana diante deste contexto, em uma cidade que ocupava destaque entre as províncias

brasileiras, apesar da crise econômica que se abateu em meados do século XIX, e de complexa trama social impregnado de heranças portuguesas, africanas e indígenas. Certos hábitos, tradições, preferências por atividades lúdicas ou de entretenimento fortemente arraigados na maior parte da população, em sua maioria pobre, afiguravam-se como difíceis as mudanças.

Essas percepções vão de encontro ao necessário cuidado no momento de buscar entendermos as práticas cotidianas a partir da cultura material, sem deixar de acompanhar discursos e as noções de apropriação e representação. Aqui cabe reafirmar que cada um teve a modernidade que lhe coube.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PRIMÁRIAS

APMS – Arquivo Público do Município de Salvador. Arquivo Municipal de Salvador. Livro de Posturas das Câmaras Municipaes 1837-1847; Documento Manuscrito.

APMS – Arquivo Público do Município de Salvador. Arquivo Municipal de Salvador. Livro de Posturas das Câmaras 1829-1859. Documento Manuscrito.

APEBa – Arquivo Público do Estado da Bahia. Anais do APEB, nº 40 e nº54; Documento Manuscrito.

APEBa – Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Judiciaria-Cível I, Série Conta e Tombo, 1863; Documento Manuscrito.

APEBa – Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Judiciaria-Cível, Série Avaliação e Arrematação de Bens, 1870; Documento Manuscrito.

APEBa – Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Colonial, Ofício enviado ao Juiz de paz, 31 de novembro de 1835; Documento Manuscrito.

APEBa – Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Colonial e Provincial, Ofício à diretoria das Obras Públicas da Bahia, 17 de dezembro de 1875. Documento Manuscrito

APEBa – Arquivo Público do Estado da Bahia. Almanak do Estado da Bahia, 1898. Documento impresso.

SECUNDÁRIAS

AGOSTINHO, P. (1996). Embarcações e navegações na Baía de Todos os Santos – Estudo náutico-geográfico e etnográfico-tipológico sobre dados de Emeric Essex Vidal. In: *Emeric Essex Vidal, São Salvador da Baía de Todos os Santos - vista panorâmica 1835-1837* (pp. 10-27). Salvador: Banco da Bahia Investimentos S.A.

ALMEIDA, R. (1951). *Traços da história econômica da Bahia no último século e meio*. Salvador: Publicações do Instituto de Economia e Finanças da Bahia.

APPADURAI, A. (2008). Introdução: mercadorias e a política de valor. In: A. APPADURAI, *A vida material das coisas* (pp. 15-88). Niterói: EDUFF.

ARAÚJO, A. G. (1993). A Louça Inglesa do Século XIX: Considerações sobre a Terminologia e Metodologia utilizadas no Sítio Florêncio de Abreu, São Paulo. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia- USP*, 81-95.

- AUGEL, M. P. (1980). *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo/Brasília: Cultriz/INL.
- BAUGHER-PERLIN, S. (1988). Analysing Glass Bottles for Chronology, Function and Trade Networks. In: R. DICKENS, *Studies in Historical Archaeology: Archaeology of Urban America* (pp. 259-327). New York: Academic Press.
- BEAUDRY, M. C., COOK, L. J., & MROZOWSKI, S. A. (2007). Artefatos e vozes ativas: Cultura material como discurso social. In: *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica.*, 1, 73-113.
- BOURDIEU, P. (1977). *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: University Press.
- _____. (1998). *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRAUDEL, F. (1972). *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. New York: Harper and Row.
- BURKE, P. "Inevitáveis empréstimos culturais". *Folha de S.Paulo*. São Paulo, cad.5, 27/06/1997, p.3
- BURKE, P. (2005). *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CARNEIRO, E. (1980). *A cidade do Salvador 1549: uma reconstituição histórica* (2 ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CHALHOUB, S. (2006). *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHARTIER, R. (1988). *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil.
- COSTA, A. d. (1989). Ekabó! Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no séc. XIX. *Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)*. Salvador: FAU/UFBA.
- _____. (1991). Espaços Negros: Cantos e Lojas em Salvador no Século XIX. In: *Caderno CRH Suplemento*. Salvador:EDUFBA.
- COSTA, C. A. (2005). *A influência do Colégio dos Jesuítas na configuração da malha urbana de Salvador-BA (1549-1760)*. *Dissertação (Mestrado em Arqueologia)*. Recife: UFPE.
- DAVID, O. R. (1996). *O inimigo invisível: a epidemia do cólera na Bahia em 1855-1856*. Salvador: EDUFBA/Sarah Letras.
- DOUGLAS, M., & ISHERWOOD, B. (1979). *The World of Goods*. New York: Basic Books.
- _____. (2006). *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: UFRJ.

- ETCHEVARNE, C. (2004). Escavações arqueológicas em âmbito urbano: o caso da antiga igreja da Sé de Salvador. In: *CLIO Série Arqueológica*, 29-37. Recife: EDUFPE
- FERREIRA, L. M. (2007). *Território Primitivo: A institucionalização da arqueologia brasileira (1870-1917)*. Tese (doutorado). IFCH/UNICAMP.
- GARDNER, G. *Viagens no Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e dos diamantes durante os anos de 1836-1841*. São Paulo, Editora Nacional, 1942 (publicado originalmente em 1846).
- GIDDENS, A. (1979). *Central Problems in Social Theory*. London: Macmillan.
- GRAHAM, M. (1956). *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- GUTIERREZ, R. (1983). La expansión urbana de América. In: *Arquitectura y Urbanismo de Iberoamerica* (pp. 77-103). Madrid: Ediciones Catédra.
- HERSCHMANN, M. M. (1994). *invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20- 30*. Rio de Janeiro: Rocco.
- HICKS, D., & BEAUDRY, M. C. (2010). *The Oxford Handbook of Material Culture Studies*. Oxford: Oxford University Press.
- HODDER, I. (1987). *Reading the Past*. London: Cambridge University Press.
- _____. (1991). Interpretative Archaeology and its role. *American Antiquity*, 56. Society for American Archaeology.
- _____. (1994). *Interpretación em Arqueología. Corrientes Actuales*. Barcelona: Crítica.
- HOLTHE, J. M. (2003). *Quintais urbanos de Salvador: realidades, usos e vivências no século XIX*. Cadernos PPG-AU/UFBA, volume 2, número 1.
- JONES, O. (1971). Glass bottle push-ups and pontil marks. *Historical Archaeology*, 5, 63-73.
- JULIANI, L. (1996). *Gestão Arqueológica em Metrópolis: Uma Proposta para São Paulo. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)*. São Paulo: USP.
- LANDA, Beatriz (1996). Acompanhamento arqueológico no mercado público central de Porto Alegre. *Revista do CEPA*, vol. 20, (23):77-104.
- LEITE, Rinaldo Cesar N. (1996) *E a Bahia civiliza-se... ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador. 1912-1916*. Salvador: UFBA. Dissertação de mestrado.

- LIMA, T. A. (1995). Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Riode Janeiro, século XIX. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 129-191.
- _____(1996). Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. In: *História, Ciências, Saúde*, 2, 46-98.
- _____(1997). Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. In: *Anais do Museu Paulista - História e Cultura Material*, 5, 93-127.
- _____(1999). El huevo de la serpiente: una arqueología del capitalismo embrionario en el Riode Janeiro del siglo XIX. In: A. ZARANKIN, & F. ACUTO, *Sed non satiata – Teoria social en la arqueología latinoamericana contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente.
- _____(2002). Tecnologia demais, comportamento de menos: o olhar da arqueologia sobre os vidros históricos. In: *Canindé*, 2, 283-290.
- _____(2011). Cultura material, a dimensão concreta das relações sociais. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. 6, pp. 11-23. Belém: Ciências Humanas.
- LINHARES, M. Y. (1979) História do Abastecimento: uma Problemática em Questão (1530-1918). Brasília: Binagri.
- MARQUES, X, (1975) *O Feiticeiro*. 3 ed. São Paulo: GRD; Brasília: INL.
- MATTOSO, K. (1978). *Bahia: a cidade de Salvador e seu Mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC.
- _____(1992). *Bahia século XIX: Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- MULLINS, P. (2007). Ideology, power and capitalism: The Historical Archaeology of Consumption. In: L. MESKELL, & R. W. PREUCEL, In: *A Companion to Social Archaeology* (pp. 195-212). London: Blackwell Publishing.
- NAJJAR, R. (2010). Compra-se aterro! Um novo olhar sobre o Centro Histórico de Salvador. In: R. NAJJAR, *Arqueologia no Pelourinho* (pp. 266-279). Brasília: IPHAN/Programa Monumenta.
- NAJJAR, R., & SILVA, R. C. (2006). *Relatório de Pesquisa Arqueológica da 7ª Etapa do Projeto Pelourinho Salvador/BA*. Salvador: Programa Monumenta/IPHAN.
- NASCIMENTO, A. A. (2007). *Dez freguesias da cidade do Salvador : aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA.
- O'KEEFE, Tadhg, & YAMIN, Rebecca. (2006). Urban Historical Archaeology. In: HICKS, Dan & BEAUDRY, Mary. *The Cambridge Companion to Historical Archaeology*, (pp. 87–103). Cambridge: Cambridge University Press.
- OLIVEIRA, M. I. (1988). *O Liberto: o seu mundo e os outros, Salvador, 1790/1890*. São Paulo: Corrupio.

- PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. de. "Do rural e do urbano no Brasil". In: SZMRECSÁNYI, T. e QUEDA, O. (orgs.). *Vida rural e mudança social no Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1973.
- PINHEIRO, E. P. (2011). *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)* (2 ed.). Salvador: EDUFBA.
- QUEIROZ, L. A. P. & FERREIRA, C. M. (2010) *Desce egosto. Os canos reais e outros canos do Centro Histórico*. IN: *Arqueologia no Pelourinho*/Organizado por Rosana Najjar. (pp. 74 a 88) Brasília, DF: IPHAN/Monumenta.
- REIS FILHO, N. G. (1968). *Evolução Urbana do Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- REIS, J. J. (1991). *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2003). *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SAMPAIO, A. H. (1999). *Formas urbanas: cidade-real & cidade-ideal; contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Salvador: Quarteto.
- SAMPAIO, C. N. (2005). *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal.
- SAMPAIO, T. (1949). *História da Fundação da cidade do Salvador*. Salvador: Tipografia Beneditina.
- SANDRONI, C. (1989). *O Vidro no Brasil*. São Paulo: Metavídeo Produções Ltda.
- SANTOS, P. (2001). *Formação de cidade no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades, 1977.
- SENATORE, M. X., & ZARANKIN, A. (2002). Leituras da Sociedade Moderna: Cultura Material, Discursos e Práticas. In: *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultural Material, Discursos e Práticas*. (pp. 5-18). Buenos Aires: Ediciones Del Tridente.
- SÉPULVEDA, C. d. (2006). Definindo a modernidade através do urbano: Salvador na passagem do séc. XIX para o XX segundo a perspectiva do romance "o feiticeiro" de Xavier Marques. *Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)*. Salvador: UFBA.
- SEVCENKO, N. (1995). *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (4 ed.). São Paulo: Brasiliense.
- SHANKS, M., & TILLEY, C. (1987). *Re-Constructing Archaeology: Theory and Practice*. London: Routledge.

- SILVA, C. C. S. (2010). *Um passado através do lixo*. IN: Arqueologia no Pelourinho/ Organizado por Rosana Najjar. (pp. 245-265) Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta.
- SIMAS FILHO, A. (1998). *Evolução Física de Salvador (1549-1800)*. Salvador: Fundação Gregório de Mattos.
- SOARES, C. M. (1994). Mulheres negras na Bahia no século XIX. *Dissertação (Mestrado em História)*. Salvador: UFBA.
- _____ (1996). *As ganhadeiras: Mulher e resistência em Salvador no século XIX*. Afro-Ásia, Salvador, n. 17.
- SOUZA, M. A. (2002). Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII. In: M. X. SENATORE, & A. ZARANKIN, *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, discursos e práticas* (pp. 63-86). Buenos Aires: Ediciones del Tridente.
- SOUZA, R. d. (2010). Louça branca para a Paulicéia: arqueologia histórica da Fábrica de Louças Santa Catharina/IRFM - São Paulo e a produção nacional de faiança fina (1910-1937). *Dissertação (Mestrado em Arqueologia)*. São Paulo: USP.
- STASKI, E. (1982). Advances in Urban Archaeology. In: *Advances in archaeological method and theory*. (pp. 97-149). New York/London: Academic Press.
- SYMANSKI, L. C. (1998). *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- TAVARES, L. H. (2001). *História da Bahia*. São Paulo/Salvador: UNESP/EDUFBA.
- THIESEN, B. (2002). As paisagens da cidade: arqueologia da área central de Porto Alegre no século XIX. *Arqueologia do Brasil Medirional*.
- THOMAS, J. (1996). *Time, Culture and Identity: An Interpretative Archaeology*. London: Routledge.
- _____ (2003). *Archaeology and Modernity*. London: Routledge.
- TILLEY, C. (2008). Theoretical perspectives. In: C. TILLEY, W. KEANE, S. KUCHLER, M. ROWLANDS, & P. SPYER, *Handbook of Material Culture* (pp. 7-11). London: Sage.
- TOCCHETTO, F. (2000). A arqueologia da cidade: reflexões e propostas para Porto Alegre. In: *Anais do IX Congresso de Arqueologia Brasileira*, (p. 11).
- _____ (2010). *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre moderna oitocentista*. São Leopoldo: Oikos.
- TOULOUSE, J. H. (1971). *Bottle Makers: and their marks*. New York: Thomas Nelson.
- VASCONCELOS, P. d. (2002). *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus.

VIANNA, H. (1979). *A Bahia ja foi assim: crônica de costumes*. São Paulo: Insituto Nacional do Livro.

_____(1994). *Antigamente era assim*. Rio de Janeiro: Record.

WILKIE, L. (1996). *Glass-knapping at a Lousiana Plantation: african-american tools?* (Vol. 30). (H. Archaeology, Ed.)

_____(2009). Interpretative Historical Archaeologies. In: T. Majewski, & C. O. Jr., *International Handbook of Historical Archaeology* (pp. 333-346). Nova Iorque: Plenum Presspela.

ZANETTINI, P. E., & Camargo, P. F. (1999). *Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles?* São Paulo: S.C.E.

ZARANKIN, A. (1995). *Arqueologia Historica Urbana en Santa Fe la Vieja. El final del principio* (Vol. 1). Columbia.

ZEMELA, M. P. (1990). *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo: HUCITEC.

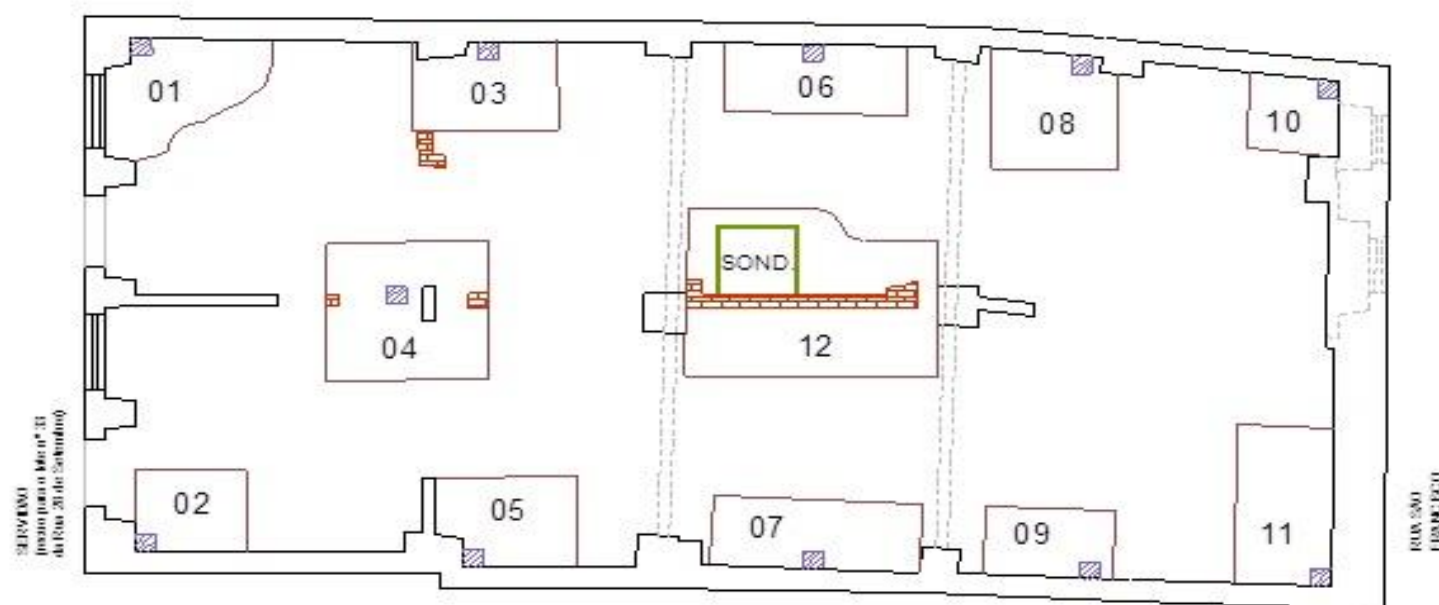
Anexos

Anexo 1

Tabela de análise do material vítreo






Anexo 2

Planta baixa da Casa 14 com localização do Poço
Teste 1



LEGENDA



-  PROJEÇÃO DOS BARRROTES
-  LOCAÇÃO DA SONDAGEM REALIZADA PELO PROJETO DE PESQUISA
-  LOCAÇÃO DAS ESCAVAÇÕES EXECUTADAS PELAS EMPREITEIRAS
-  ESTRUTURAS EM TIJOLOS CERAMICOS
-  PILARES EM CONCRETO